TRIBUNAL DE CONTAS

NEGO

Índice de Efetividade da Gestão Municipal

iegm

TCEPB

Anuário 2016

Dados 2015

Educação
Saúde
Planejamento
Fiscal
Ambiente
Cidade
Gov-TI

Composição

Fevereiro / 2017

CONSELHEIROS

André Carlo Torres Pontes (Presidente)
Arnóbio Alves Viana (Vice-Presidente)
Fábio Túlio Filgueiras Nogueira (Corregedor)
Antônio Nominando Diniz Filho (Pres. 1ª Câmara)
Fernando Rodrigues Catão (Pres. 2ª Câmara)
Arthur Paredes Cunha Lima (Ouvidor)
Marcos Antônio da Costa (Coord. da ECOSIL)

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Antônio Cláudio Silva Santos
Antônio Gomes Vieira Filho
Renato Sérgio Santiago Melo
Oscar Mamede Santiago Melo

PROCURADORES DO MP – TCE PB

Sheyla Barreto Braga Queiroz (Procuradora Geral)
Elvira Samara Pereira de Oliveira
Isabella Barbosa Marinho Falcão
Marcílio Toscano da Franca Filho
Luciano Andrade Farias
Bradson Tibério Luna Camelo
Manoel Antonio dos Santos Neto

DIRETORIAS

Raimar Redoval de Melo – Diretor Executivo Geral (DIREG)
Francisco Lins Barreto Filho – Diretor de Auditoria e Fiscalização (DIAFI)
Karoly de Tatrai Hiluey Agra – Diretor Administrativo (DIAD)
Humberto Carlos do Amaral Gurgel – Consultor Técnico (CT)

índice de efetividade da gestão municipal
iegm TCEPB

EQUIPE RESPONSÁVEL

Humberto Carlos do Amaral Gurgel - CT
Josedilton Alves Diniz – ASTEC
Flávio Roberto Gondim Vital – CCAI
Margildo de Lacerda Dantas - CCAI
Cleneide de Freitas Melo Souza - CCAI

Apresentação

O Tribunal de Contas do Estado na Paraíba apresenta o Anuário do Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM TCE PB / 2016 (Dados 2015), objetivando oferecer um diagnóstico de forma ampla da gestão municipal, sobre as 7 (sete) faixas: i-EDUC, i-SAÚDE, i-PLANEJAMENTO, i-FISCAL, i-AMB, i-CIDADE, e i-GOV TI para cada um dos 223 municípios paraibanos.

Para tanto, o Instituto Rui Barbosa disponibilizou aos Tribunais de Contas brasileiros a metodologia de apuração de indicadores finalísticos, destinados a compor o Índice de Efetividade da Gestão Municipal — IEGM. A valiosa ferramenta parte de 7 dimensões e mais de 120 quesitos de avaliação, permitindo a mensuração dos serviços públicos e da efetividade de políticas públicas, a medição da qualidade dos gastos e dos recursos públicos realizados.

A apresentação dos resultados do IEGM TCE/PB servirá tanto aos respectivos prefeitos e vereadores, bem como para os munícipes, pois possibilita a aferição de resultados, correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do planejamento, favorecendo a transparência e o controle social ao evidenciar a correspondência entre as ações dos governos municipais e as exigências da sociedade, além de contribuir para o aperfeiçoamento do próprio Tribunais de Contas.

É importante ressaltar que os Tribunais de Contas são o guardião do erário e que a qualidade do gasto público é tão relevante quanto a quantidade. A entrega dos produtos/mercadorias deve estar na mira dos processos de Acompanhamento de Gestão. Esta é a senha para a postura do Controle Externo: contribuir com o aperfeiçoamento da administração pública em benefício da sociedade, de forma pedagógica, fiscalizatória bem como aplicando alertas e medidas de sanções inerentes à espécie.

O IEGM TCE PB está consolidado neste Anuário e disponível para a sociedade no Portal do Tribunal de Contas, www.tce.pb.gov.br, no menu "*Publicações*".

Cons. André Carlo Torres Pontes
Presidente do TCE/PB

Índice

1. ***IEGM – TCEPB - Índice de Efetividade da Gestão Municipal*** 6

2. ***Os 7 Índices Temáticos*** 7

3. ***Faixas de Resultados*** 8

4. ***Visualização Geográfica dos Municípios*** 10

5. ***Médias Apuradas por Mesorregião e Microrregião*** 11

6. ***Resultado Consolidado Visual*** 13

7. ***Análise dos Índices Temáticos*** 15

Sobre o IEGM 15

IEGM por Porte 16

Sobre a Educação 18

I-Educ por Porte 19

I-Educ por Mesorregiões e Microrregiões 21

Análises Específicas da Educação 22

Sobre a Saúde 34

I-Saúde por Porte 35

I-Saúde por Mesorregiões e Microrregiões 37

Análises Específicas da Saúde 38

Sobre o Planejamento 46

I-Planejamento por Porte 47

I-Planajamento por Mesorregiões e Microrregiões 49

Análises Específicas do Planejamento 50

Sobre a Gestão Fiscal 53

I-Fiscal por Porte 54

I-Fiscal por Mesorregiões e Microrregiões 56

Análises Específicas da Gestão Fiscal 57

Sobre o Meio Ambiente 61

I-Amb por Porte 62

I-Amb por Mesorregiões e Microrregiões 64

Análises Específicas do Meio Ambiente 65

Sobre a Proteção dos Cidadãos 70

I-Cidade por Porte 71

I-Cidade por Mesorregiões e Microrregiões 73

Análises Específicas da Proteção dos Cidadãos 74

Sobre a Tecnologia da Informação 77

I-Gov-TI por Porte 78

I-Gov TI Mesorregiões e Microrregiões 80

Análises Específicas da Tecnologia da Informação 81

8. Resultados dos Índices Temáticos 88

9. Considerações Finais 96

10. Notas 97

1. IEGM – TCEPB - Índice de Efetividade da Gestão Municipal

O IEGM-TCEPB é o índice de desempenho dos municípios realizado pela Corte de Contas paraibana, composto por 07 índices setoriais, consolidados em um único índice por meio de um modelo matemático que, em foco na análise da infraestrutura e dos processos dos entes municipais, busca avaliar a efetividade das políticas e atividades públicas desenvolvidas pelos seus gestores.

A combinação das análises destes 07 índices temáticos "busca" avaliar, ao longo do tempo, se a visão e objetivos estratégicos dos municípios foram alcançados de forma efetiva e, com isso, oferecer elementos importantes para auxiliar e subsidiar tanto a ação fiscalizatória exercida pelo Controle Externo como também pela sociedade, além de servir como parâmetro para a tomada de decisão dos gestores públicos.

Este instrumento, inédito entre os Tribunais de Contas, apresenta uma nova metodologia que incorpora os seguintes atributos de controle externo:

- ✓ **Específico** – mede características particulares da gestão municipal de forma clara e objetiva;
- ✓ **Mensurável** – permite a quantificação do desempenho dos municípios ao longo do tempo;
- ✓ **Acessível** – de modo que seja utilizado como insumo para o planejamento da fiscalização;
- ✓ **Relevante** – como instrumento do controle;
- ✓ **Oportuno** – elaborado no tempo adequado para utilização pela fiscalização;
- ✓ **Extensível** – a todos os Tribunais de Contas cujo escopo de atuação inclua pelo menos um **município brasileiro.**

Não menos importante é a possibilidade de comparar desempenhos entre municípios semelhantes, possibilitando identificar as melhores práticas e, consequentemente, contribuir para uma melhora no desempenho da Administração Pública Municipal.

No ano de 2016, o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba participou do IEGM/Brasil (dados do exercício de 2015), que também está realizando sua 1ª edição.

Não obstante o índice ser composto pela combinação de vários itens, na Paraíba, as informações foram levantadas exclusivamente a partir de questionários eletrônicos preenchidos pelas próprias Prefeituras Municipais, os quais foram elaborados pelo TCE-SP. Desse modo, variáveis como o gasto na educação, por exemplo, somente poderão ser consideradas definitivas, após o trânsito julgado do Parecer emitido pelo Relator das respectivas contas.

O IEGM propicia também a formulação de relatórios objetivos e áreas sensíveis do planejamento público para a alta administração das Cortes de Contas brasileiras e oferece elementos importantes para auxiliar e subsidiar a ação fiscalizatória exercida pelo Controle Externo, em complemento às ferramentas hoje disponíveis.

2. Os 7 Índices Temáticos

I-EDUC – TCEPB

O **Índice Municipal da Educação** mede o resultado das ações da gestão Pública Municipal nesta área por meio de uma série de quesitos específicos relativos à **educação infantil** e **Ensino Fundamental**, com foco em aspectos relacionados à **avaliação escolar**, **Conselho e Plano Municipal de Educação**, **infraestrutura**, **merenda escolar**, **qualificação de professores**, **transporte escolar**, **quantitativo de vagas**, **material** e **uniforme escolares**.

I-SAÚDE – TCEPB

O **Índice Municipal da Saúde** mede o resultado das ações da gestão Pública Municipal neste tema por meio de uma série de quesitos específicos, com ênfase nos processos realizados pelas prefeituras relacionados à **Atenção Básica**, **Equipe Saúde da Família**, **Conselho Municipal da Saúde**, **atendimento à população** para tratamento de doenças como **tuberculose, hanseníase** e **cobertura das campanhas de vacinação** e de **orientação à população**.

I-PLANEJAMENTO – TCEPB

O **Índice Municipal do Planejamento** verifica a **consistência entre o que foi planejado e o efetivamente executado**; identifica a existência de **coerência entre as metas físicas alcançadas e os recursos empregados**, bem como entre os **resultados alcançados** pelas ações **e seus reflexos nos indicadores dos programas**.

I-FISCAL – TCEPB

O **Índice Municipal da Gestão Fiscal** mede o resultado desta gestão por meio da análise da **execução financeira e orçamentária**, das decisões em relação à **aplicação de recursos** vinculados, da **transparência da administração municipal** e da obediência aos limites estabelecidos pela **Lei de Responsabilidade Fiscal**.

I-AMB – TCEPB

O **Índice Municipal do Meio Ambiente** mede o resultado das ações relacionadas ao meio ambiente que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas. Este índice contém informações sobre **resíduos sólidos**, **educação ambiental**, **estrutura ambiental** e **conselho ambiental**.

I-CIDADE – TCEPB

O **Índice Municipal de Proteção dos Cidadãos** mede o grau de envolvimento do planejamento municipal na proteção dos cidadãos frente a possíveis eventos de sinistros e desastres. Reúne informações sobre **Plano de Contingência**, **identificação de riscos para intervenção do Poder Público** e **infraestrutura da Defesa Civil**.

I-GOV TI – TCEPB

O **Índice Municipal de Governança de Tecnologia da Informação** mede o conhecimento e o uso dos recursos de Tecnologia da Informação em favor da sociedade. Este índice reúne informações sobre **políticas de uso de informática**, **segurança da informação**, **capacitação do quadro de pessoal** e **transparência**.

3. Faixas de Resultados

O IEMG-TCEPB possui cinco faixas de resultados, definidas em função da consolidação das notas obtidas nos 07 índices setoriais. O enquadramento dos municípios em cada uma dessas faixas obedece aos seguintes critérios:

Notas	Faixas	Critérios
A	Altamente Efetiva	IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e, no mínimo, 5 índices com a nota A
B+	Muito Efetiva	IEGM entre 75% e 89,9% da nota máxima
B	Efetiva	IEGM entre 60% e 74,9% da nota máxima
C+	Em fase de adequação	IEGM entre 50% e 59,9% da nota máxima
C	Baixo nível de adequação	IEGM menor ou igual a 49,9%

Além dos critérios citados acima, outros dois foram observados na definição das faixas de resultados:

↓ Diminuição de 01(um) grau na nota geral do IEGM-TCEPB	Quando não ocorrer o atingimento da aplicação de 25% na Educação.
↓ Índice Componente - Realocação para faixa de resultados C (Baixo Nível de Adequação)	Quando não observar o contido no art. 29-A da Constituição Federal.

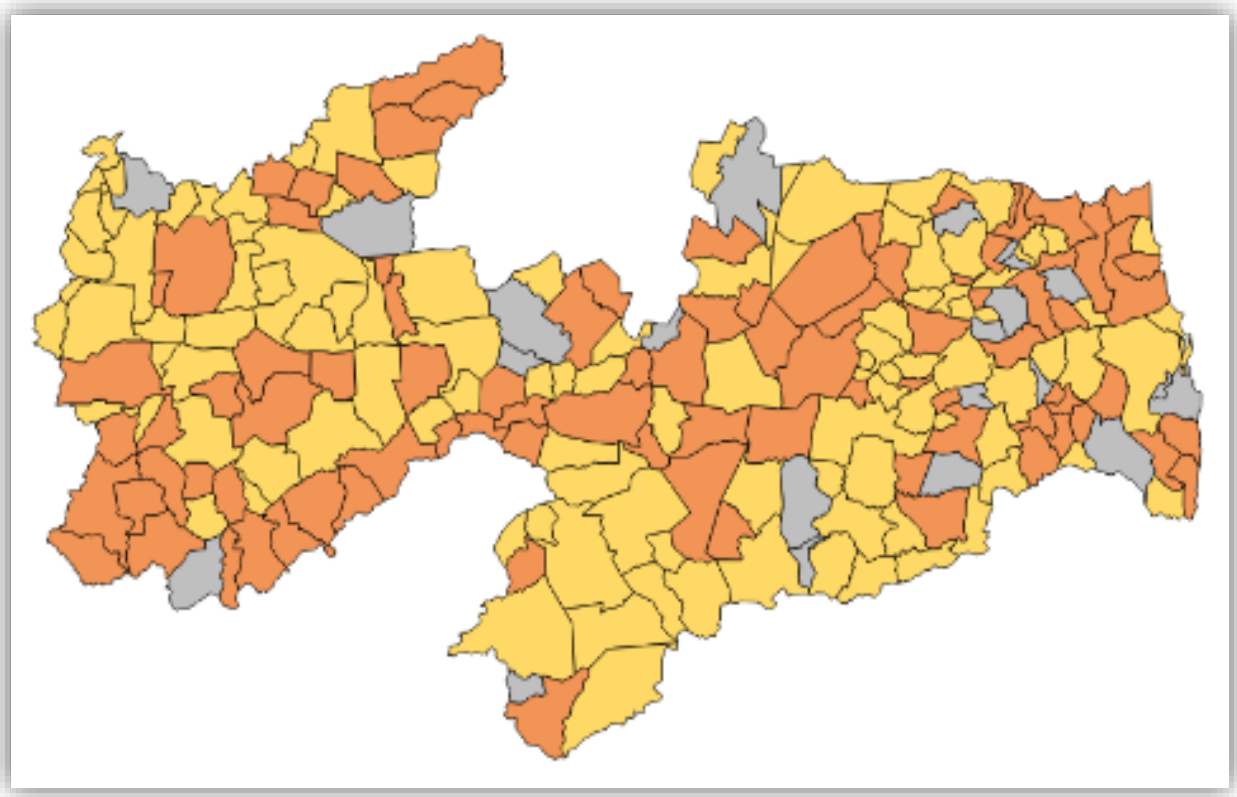
Visão Consolidada do IEGM – TCEPB

2016 Dados2015

4. Visualização Geográfica dos Municípios

O mapa a seguir evidencia as cores que representam as **faixas de resultados** correspondentes à nota geral do IEGM/TCEPB, obtida em cada um dos 223 municípios incluídos na apuração do indicador.

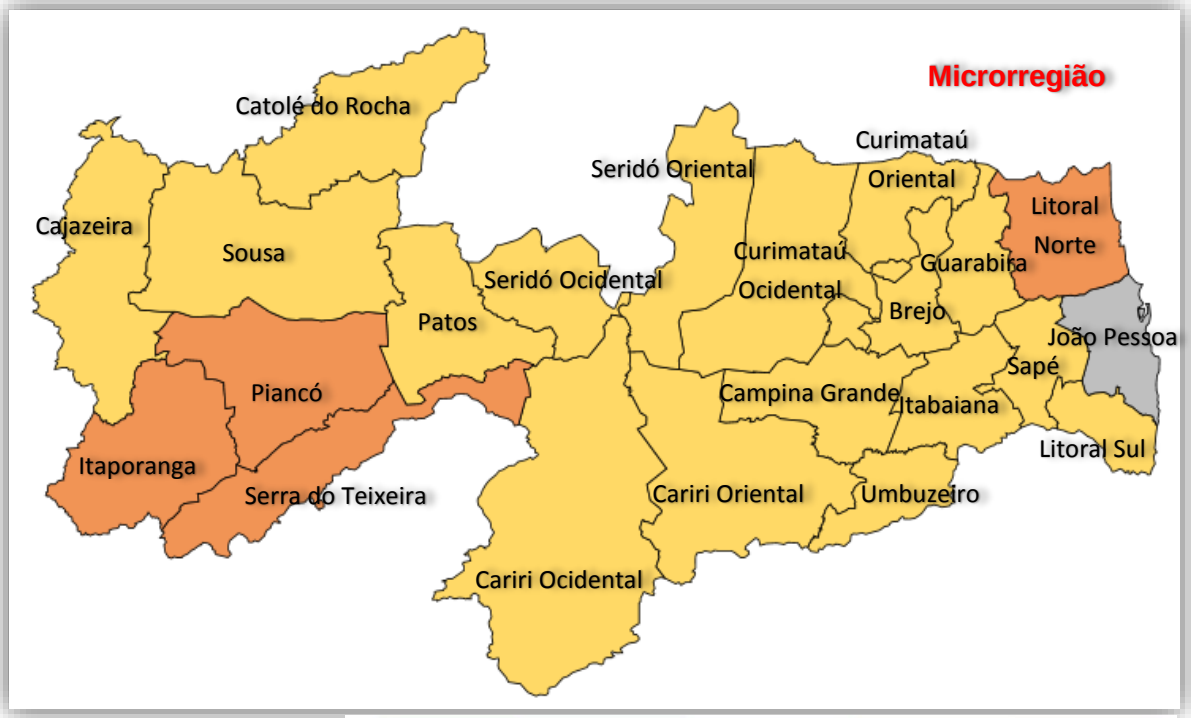
A cor amarela, predominante no mapa, demonstra que, na consolidação dos 07 índices temáticos, a maioria dos municípios (52%) possuem uma gestão pública enquadrada **EM FASE DE ADEQUAÇÃO** no que diz respeito à efetividade (Faixa de Resultado C+).



A	B+	B	C+	C
Altamente Efetiva	Muito Efetiva	Efetiva	Em fase de Adequação	Baixo Nível de Adequação

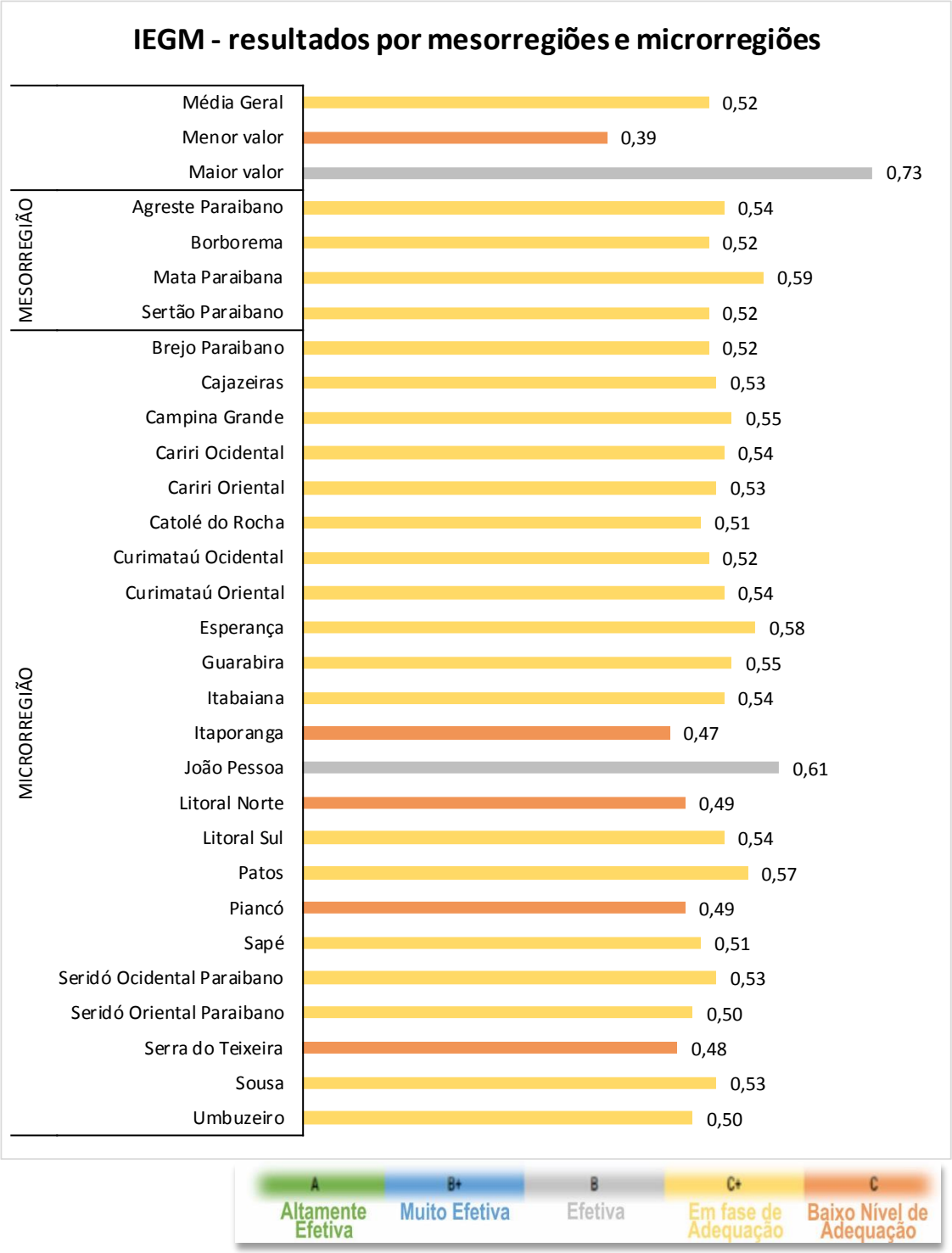
5. Médias Apuradas por Mesorregião e Microrregião

A caracterização de uma gestão pública "**em fase de adequação**" também se repete na demonstração da nota geral média do IEGM/TCEPB apurada nas 4 Mesorregiões e nas 23 Microrregiões do Estado, conforme evidenciado nos mapas a seguir:



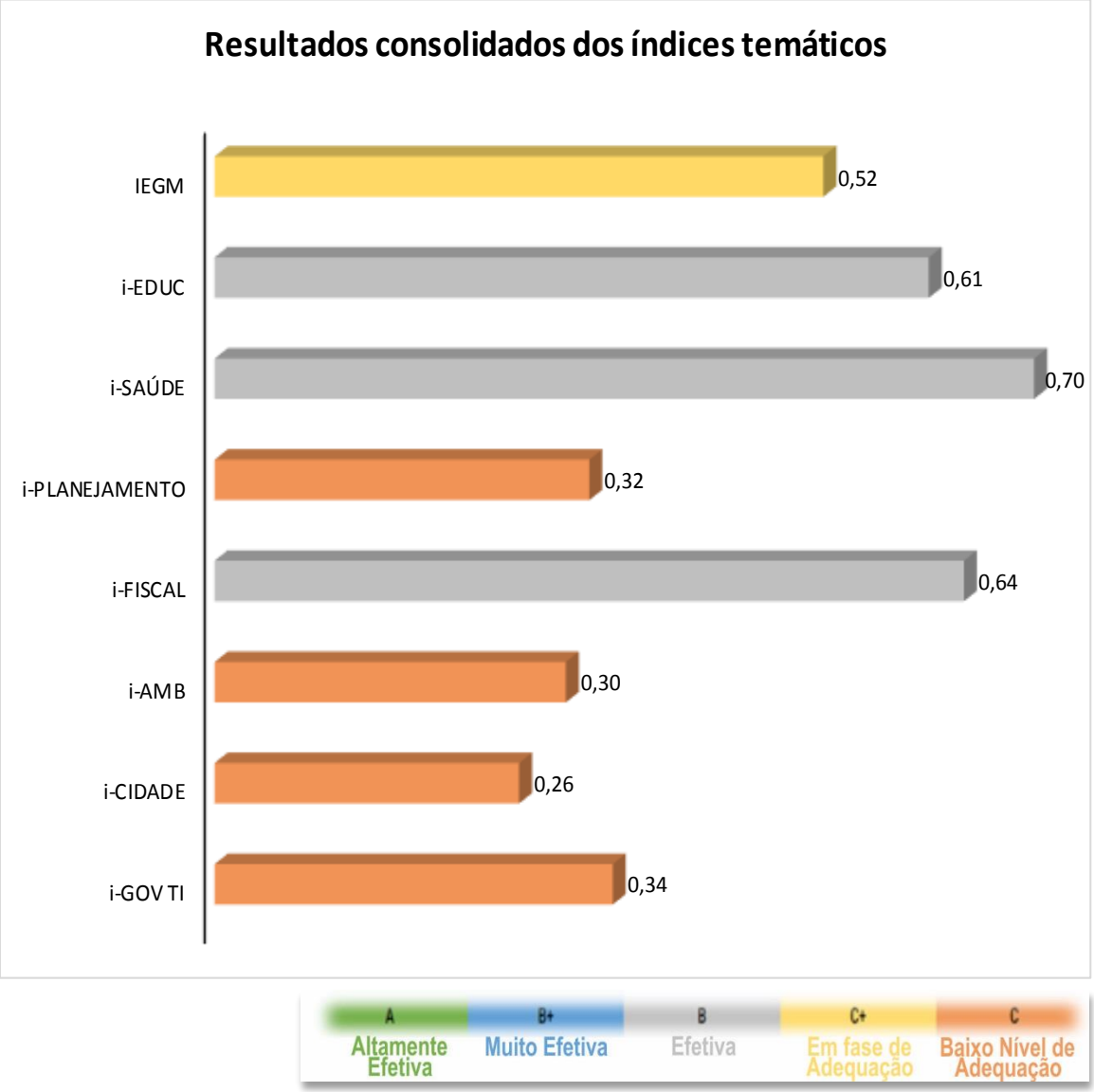
A	B+	B	C+	C
Altamente Efetiva	Muito Efetiva	Efetiva	Em fase de Adequação	Baixo Nível de Adequação

O gráfico abaixo apresenta a nota média geral do IEGM-TCEPB em cada uma das mesorregiões e microrregiões do Estado, bem como a maior e a menor nota obtida por este indicador, demonstrando que todas as mesorregiões e a maioria das microrregiões estão enquadradas na faixa **C+ (Em fase de adequação).**

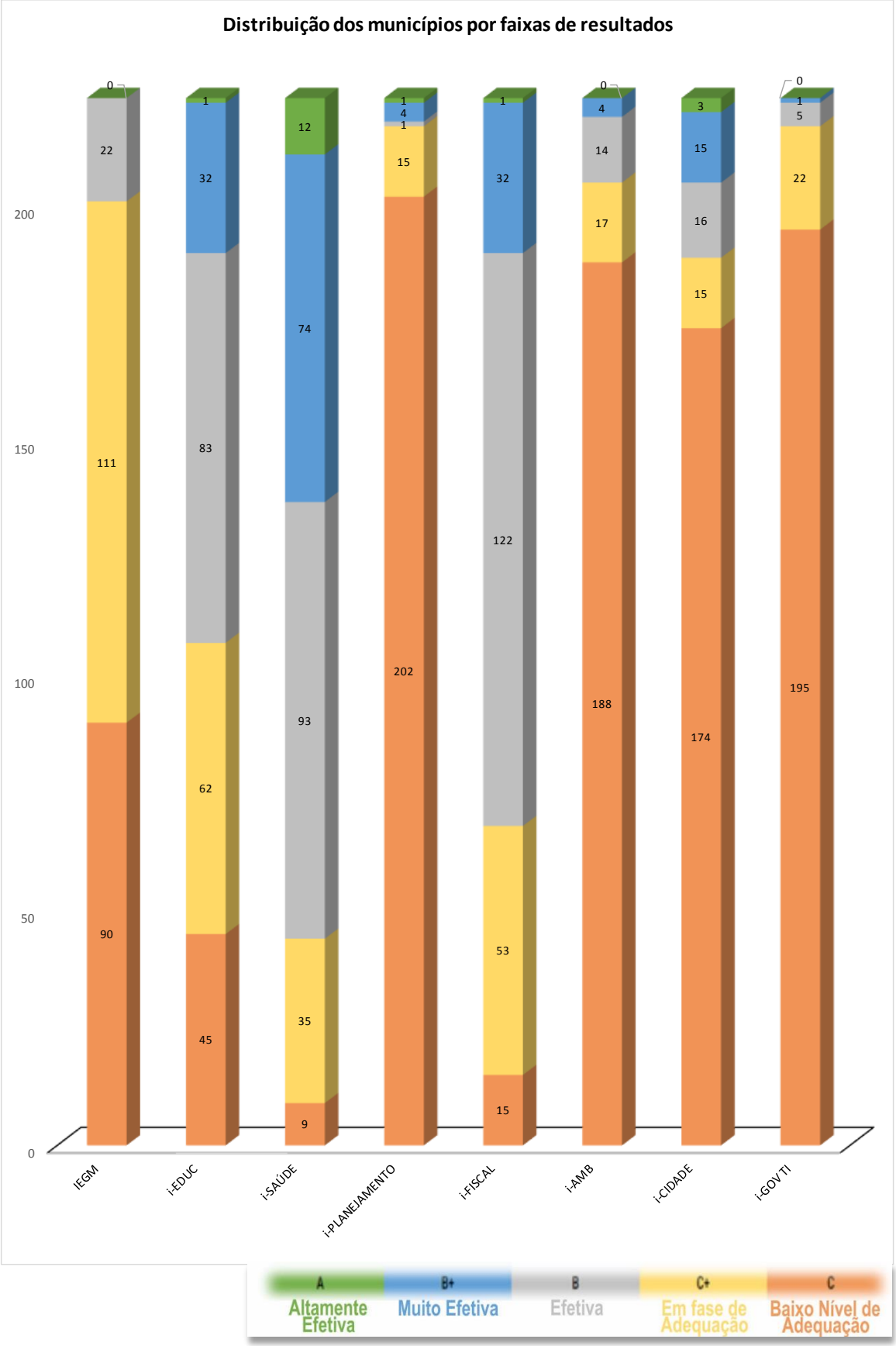


6. Resultado Consolidado Visual

A visualização gráfica a seguir revela as faixas de resultados definidos para o IEGM-TCEPB, correspondentes à nota média geral (entre 0 a 1) de cada índice temático:



O gráfico adiante ilustra a distribuição dos municípios em cada dimensão por faixa de resultados definidas para o IEGM-TCEPB, permitindo uma visualização geral do cenário.


Distribuição dos municípios por faixas de resultados
0
50
100
150
200
IEGM
i-EDUC
i-SAÚDE
i-PLANEJAMENTO
i-FISCAL
i-AMB
i-CIDADE
i-GOVTI
A
Altamente Efetiva
B+
Muito Efetiva
B
Efetiva
C+
Em fase de Adequação
C
Baixo Nível de Adequação

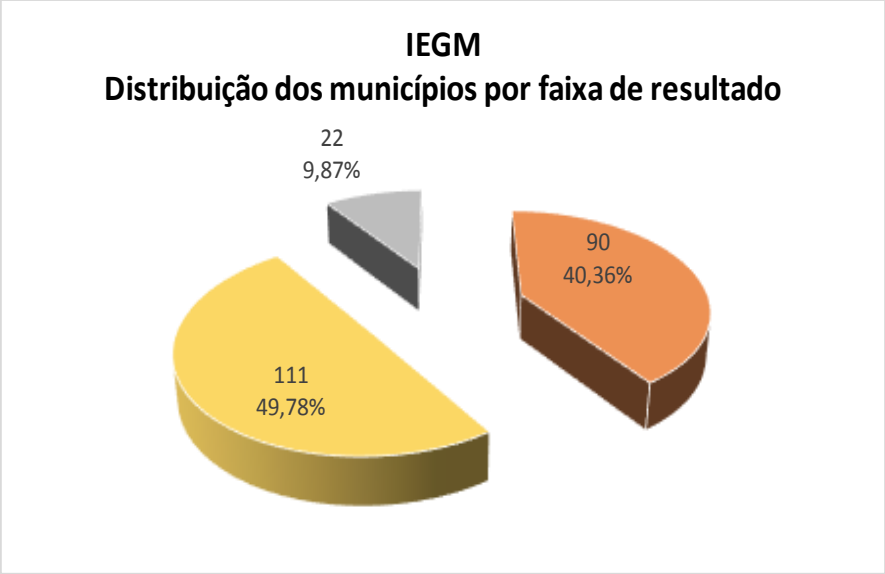
7. Análise dos Índices Temáticos

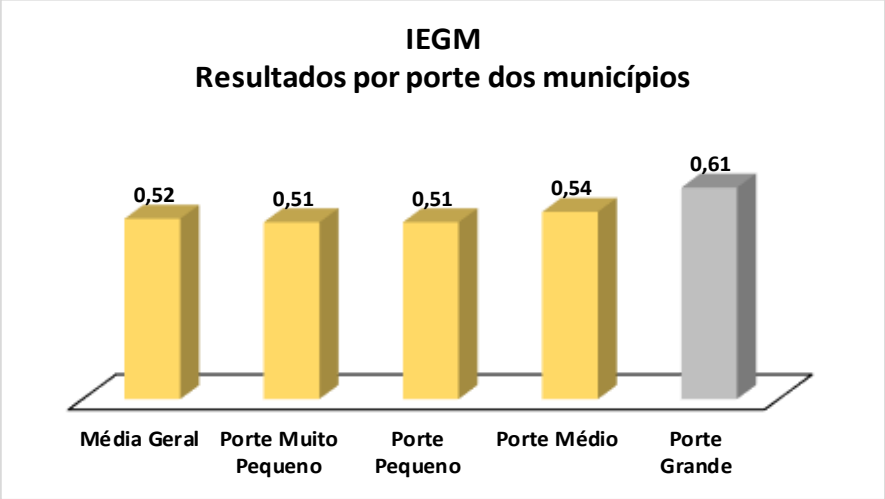
Sobre o IEGM

Necessário se faz enfatizar que todas as análises realizadas neste material estão baseadas unicamente nas respostas fornecidas pelos próprios municípios em formulário eletrônico elaborado pelo TCE-SP.

A nota média geral dos municípios foi de **0,52 pontos**, nível qualificado como **EM FASE DE ADEQUAÇÃO**.

A **distribuição percentual** dos municípios paraibanos **em cada faixa de resultado** e a nota **média geral do IEGM-TCEPB por porte** estão representadas nos gráficos abaixo:



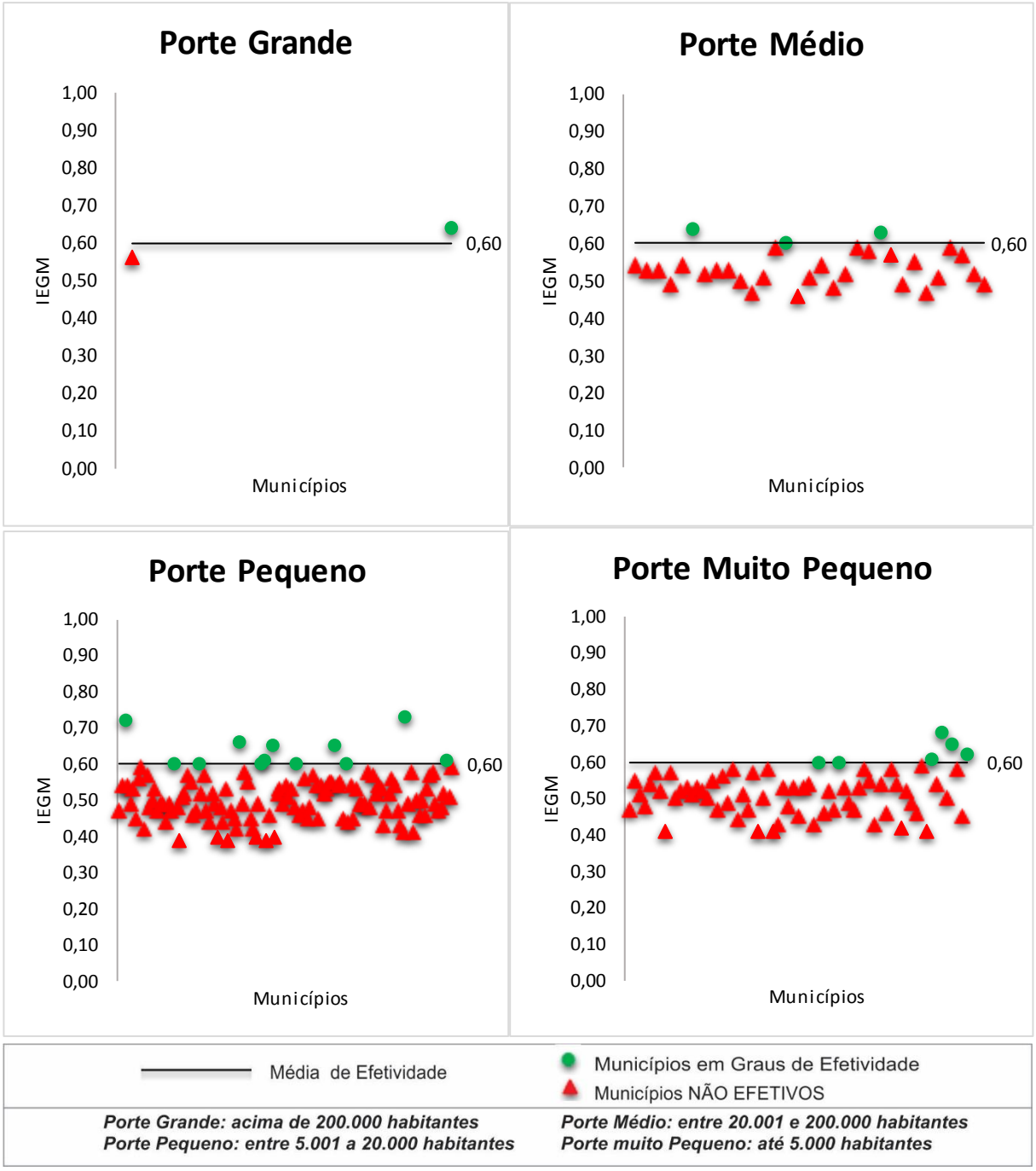


Pote ***muito Pequeno***: **até *5.000*** habitantes
Porte ***Pequeno***: entre ***5.001 e 20.000*** habitantes
Porte ***Médio***: entre ***20.001 a 200.000*** habitantes
Porte ***Grande***: **acima** de ***200.000*** habitantes

A	B+	B	C+	C
Altamente Efetiva	Muito Efetiva	Efetiva	Em fase de Adequação	Baixo Nível de Adequação

IEGM por Porte

Com a finalidade de verificar a diferença de desempenho na nota geral do IEGM-TCEPB em função do porte do município, agrupam-se os 223 em quatro faixas populacionais, de acordo a estimativa populacional para os municípios feita pelo IBGE em 01/07/2015:



Pode-se observar nos gráficos anteriores que as quatro faixas de portes apresentam:

- → Os municípios que alcançaram ou superaram a nota 0,60 (Efetiva; Muito Efetiva ou Altamente Efetiva), denominados de **Municípios em Grau de Efetividade**;
- → Os que não atingiram essa nota (Em fase de adequação ou Baixo Nível de Adequação), denominados de **Municípios Não Efetivos.**

Em relação ao total de municípios em cada porte, os que estão *em Grau de Efetividade* e os *Não Efetivos* estão distribuídos percentualmente da seguinte forma:

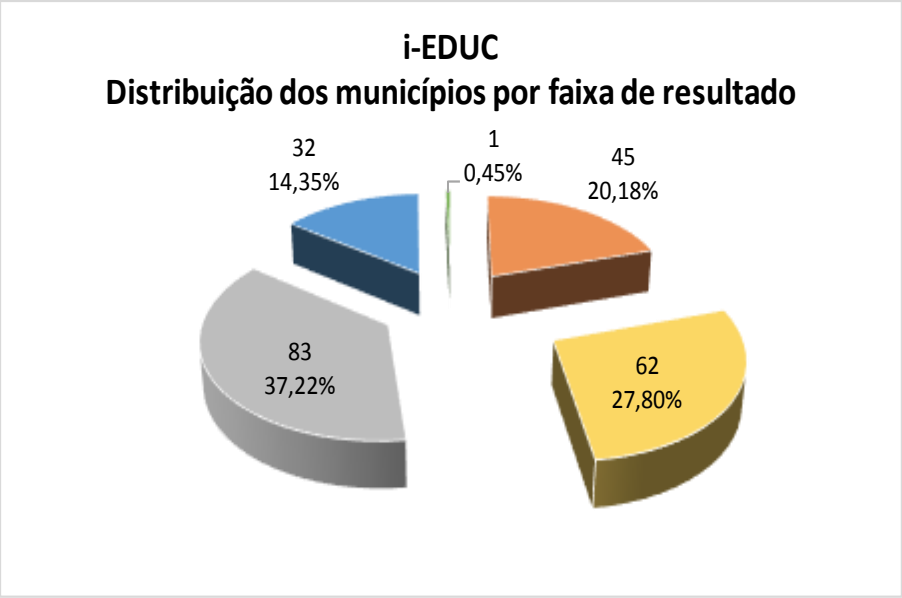
Porte	Grande	Médio	Pequeno	Muito Pequeno
Municípios em Grau de Efetividade	50%	9,68%	9,76%	8,96%
Municípios Não Efetivos	50%	90,32%	90,24%	91,04%

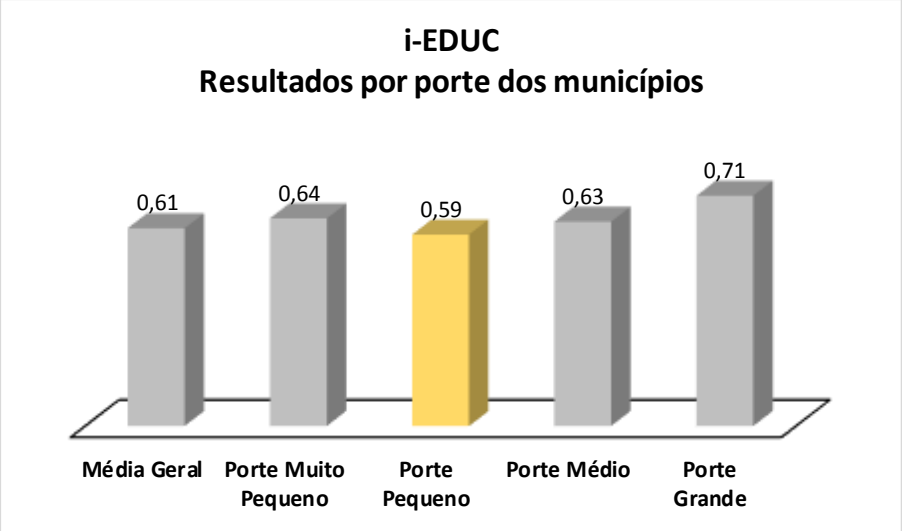
Sobre a Educação

No **i-Educ**, dos 223 municípios paraibanos, **116** (52,02%) estão posicionados nas faixas de resultados A (Altamente Efetiva), B+ (Muito Efetiva) e B (Efetiva).

A nota média dos municípios foi de **0,61 pontos**, nível qualificado como **efetivo**.

Neste tema, observa-se que os municípios de **Porte Grande** obtiveram **média superior** à dos municípios de demais Portes, notadamente aos municípios de **Pequeno Porte**.



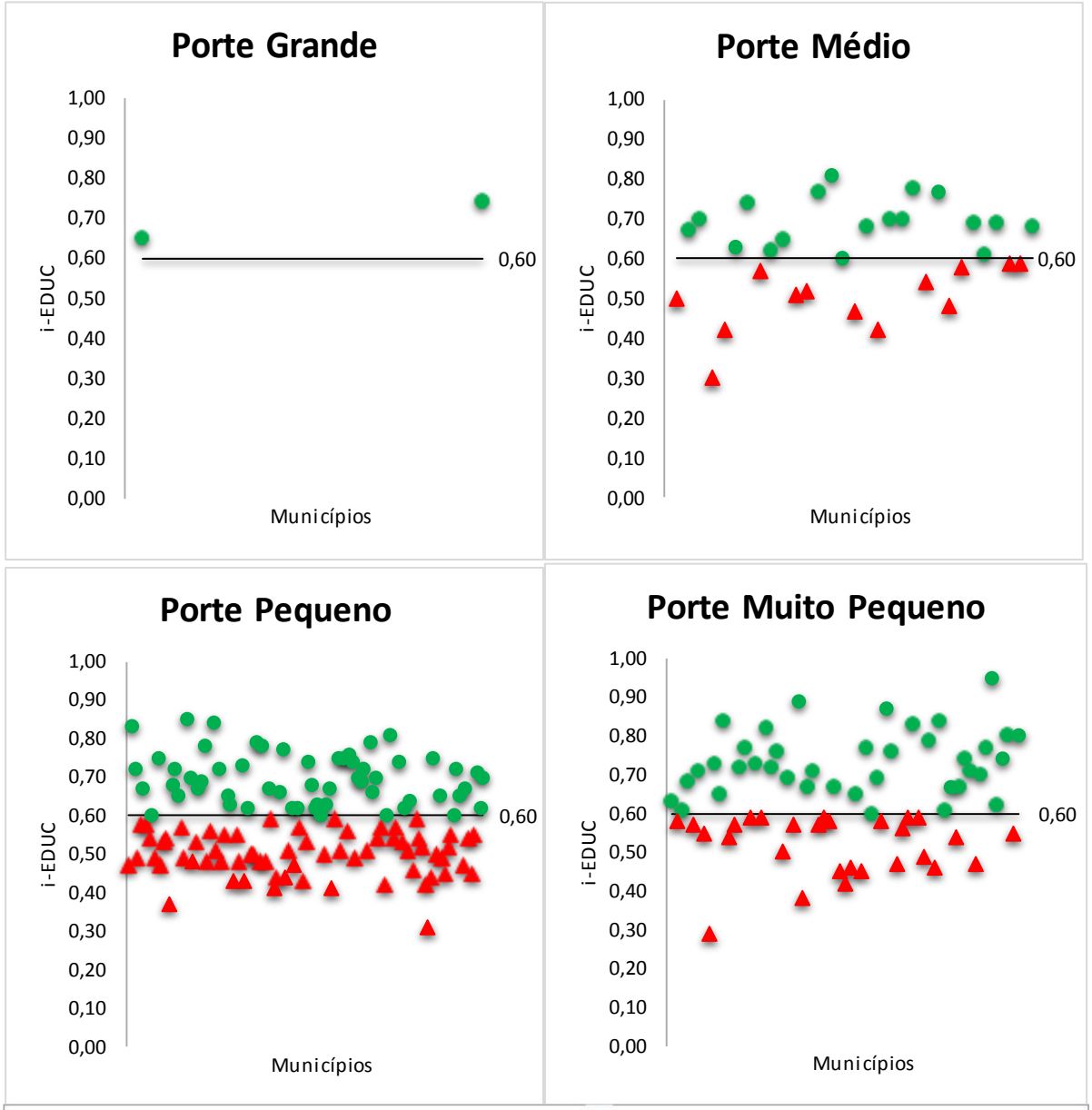


Pote ***muito Pequeno***: **até *5.000*** habitantes
Porte ***Pequeno***: entre ***5.001 e 20.000*** habitantes
Porte ***Médio***: entre ***20.001 a 200.000*** habitantes
Porte ***Grande***: **acima** de ***200.000*** habitantes

A	B+	B	C+	C
Altamente Efetiva	Muito Efetiva	Efetiva	Em fase de Adequação	Baixo Nível de Adequação

I-Educ por Porte

Com a finalidade de verificar a diferença de desempenho na nota média obtida no i-Educ em função do porte do município, agrupam-se os 223 em quatro faixas populacionais, de acordo a estimativa populacional para os municípios feita pelo IBGE em 01/07/2015.



Porte Grande: acima de 200.000 habitantes
Porte Médio: entre 20.001 e 200.000 habitantes
Porte Pequeno: entre 5.001 a 20.000 habitantes
Porte muito Pequeno: até 5.000 habitantes

Pode-se observar nos gráficos anteriores que as quatro faixas de portes apresentam:

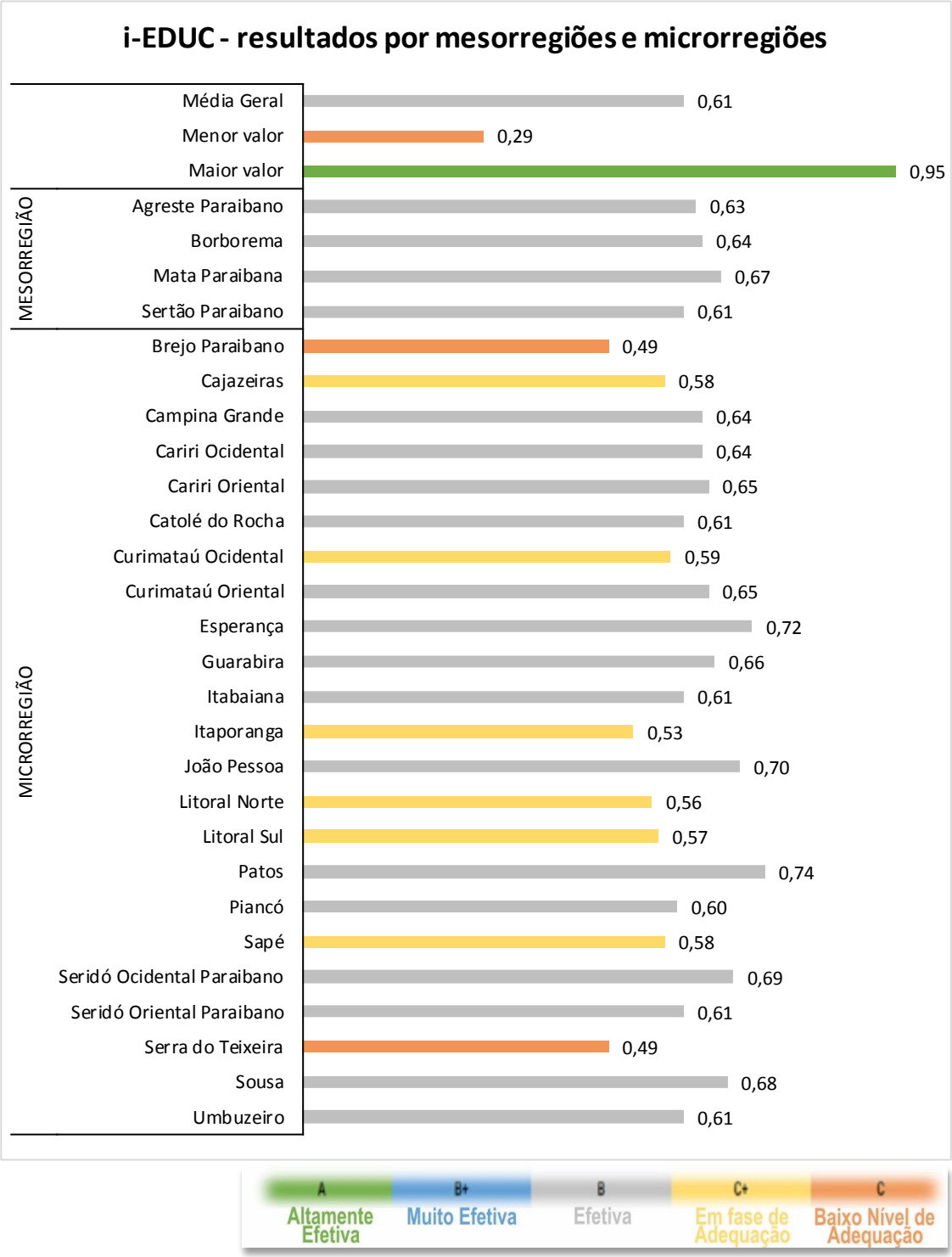
- → Os municípios que alcançaram ou superaram a nota 0,60 (Efetiva; Muito Efetiva ou Altamente Efetiva), denominados de **Municípios em Grau de Efetividade**;
- → Os que não atingiram essa nota (Em fase de adequação ou Baixo Nível de Adequação), denominados de **Municípios Não Efetivos.**

Em relação ao total de municípios em cada porte, os que estão *em Grau de Efetividade* e os *Não Efetivos* estão distribuídos percentualmente da seguinte forma:

Porte	Grande	Médio	Pequeno	Muito Pequeno
Municípios em Grau de Efetividade	100%	58,06%	46,34%	58,21%
Municípios Não Efetivos	0%	41,94%	53,66%	41,79%

I-Educ por Mesorregiões e Microrregiões

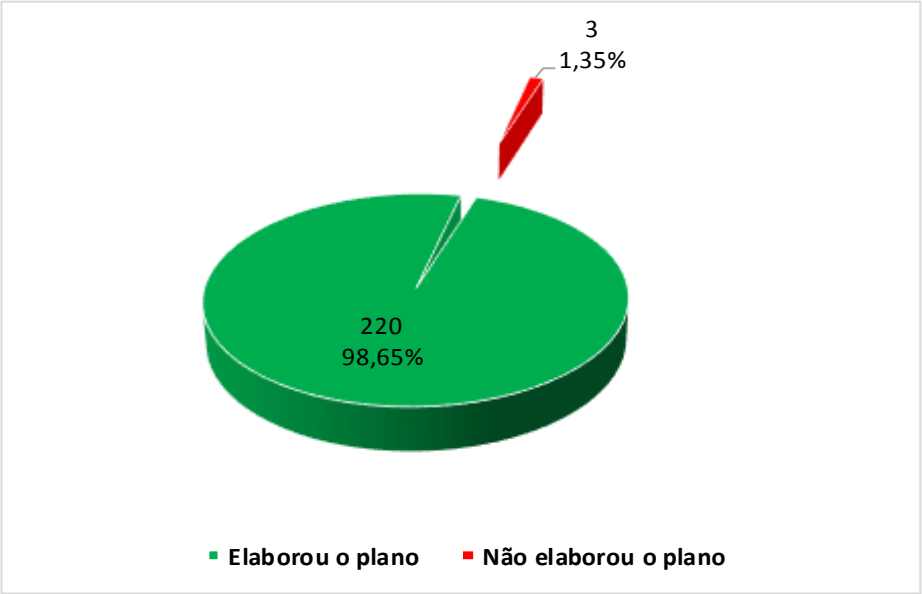
O gráfico abaixo evidencia a nota média do i-Educ em cada uma das mesorregiões e microrregiões do Estado, bem como a maior e a menor nota obtida por este indicador, constatando que todas as mesorregiões e a maioria das microrregiões estão enquadradas na faixa **B (Efetiva).**



Análises Específicas da Educação

Plano Municipal de Educação

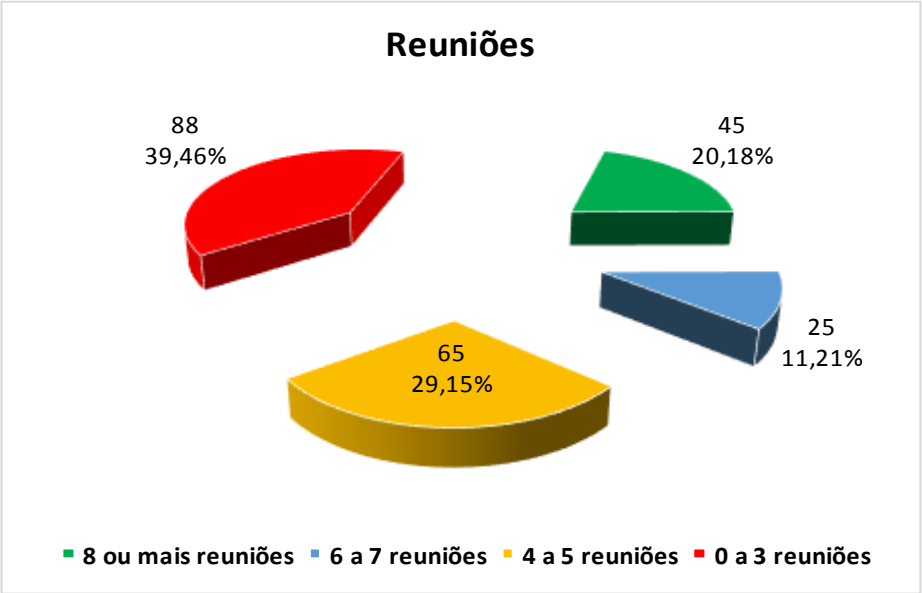
220 municípios (98,65%) declararam **possuir Plano Municipal de Educação**, cujo prazo limite para elaboração era julho/2015, segundo o art. 8º do PNE-Plano Nacional de Educação[1].



Conselho Municipal de Educação

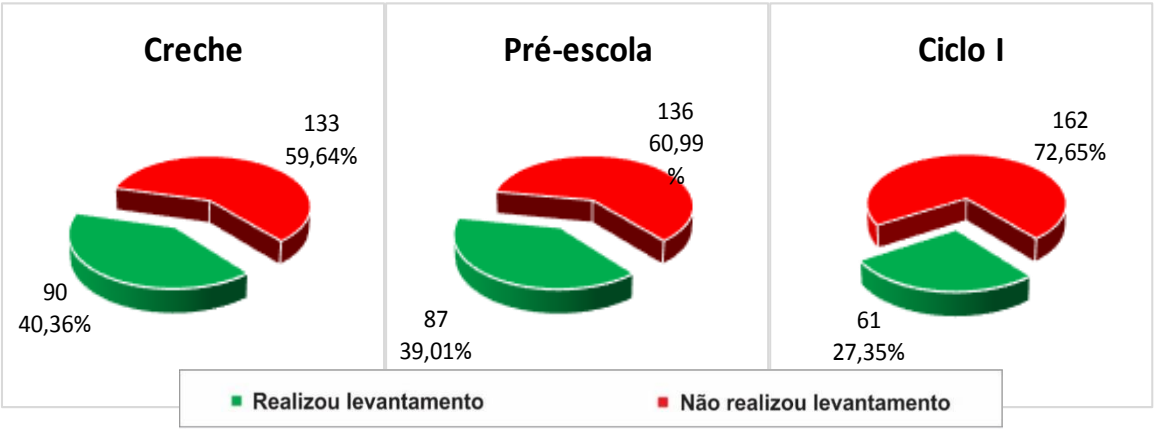
210 municípios (94,17%) informaram possuir **Conselho Municipal de Educação estruturado e atuante** com a composição de membros completa e de acordo com a legislação. Observa-se que o assunto foi tratado no PNE, na Meta 19 (Estratégia 19.5)[2].

Quanto à atuação do Conselho, apenas **45 municípios** (20,18%) asseveraram realizar **mais de 8 reuniões anuais** em 2015.



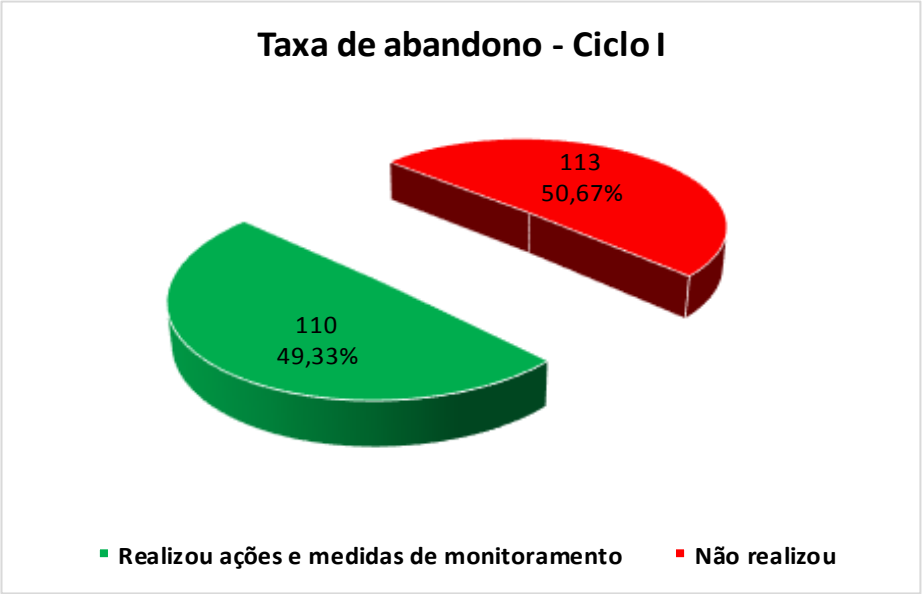
Levantamento da demanda por vagas

Ao questionar se a Prefeitura municipal fez pesquisa/estudo para levantar o número de criança que necessitava de **creches**, **pré-escola** e **Ciclo I** (1º ao 5º ano do ensino fundamental), constata-se que o número de municípios que fizeram levantamento diminuiu à medida que aumentavam as etapas de ensino.



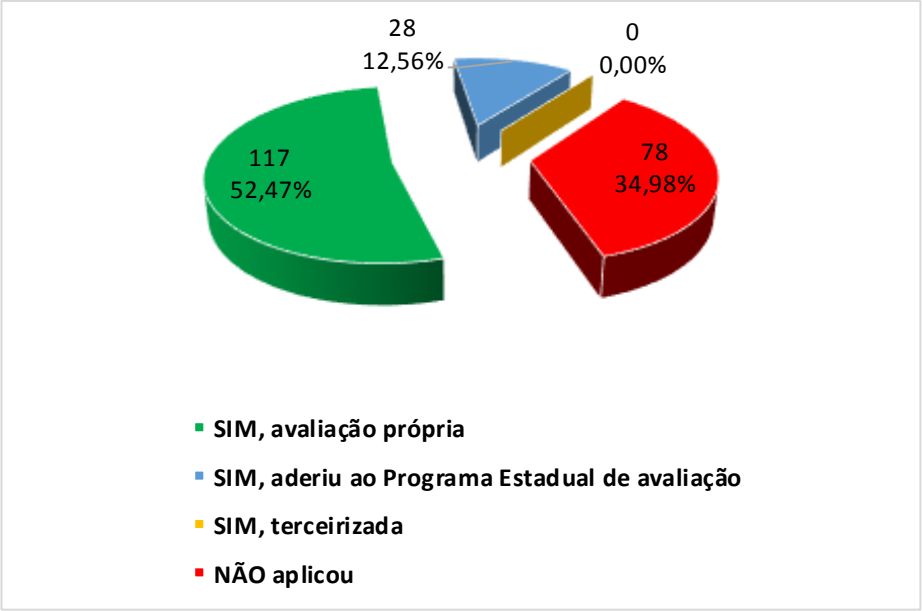
Levantamento da taxa de abandono

Para o quesito acerca da realização de ações e medidas para **monitoramento da taxa de abandono** das crianças matriculadas no **Ciclo I** (do 1º ao 5º ano do ensino fundamental), identifica-se que, quase a metade dos municípios, **110** (49,33%), **realizaram** algum acompanhamento.



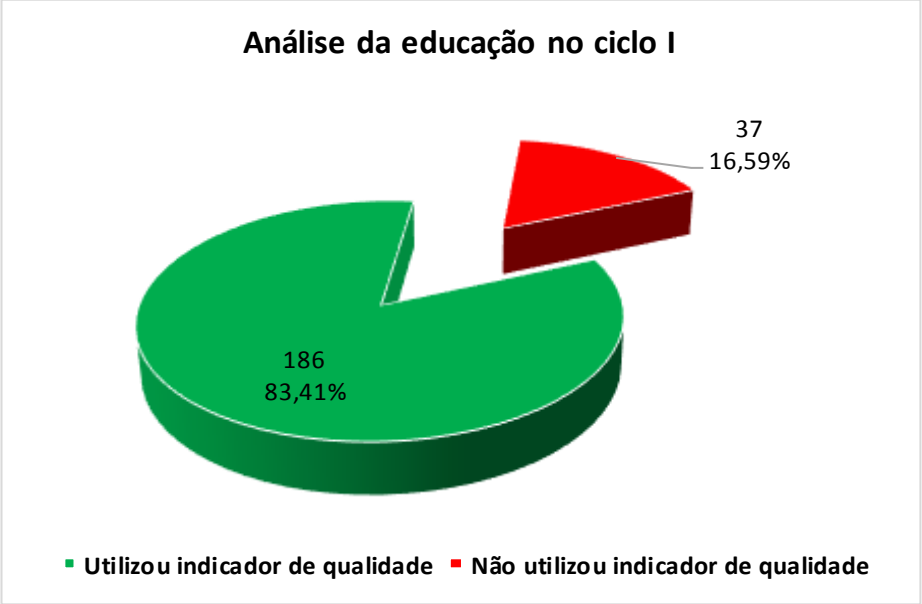
Avaliação do rendimento escolar

145 municípios (65,03%) responderam que aplicaram algum programa de avaliação de rendimento escolar, seja **avaliação própria** ou através de **programa estadual**.



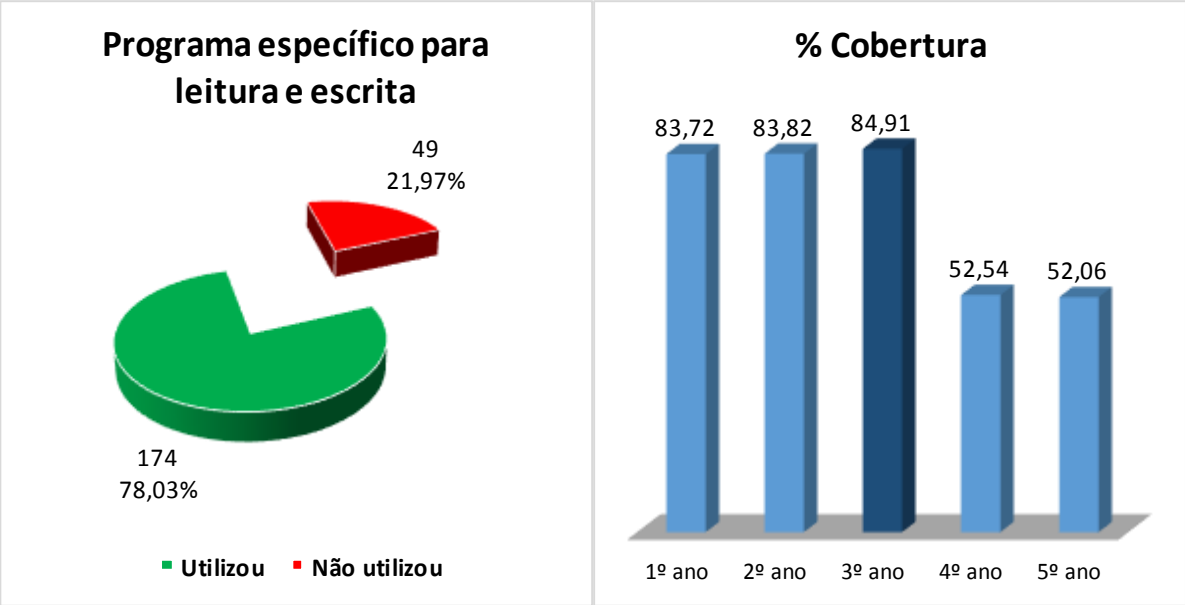
Análise da Educação no Ciclo I (1º ao 5º ano do ensino fundamental)

186 municípios (83,41%) afirmaram utilizar um indicador de qualidade para análise da Educação do Ciclo I, sendo o IDEB o mais utilizado por **171 municípios**.

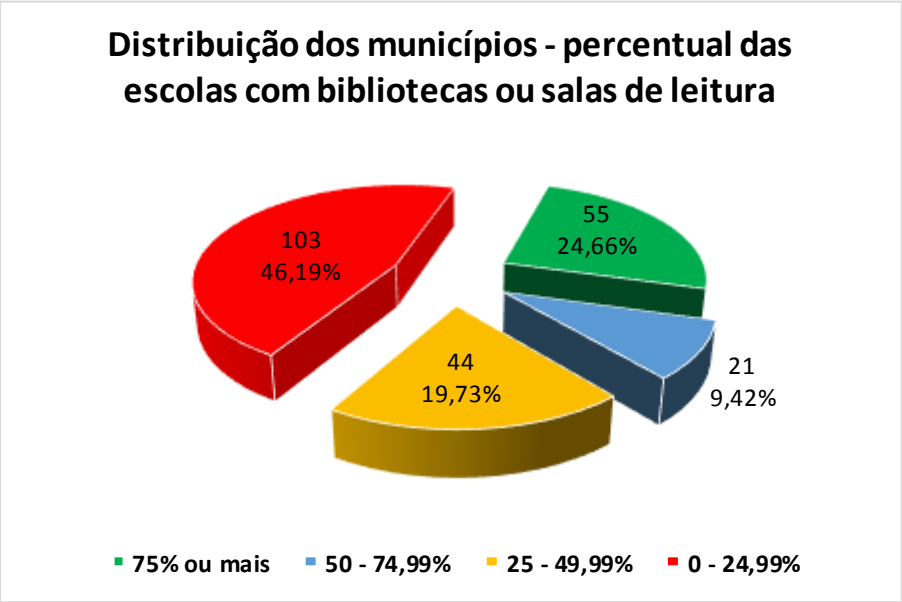


Programa específico para leitura e escrita

174 municípios (78,03%) declararam utilizar **programa específico** para **leitura e escrita**, sendo que o maior percentual de cobertura foi no 3º ano (84,91%).

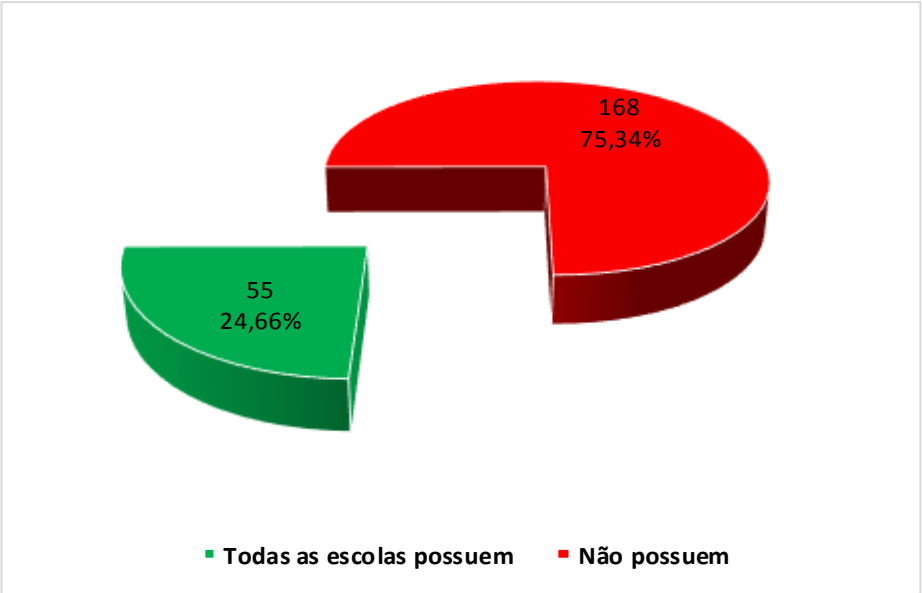


Foi solicitado ainda o número de **bibliotecas** e **de salas de leitura** em toda rede de ensino. Para esse item, de acordo com as informações prestadas, verifica-se que, em média, apenas **35,60%** das escolas possuem bibliotecas/sala de leitura em sua rede escolar, sendo que, em 55 municípios, esse percentual é igual ou superior a 75%.



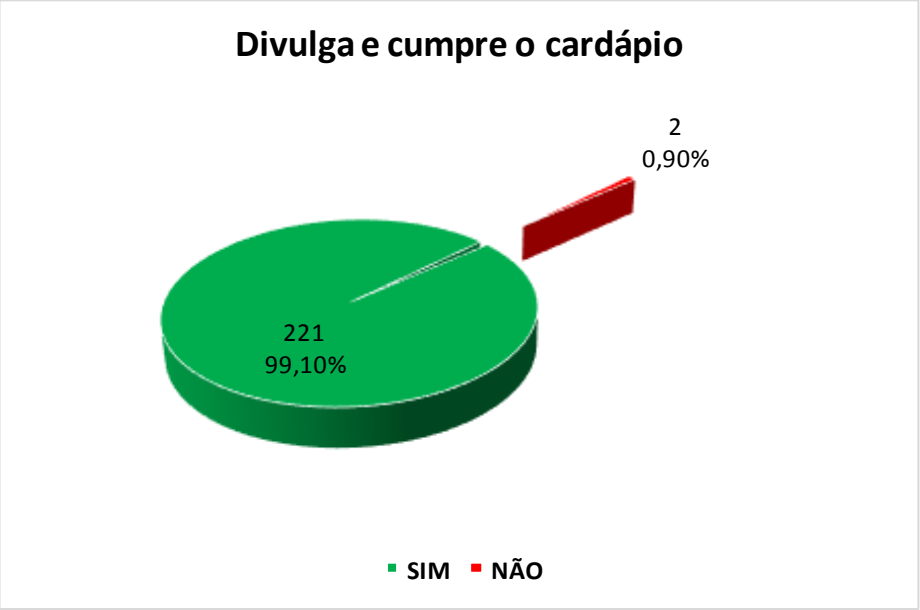
Laboratório ou Sala de Informática

Especificamente sobre a infraestrutura de ensino com apoio da Tecnologia, observa-se que apenas **55 municípios** (24,66%) afirmaram **possuir laboratórios ou sala de informática** com **computadores** para os alunos **em todas as escolas** do Ciclo I (1º ao 5º ano do ensino fundamental) da rede escolar municipal.

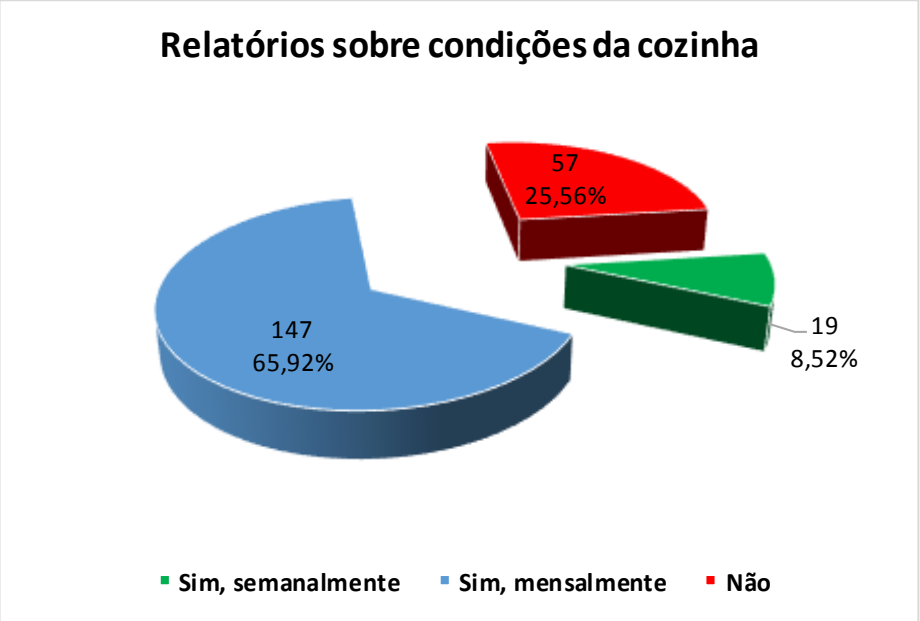


Merenda escolar

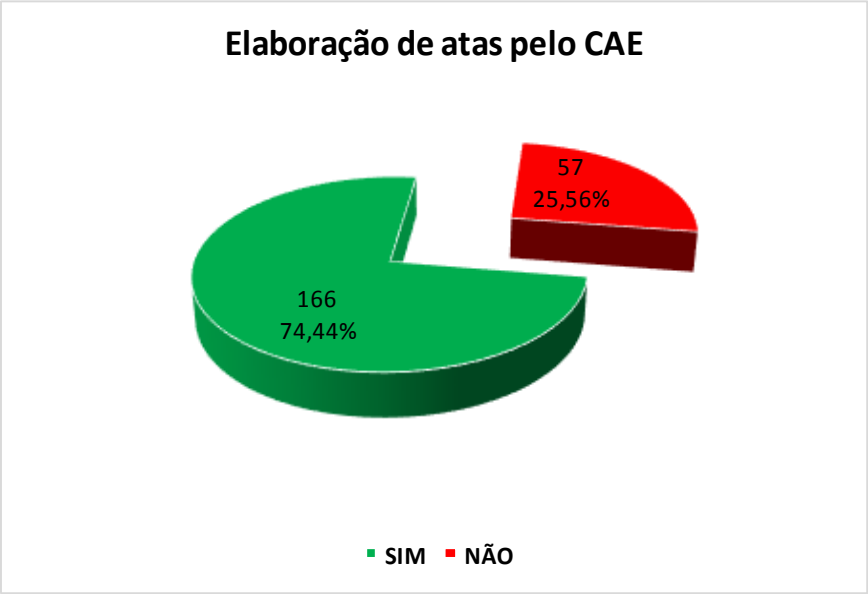
A grande maioria dos municípios, **221** (99,10%), garantiram divulgar e cumprir o cardápio pré-estabelecido pela nutricionista.



Em relação ao **controle e condições da cozinha** (condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos e acompanhamento/aceitação do cardápio proposto na rede escolar municipal), **147 municípios** (65,92%) declararam a existência de um monitoramento por meio de **relatórios mensais** elaborados pela nutricionista e **19 municípios** (8,52%) mediante **relatórios semanais.** Os demais municípios, **57** (25,56%), informaram **não possuir** tal controle.

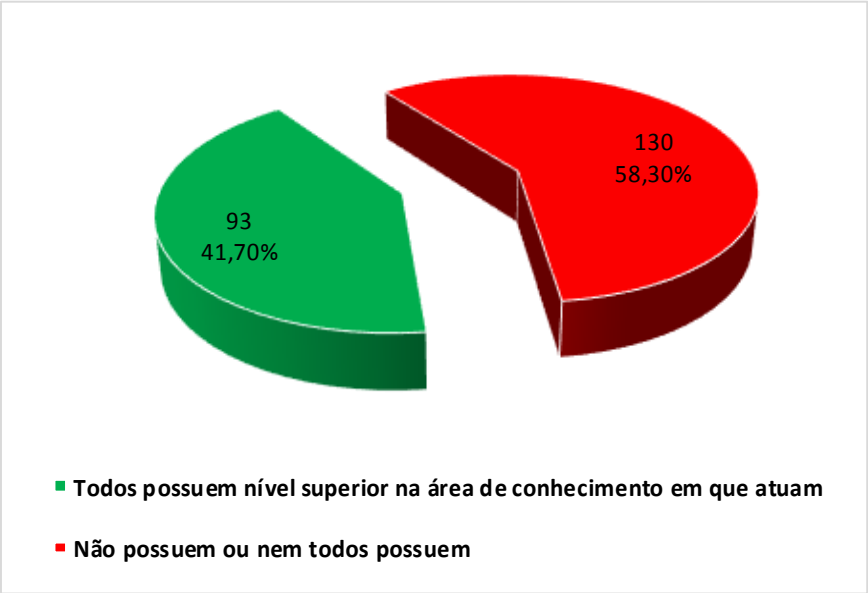


Quanto à **elaboração de atas pelo Conselho de Alimentação Escolar-CAE**, que permite atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos, bem como avaliar o cardápio e sua aceitação pelos alunos, considerando itens como quantidade e qualidade, variedade, respeito aos hábitos locais e regionais, adequação ao horário, conservação e manuseio dos alimentos e condições higiênicas dos locais de preparo e serviço, **166 municípios** (74,44%) declararam dispor das referidas atas.

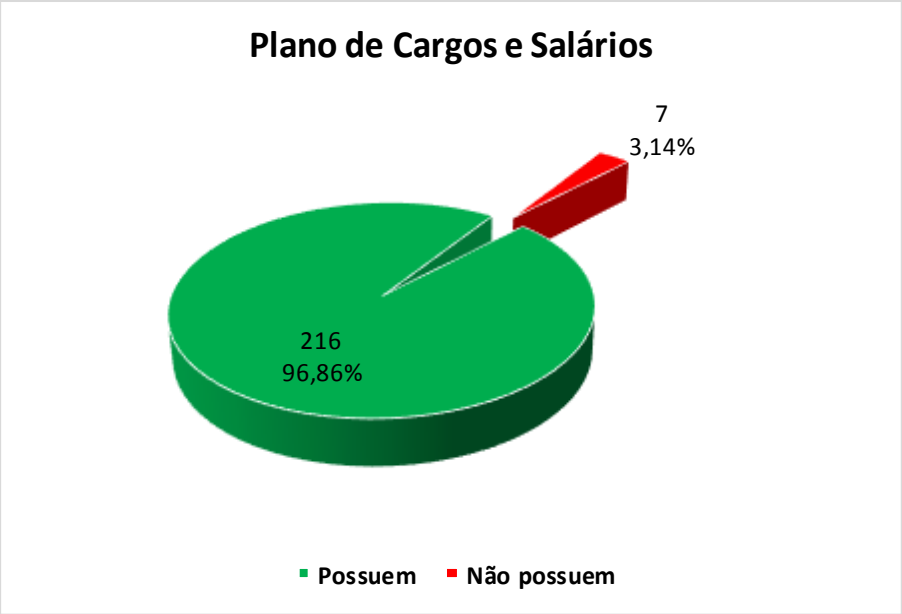


Professores

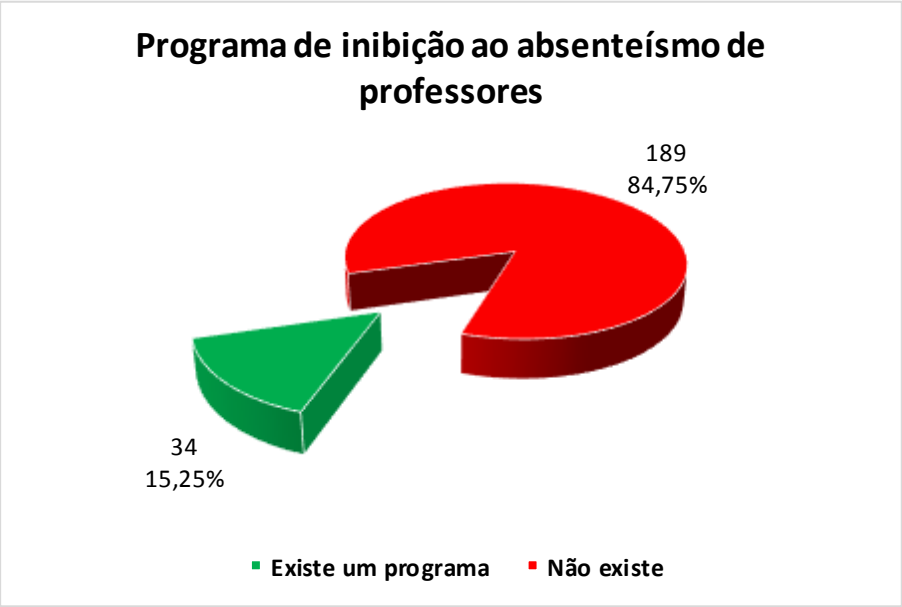
Considerando os dados levantados, apenas **93 municípios** (41,70%) informaram que **todos os professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior**, **obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam**, conforme instituído no art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Quanto aos demais, precisamente **130 municípios**, **em média, 73,58%** de seus professores possuem tal formação específica.



Sobre o quesito **Plano de Cargos e Salários**, a grande maioria dos municípios, **216** (96,86%), afirmaram possuir o referido plano para seus professores.



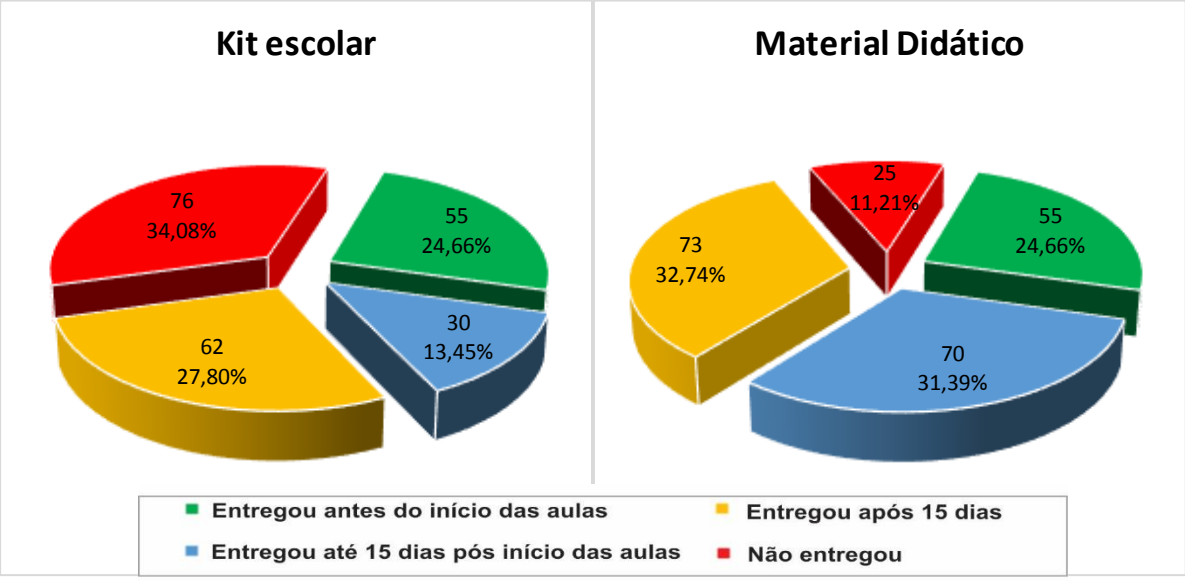
Em relação à existência de um **programa de inibição ao absenteísmo de professores** em sala de aula (incluindo os afastamentos legais), apenas **34 municípios** (15,25%) admitiram possuir algum tipo de programa.



Material e Uniforme Escolares

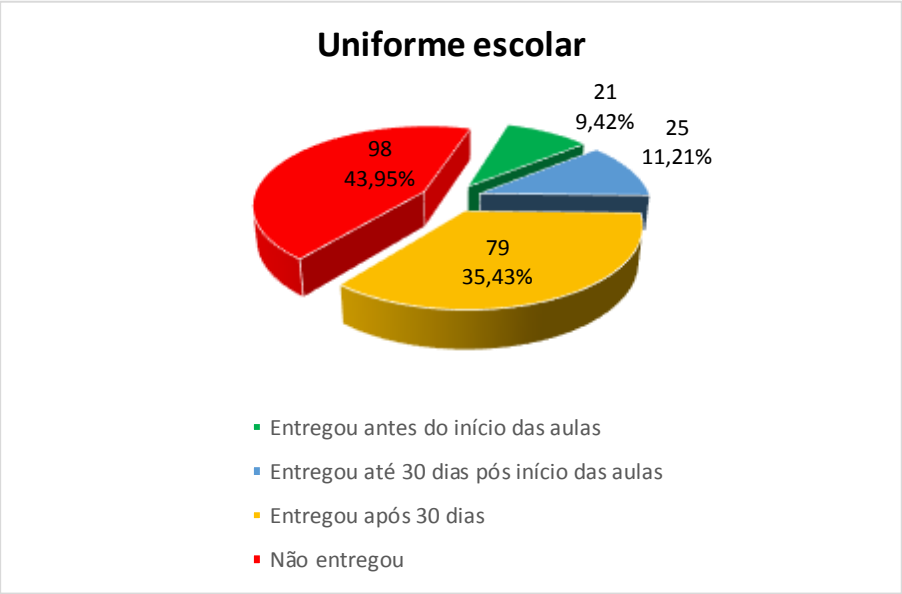
Sobre a entrega do **Kit escolar** (cadernos, lápis, borrachas, etc) aos alunos da rede municipal, identifica-se que **147 municípios** (65,91%) afirmaram a entrega, sendo que apenas **55 municípios** (24,66%) forneceram **antes do início das aulas**.

Já em relação ao **material didático** (livros, apostilas, etc) a disponibilização foi mais abrangente, averígua-se que uma maior parte dos municípios, **198** (88,79%), confirmaram o seu fornecimento, e, da mesma forma, **55 municípios** (24,66%) o fizeram **antes do início das aulas**.



E por fim, no concernente à distribuição do **uniforme escolar**, pouco mais da metade dos municípios, **125** (56,06%), entregaram o fardamento aos alunos da rede municipal de ensino,

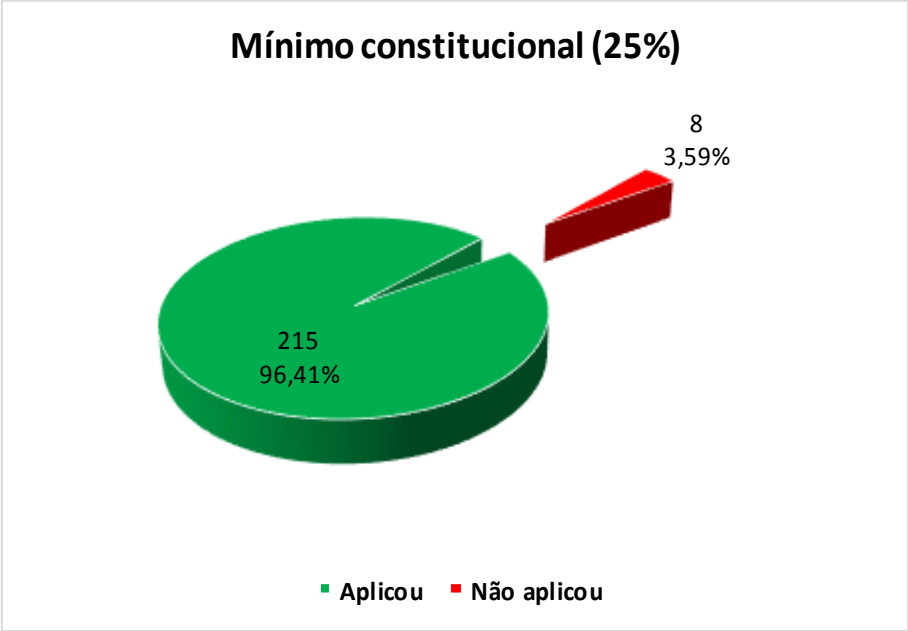
dos quais, tão somente **21 municípios** (9,42%) declararam a entrega **antes do início das aulas**.



Mínimo Constitucional da Educação e Fundeb

A Constituição Federal de 1988 aborda, em seu art. 212[3], sobre o mínimo constitucional a ser **aplicado na Educação** pelos Municípios. Por se tratar de norma constitucional relevante, o não cumprimento deste artigo implica diminuição de 1(um) grau na nota geral do IEGM, conforme regras das faixas de resultado constante no Manual do IEGM.

Para a apuração deste quesito, foram considerados apenas os dados fornecidos pelos municípios através do próprio formulário. Com base nas informações prestadas, **215 municípios** (96,41%) afirmaram que **cumpriram o mínimo constitucional em Educação** (**25%)**.

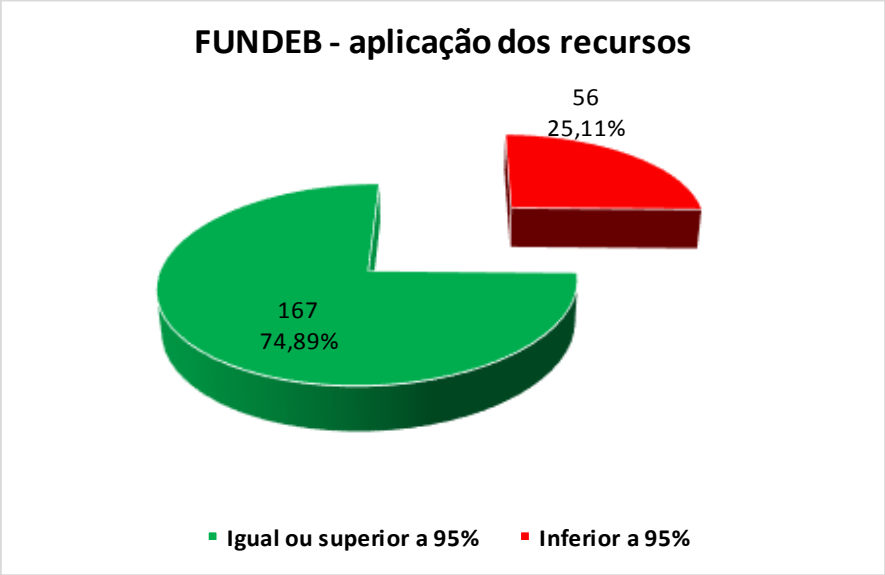


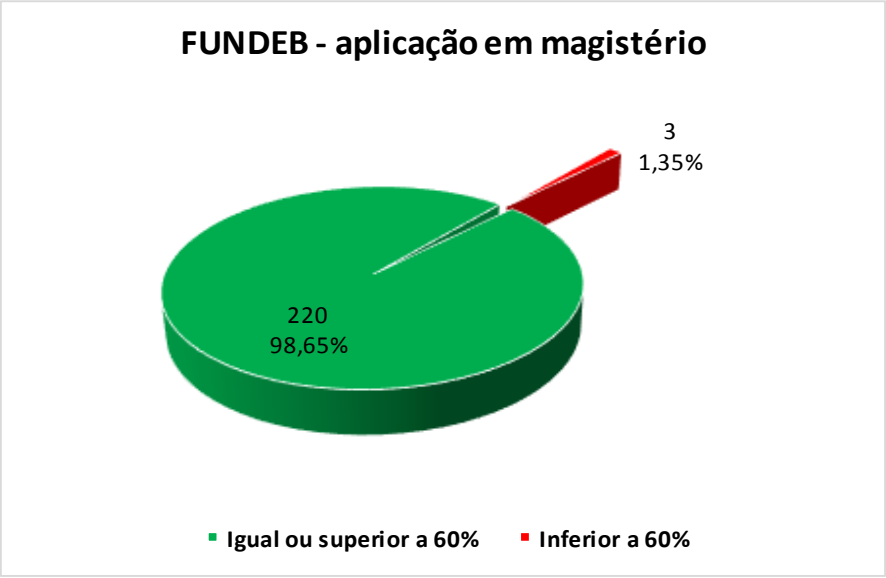
O **FUNDEB** (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação) é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual, formado em parceria financeira de recursos federais e por recursos provenientes de impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da CF. Independentemente da fonte de origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.

De acordo com a Lei nº 11.949/2007[4], no mínimo, **95% dos recursos** do fundo será aplicado pelo município no exercício financeiro em que foi creditado.

Ainda se tratando da lei que regulamenta do FUNDEB, pelo menos **60% dos recursos** anuais totais do fundo serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

Assim, de acordo com as respostas informadas, percebe-se que **167 municípios** (74,89%) **aplicaram um valor igual ou superior a 95%** dos recursos do fundo na educação básica, e **220 municípios** (98,65%) **cumpriram o percentual mínimo** (**60%**) de aplicação de recursos na remuneração dos profissionais do magistério.



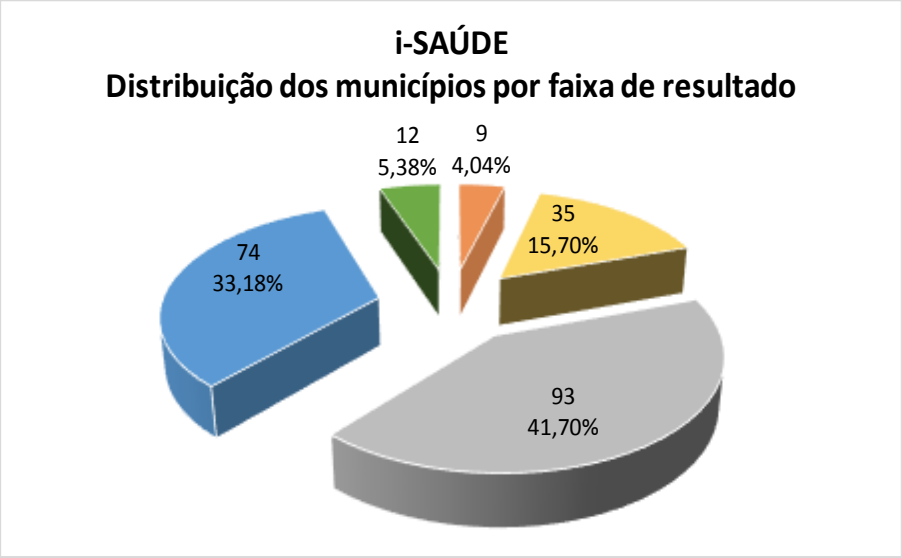

FUNDEB - aplicação em magistério
3
1,35%
220
98,65%
Igual ou superior a 60%
Inferior a 60%

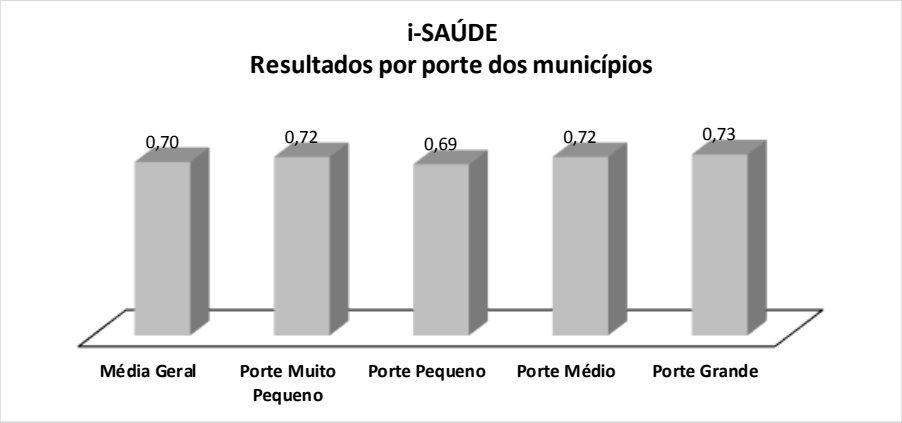
Sobre a Saúde

No **i-Saúde**, dos 223 municípios paraibanos, **179 (80,26%)** estão posicionados nas faixas de resultados A (Altamente Efetiva), B+ (Muito Efetiva) e B (Efetiva).

A nota média dos municípios foi de **0,70 pontos**, nível qualificado como **efetivo**.

Neste tema, observa-se que os municípios de **Portes Grande**, **Médio** e **Muito Pequeno** alcançaram média **ligeiramente superior** à dos Municípios de **Pequeno Porte.**

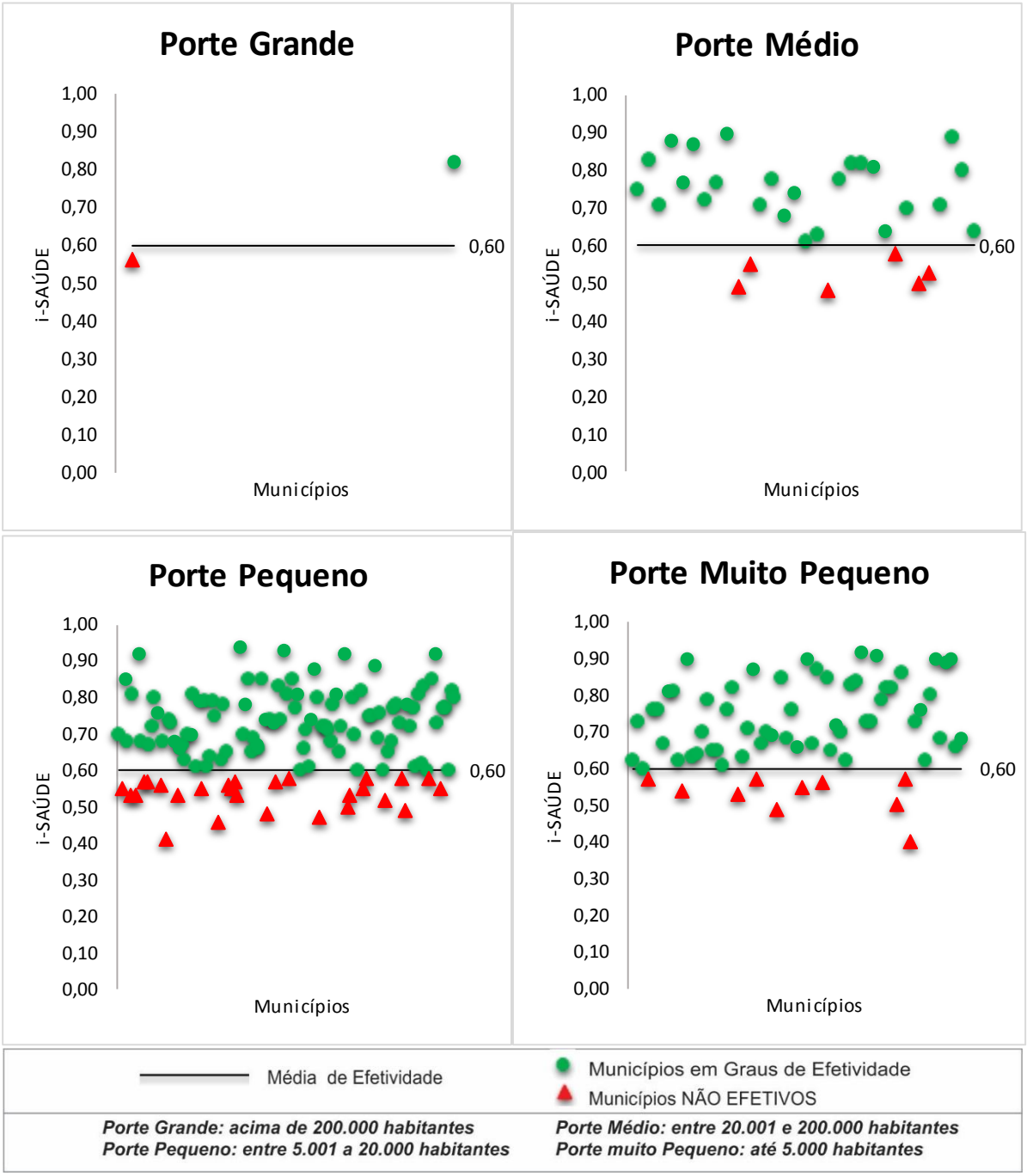




Pote ***muito Pequeno***: **até *5.000*** habitantes
Porte ***Pequeno***: entre ***5.001 e 20.000*** habitantes
Porte ***Médio***: entre ***20.001 a 200.000*** habitantes
Porte ***Grande***: **acima** de ***200.000*** habitantes

I-Saúde por Porte

Com a finalidade de verificar a diferença de desempenho na nota média obtida no i-Saúde em função do porte do município, agrupam-se os 223 em quatro faixas populacionais, de acordo a estimativa populacional para os municípios feita pelo IBGE em 01/07/2015.



Pode-se observar nos gráficos anteriores que as quatro faixas de portes apresentam:

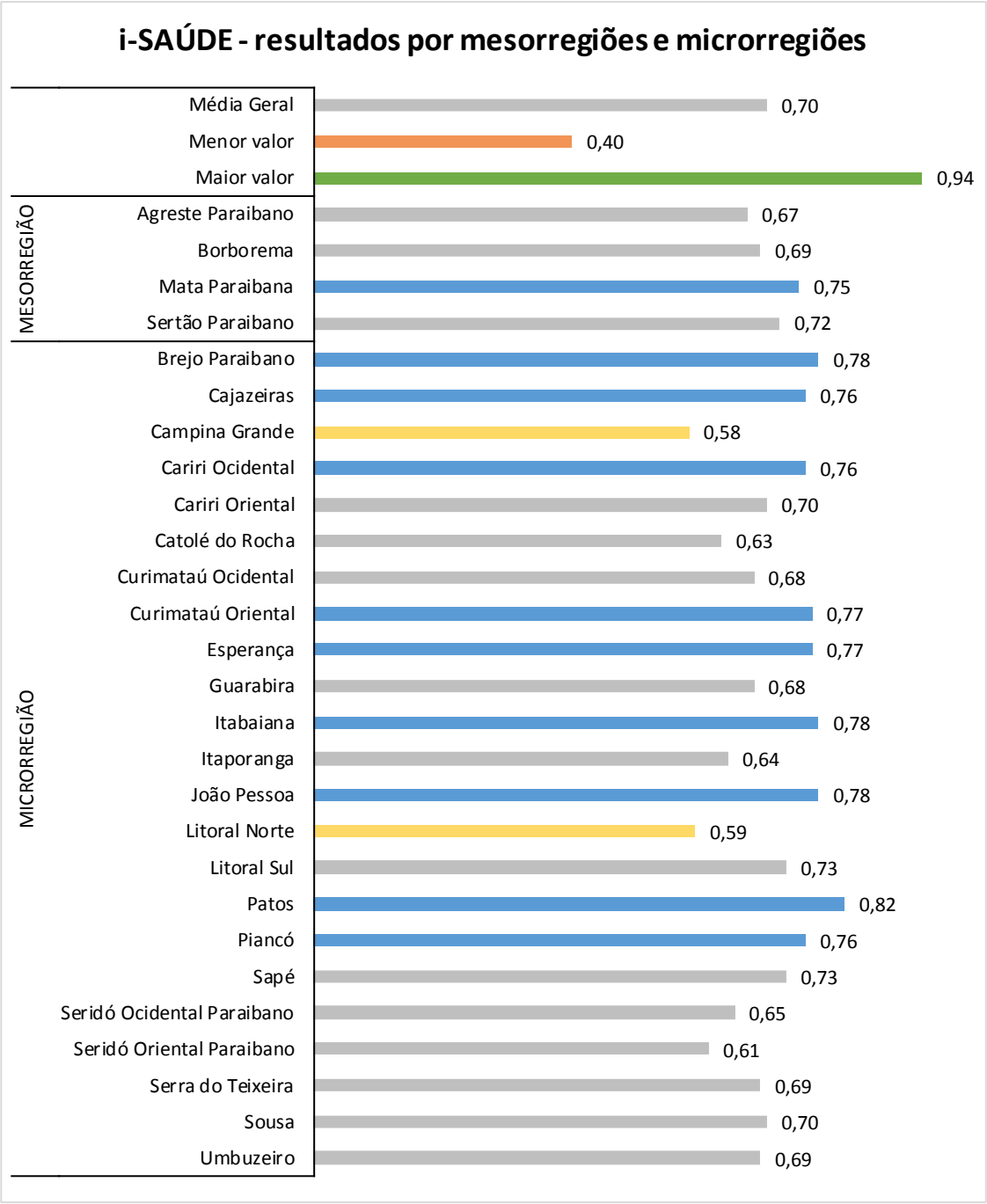
- → Os municípios que alcançaram ou superaram a nota 0,60 (Efetiva; Muito Efetiva ou Altamente Efetiva), denominados de **Municípios em Grau de Efetividade**;
- → Os que não atingiram essa nota (Em fase de adequação ou Baixo Nível de Adequação), denominados de **Municípios Não Efetivos.**

Em relação ao total de municípios em cada porte, os que estão *em Grau de Efetividade* e os *Não Efetivos* estão distribuídos percentualmente da seguinte forma:

Porte	Grande	Médio	Pequeno	Muito Pequeno
Municípios em Grau de Efetividade	50%	80,65%	78,05%	85,07%
Municípios Não Efetivos	50%	19,35%	21,95%	14,93%

I-Saúde por Mesorregiões e Microrregiões

O gráfico abaixo apresenta a nota média do i-Saúde em cada uma das mesorregiões e microrregiões do Estado, bem como a maior e a menor nota obtida por este indicado, demonstrando que a maioria das mesorregiões e microrregiões estão enquadradas na faixa **B (Efetiva).**



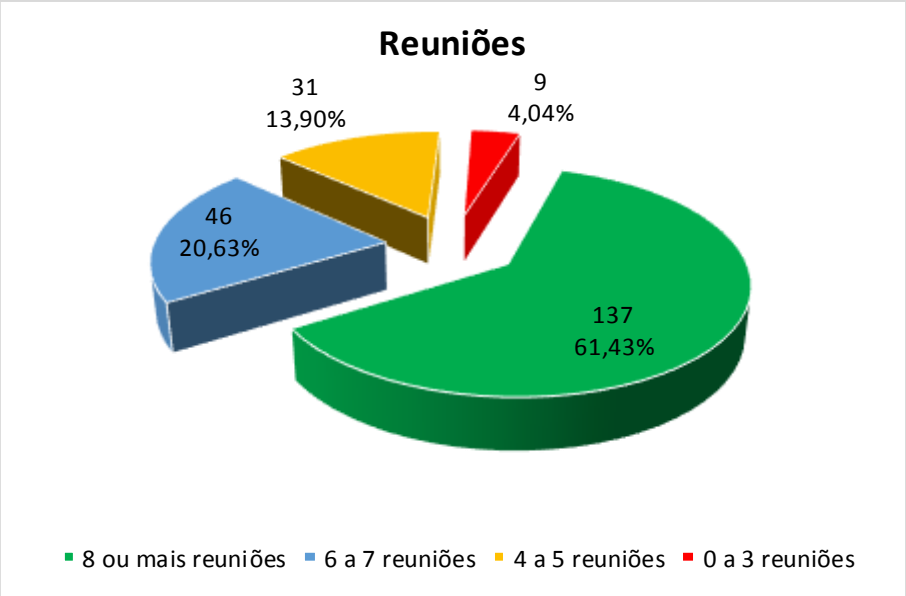
Análises Específicas da Saúde

Conselho Municipal de Saúde

A Resolução CIT nº 04/2012[5], da Comissão Intergestores Tripartite do Ministério da Saúde, estabelece as responsabilidades dos municípios, inclusive a de provar as condições necessárias ao funcionamento do Conselho Municipal de Saúde.

Para a pergunta elaborada de forma direta, **222 municípios** (99,55%) afirmaram **possuir Conselho Municipal da Saúde estruturado e atuante** com a composição de membros completa e de acordo com a legislação.

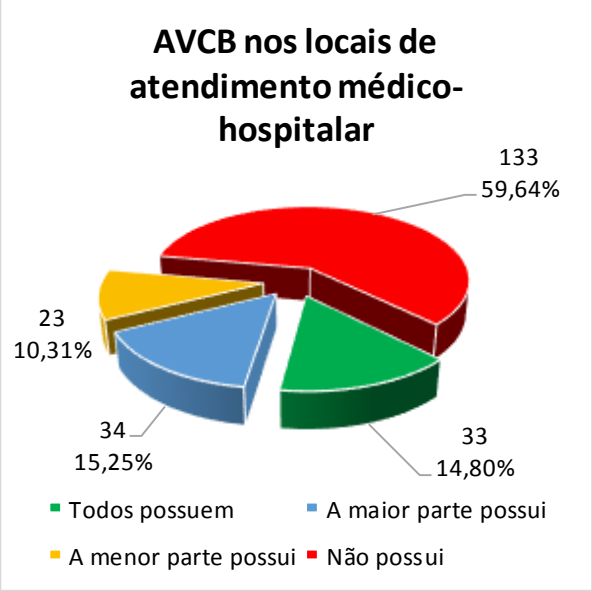
Quanto às **reuniões do Conselho**, percebe-se que apenas **137 municípios** (61,43%) realizaram mais de 8 reuniões no exercício de 2015.

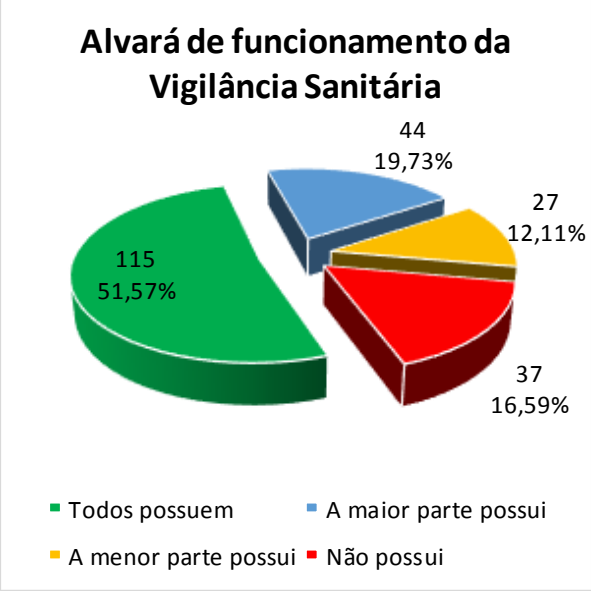


Infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde (UBS)

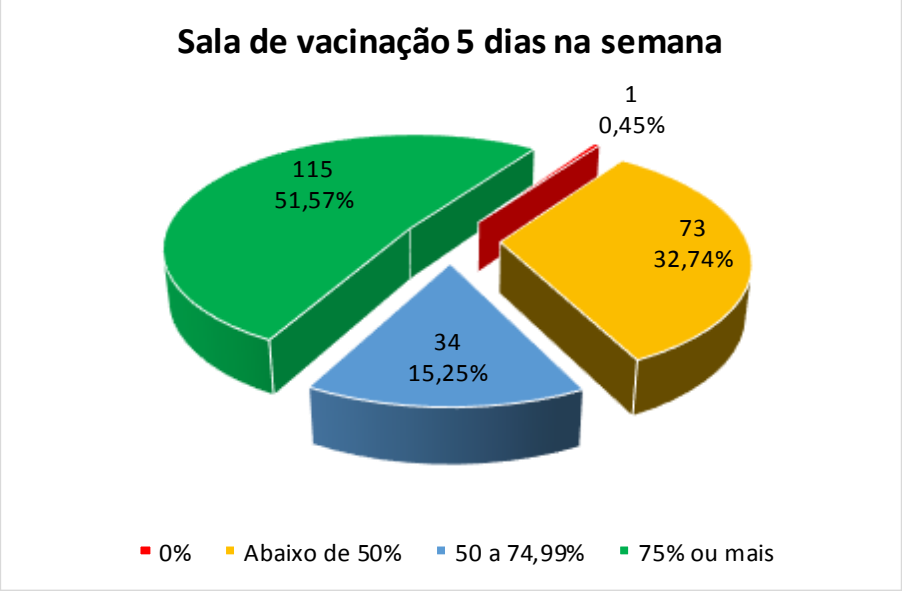
A Lei nº 6.437/77[6] determina que os estabelecimentos da Administração Pública, ou por ela instituídos, ficam sujeitos às exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e à aparelhagem adequados à assistência e responsabilidade técnica da legislação sanitária federal.

Ao indagar acerca da existência do **Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro (AVCB)**, bem como de **Alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária** nos locais de atendimento médico-hospitalar municipal e nas UBS, **33** (14,80%) e **115 municípios** (51,57%), respectivamente, declararam que **todos os locais possuem** os referidos documentos.



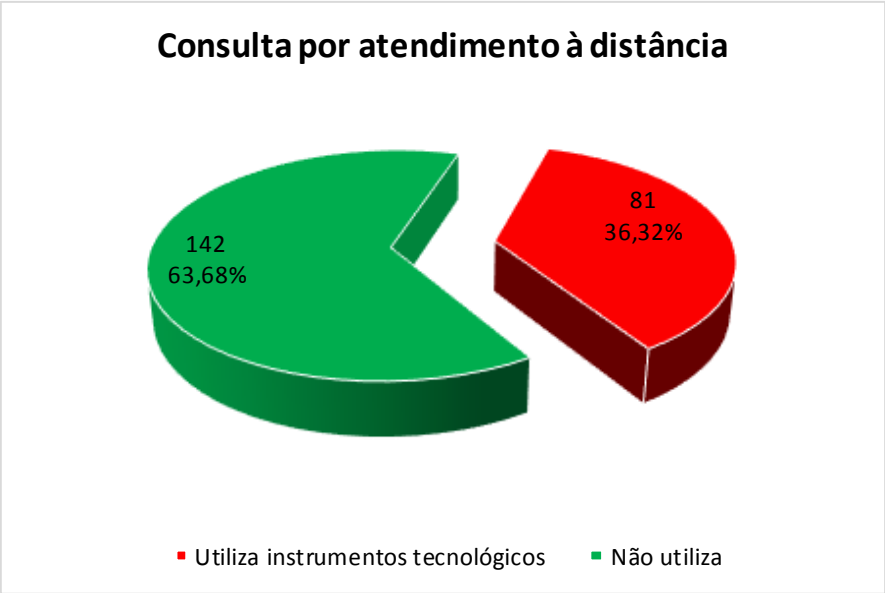


No concernente à estrutura física destinada à imunização da população, constata-se que **115 municípios** (51,57%) revelaram a existência de 75% ou mais de **unidades com sala de vacinação** com funcionamento em **05 dias** da semana.



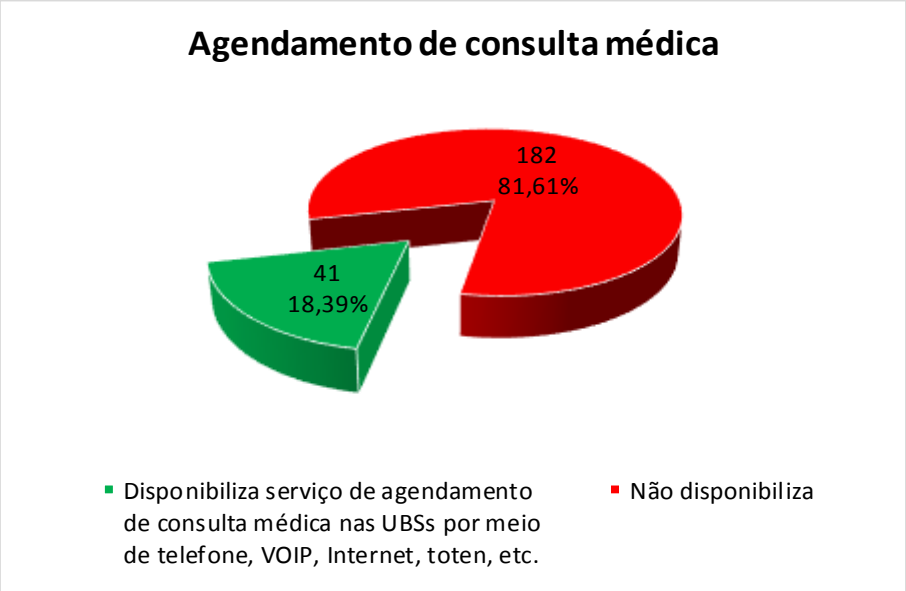
Atendimento à População

O Conselho Federal de Medicina editou Resolução[7], que **proíbe** o médico de ofertar consultas à distância (por internet ou telefone, por exemplo) a pacientes e familiares, em substituição à consulta médica presencial. Nesse sentido, **81 municípios** (36,32%), **admitiram utilizar algum instrumento tecnológico para consulta por atendimento à distância**.



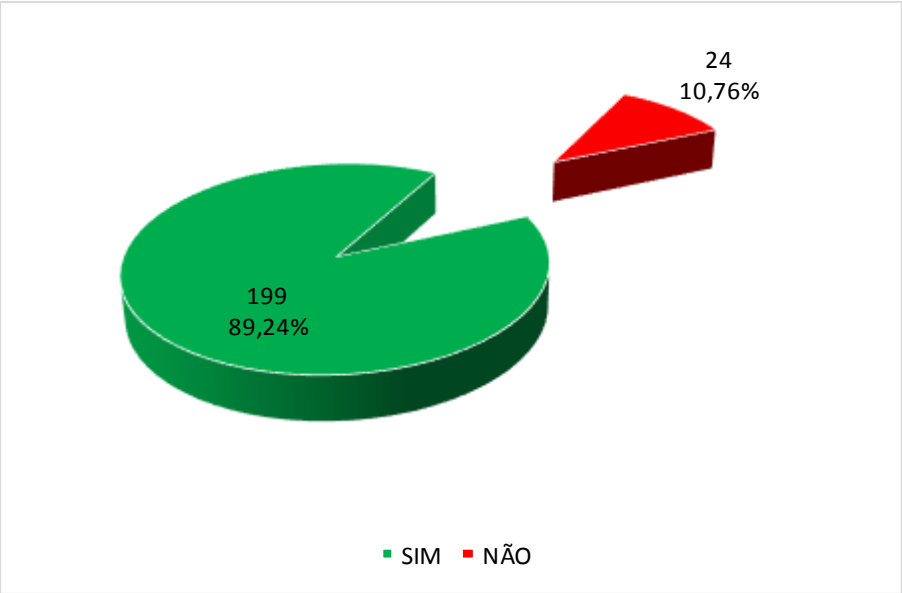
Consulta médica

41 municípios (18,39%) informaram disponibilizar serviço de **agendamento de consultas médicas nas UBS** por meio de telefone, VOIP, internet, *toten*, etc.



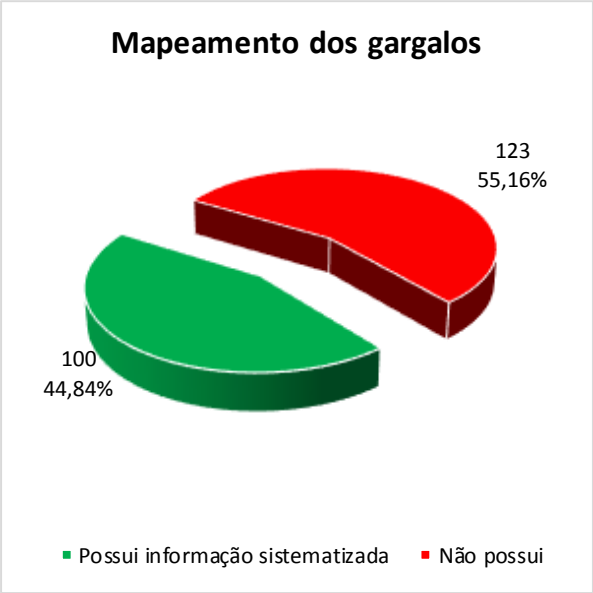
Escala de serviços profissionais de saúde

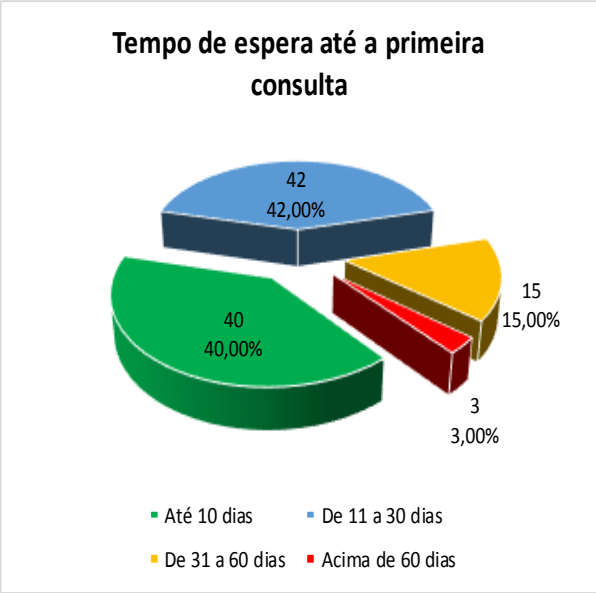
199 municípios (89,24%) afirmaram divulgar, nas UBS em local acessível ao público, a **escala atualizada de serviço dos profissionais de saúde**, contendo o nome e o horário de entrada e saída desses servidores.



Mapeamento dos gargalos de atendimento

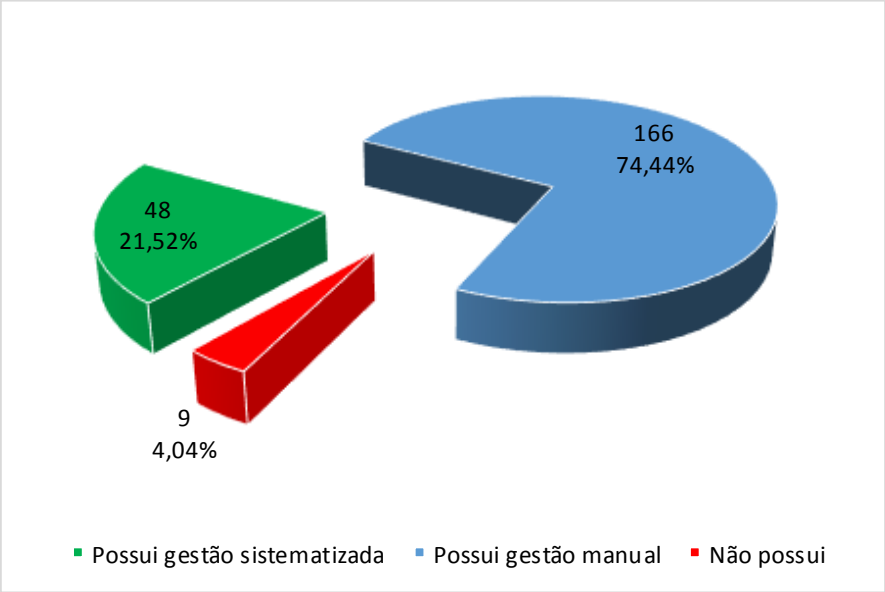
100 municípios (44,84%) declararam **possuir informação sistematizada sobre os gargalos/demanda** reprimida de atendimento ambulatorial/hospitalar de média e alta complexidade de referência para a Atenção Básica. Assim sendo, foi solicitado ainda dos municípios que possuíam essa informação, o tempo de espera (em dias) até a primeira consulta, cuja média foi de **22 dias**.





Gestão de estoque de insumos

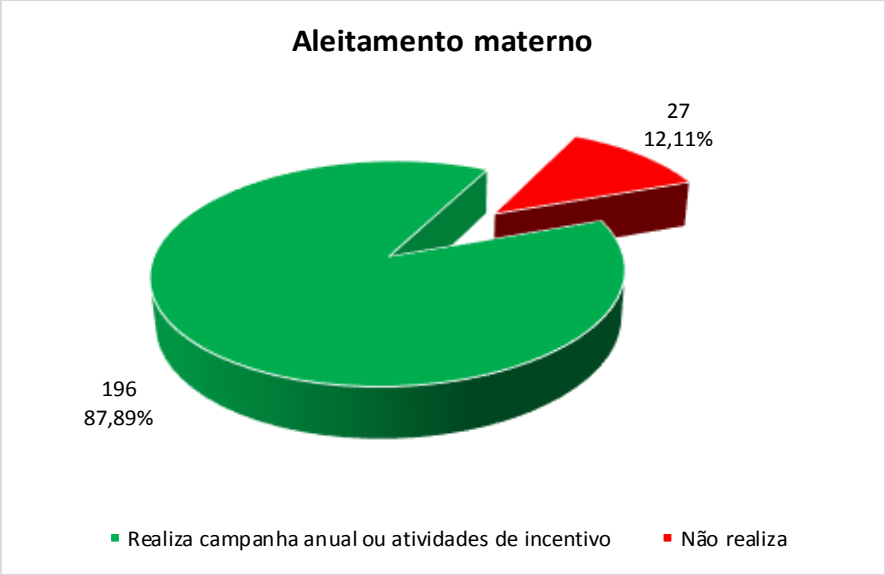
Ao indagar a existência de **gestão de estoque dos insumos** (Ex.: luvas, capotes, gorros, máscaras e seringas) para operacionalização da sua atenção básica (estoque mínimo, variação do estoque), **214 municípios** (95,96%) responderam **afirmativamente**, sendo que **48** (21,52%) admitiram possuir controle sistematizado ou automatizado e **166** (74,44%) manual.



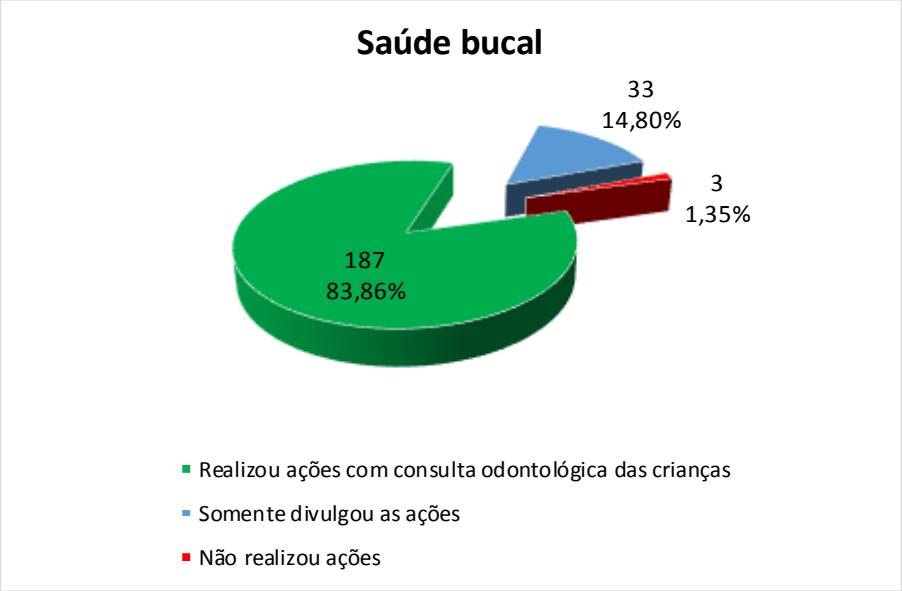
Campanhas

De forma geral, a maior parte dos municípios realizaram campanhas anuais ou ações periódicas de aleitamento materno e saúde bucal.

Especificamente, sobre a realização de campanha anual ou incentivo em grupos de **gestantes para a promoção do aleitamento materno**, percebe-se que **196 municípios** (87,89%) ofereceram à população algum tipo de fomento na área.

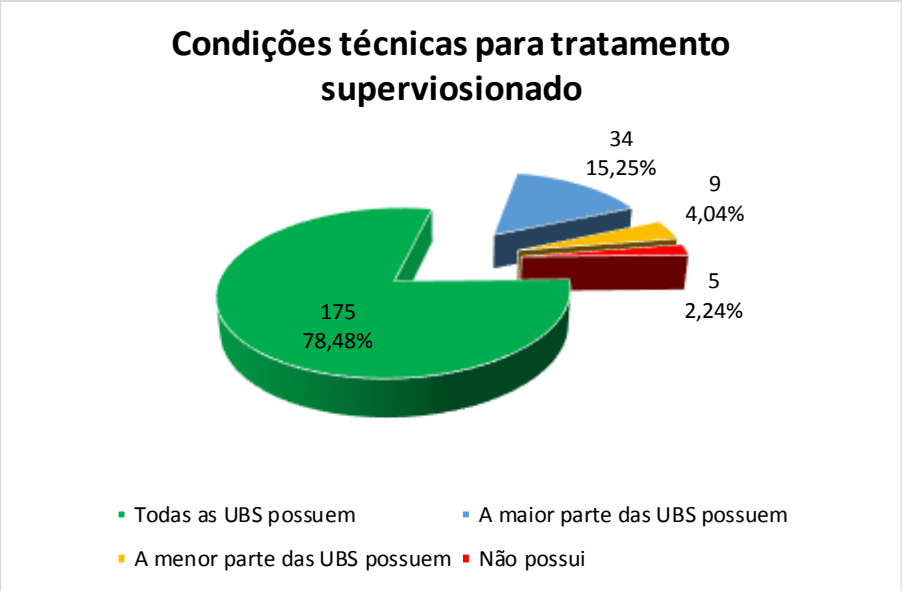


Já em relação à ação para a promoção da **saúde bucal nas escolas**, o número foi maior, um total de **220 municípios** (98,66%) fizeram algum trabalho, sendo que **187 municípios** (83,86%) com consultas odontológicas das crianças e apenas **33** (14,80%) somente com divulgação.



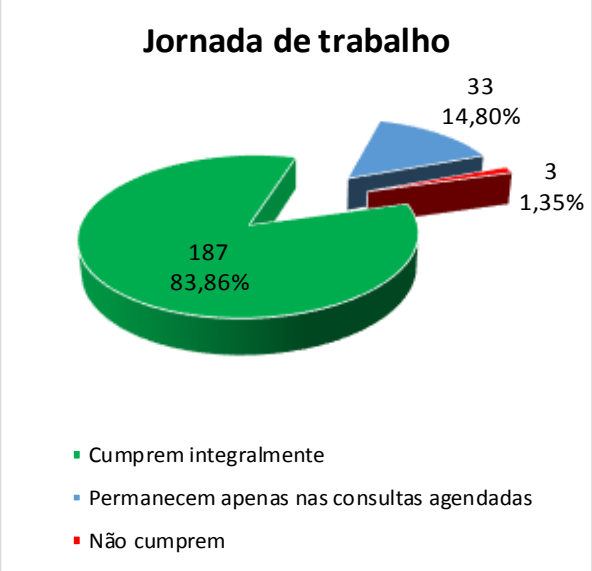
Tuberculose

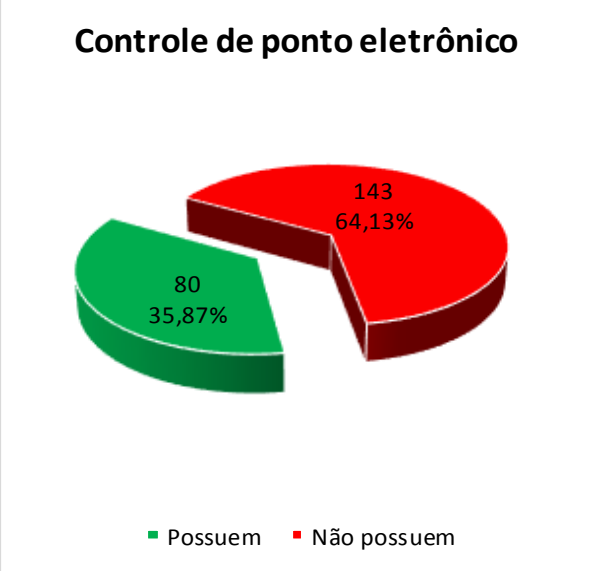
A maioria dos municípios, **175** (78,48%), declararam que **todas** as suas unidades básicas de saúde **possuem condições técnicas** para realização de tratamento supervisionado para os casos de **tuberculose.**



Médicos

Sobre o **cumprimento integral da jornada de trabalho** dos médicos, **187 municípios** (83,86%) admitiram esse atendimento, e apenas **03 municípios** (1,35%) informaram que esses profissionais não cumprem as horas de trabalho contratadas. Não obstante, **80 municípios** (35,87%) informaram possuir sistema de controle de **ponto eletrônico**.

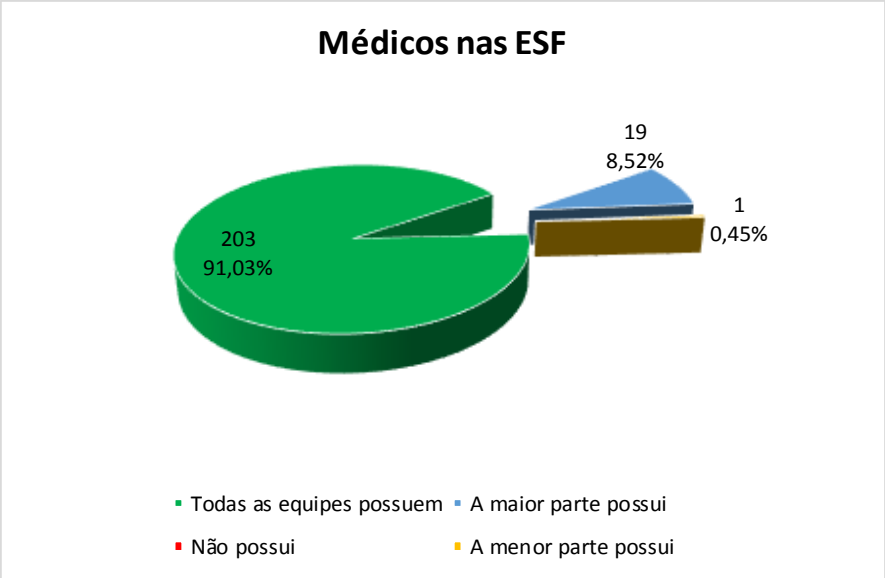




Estratégia da Saúde da Família

O Programa Saúde da Família (PSF) foi implantado em 1994, atualmente denominado de "Estratégia de Saúde da Família". O programa inclui ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes.

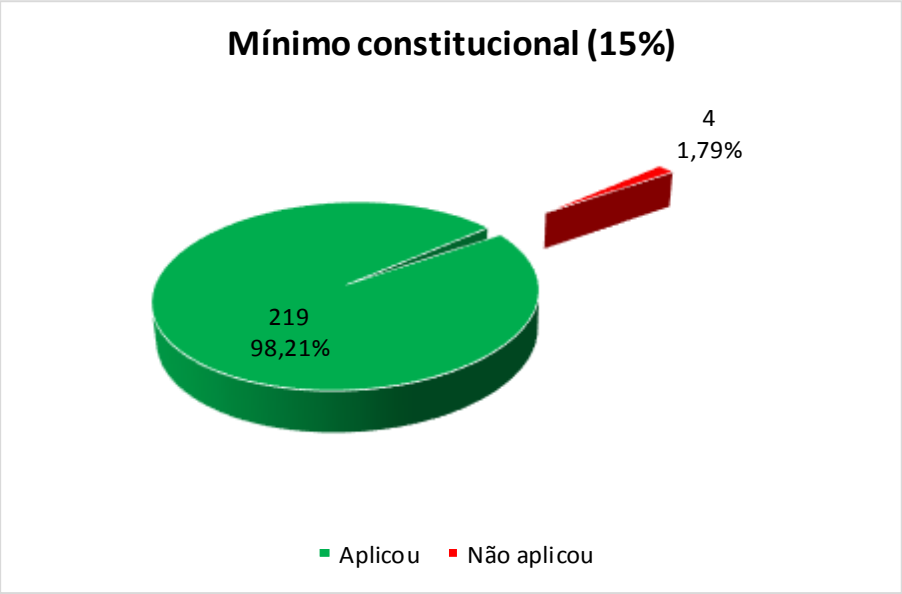
Nesse sentido, o IEGM pesquisou sobre a **presença de médicos nas Equipes de Saúde Familiar (EFS)**[8], concluindo que a maioria dos municípios, precisamente **203** (91,03%) afirmaram que **todas as equipes possuíam** tal profissional em sua composição. Importante registrar a inexistência de município sem médico nessas equipes.



Mínimo Constitucional

Com base na Lei Complementar nº 141, de 13/04/2012, perguntou-se aos municípios qual o percentual aplicado em **ações e serviços públicos de saúde** da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea "b" do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

Assim, considerando exclusivamente as respostas enviadas pelos municípios, constata-se que a maior parte dos municípios paraibanos, **219** (98,21%), **cumpriram o mínimo constitucional da Saúde**.

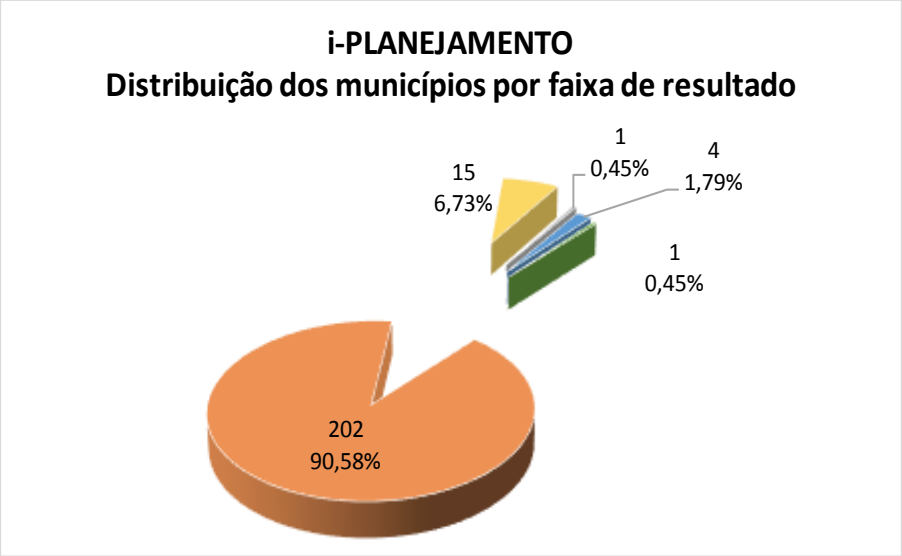


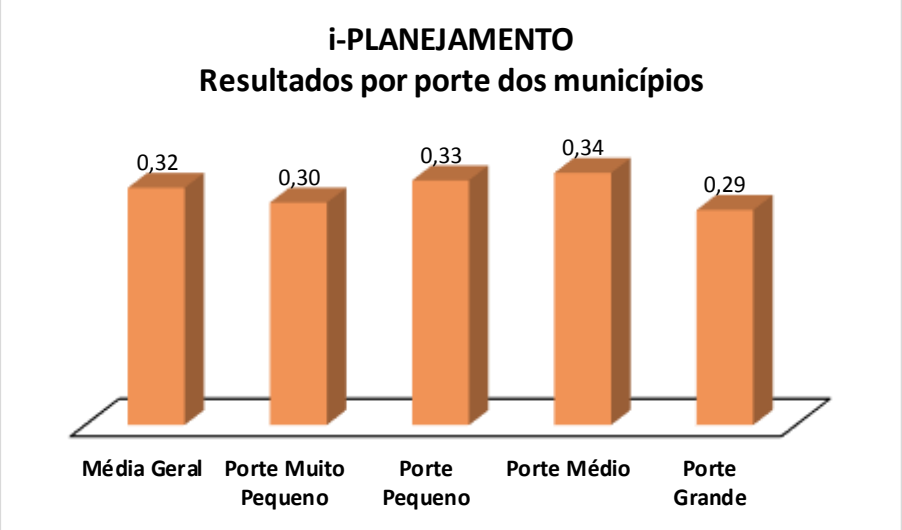
Sobre o Planejamento

No **i-Planejamento**, dos 223 municípios paraibanos, apenas **06 (2,69%)** estão posicionados nas faixas de resultados A (Altamente Efetiva), B+ (Muito Efetiva) e B (Efetiva), enquanto a maioria, **217 (97,31%)** prefeituras se enquadraram nas faixas de resultados C+ (Em fase de Adequação) e C (Baixo Nível de Adequação).

A nota média dos municípios foi de **0,32 pontos**, nível qualificado como **Baixo Nível de Adequação.**

Um fato relevante neste índice é que os municípios de **Porte Grande** obtiveram média **ligeiramente inferior** aos municípios enquadrados nos demais Portes.

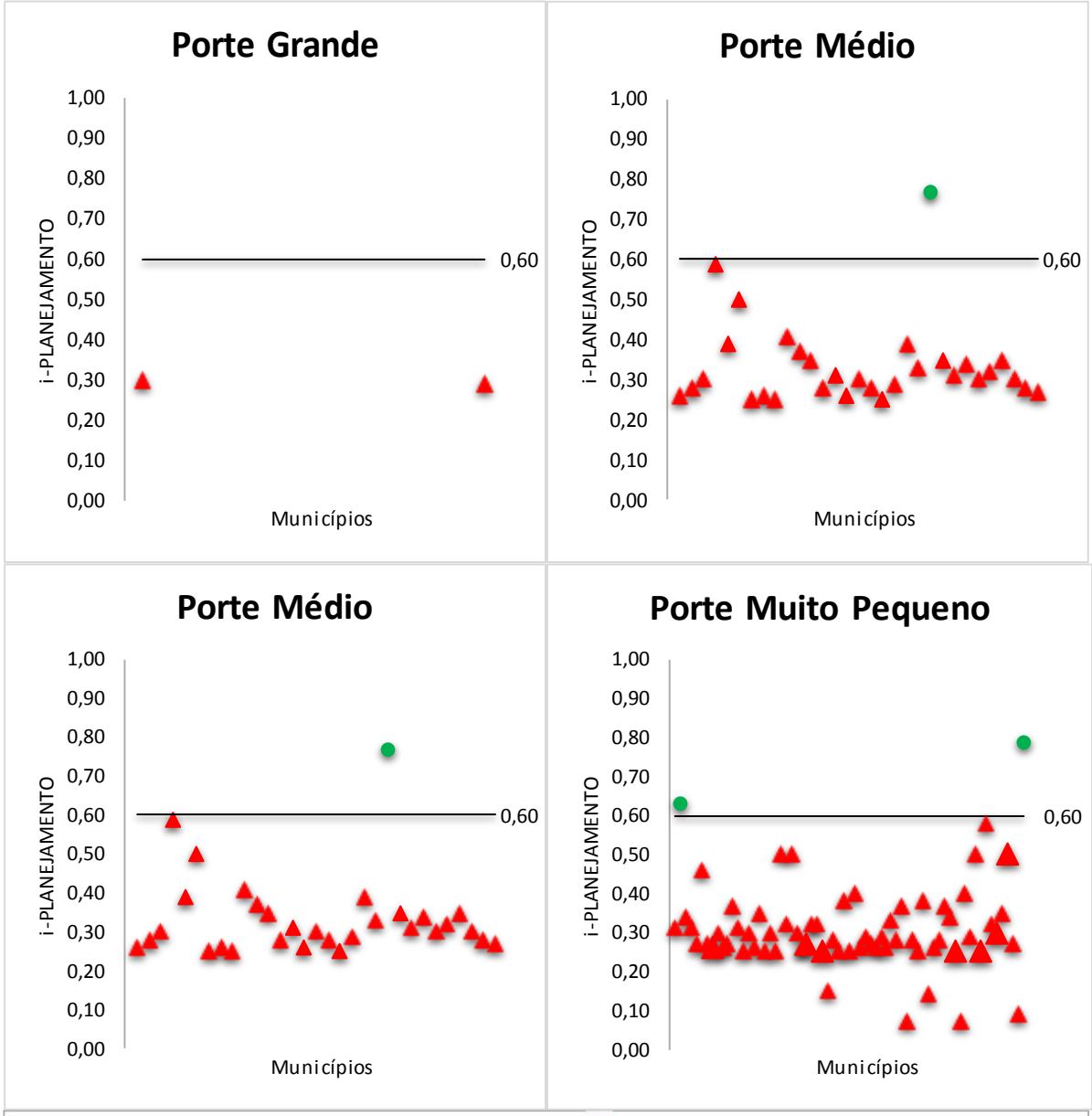




Pote ***muito Pequeno***: **até *5.000*** habitantes
Porte ***Pequeno***: entre ***5.001 e 20.000*** habitantes
Porte ***Médio***: entre ***20.001 a 200.000*** habitantes
Porte ***Grande***: **acima** de ***200.000*** habitantes

I-Planejamento por Porte

Com a finalidade de verificar a diferença de desempenho na nota média obtida no i-Planejamento em função do porte do município, agrupam-se os 223 em quatro faixas populacionais, de acordo a estimativa populacional para os municípios feitas.



Porte Grande: acima de 200.000 habitantes
Porte Médio: entre 20.001 e 200.000 habitantes
Porte Pequeno: entre 5.001 a 20.000 habitantes
Porte muito Pequeno: até 5.000 habitantes

Pode-se observar nos gráficos anteriores que as quatro faixas de portes apresentam:

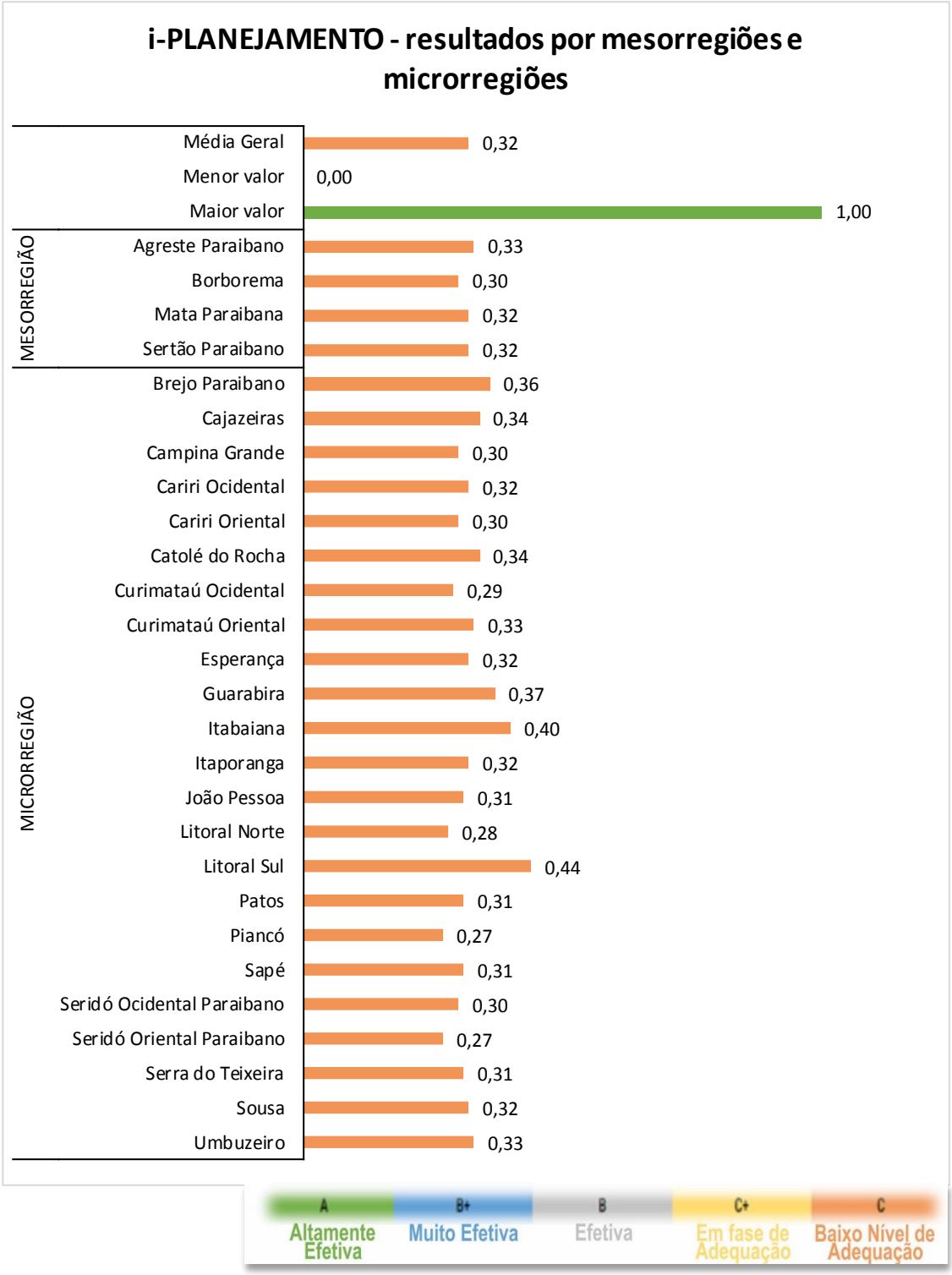
- → Os municípios que alcançaram ou superaram a nota 0,60 (Efetiva; Muito Efetiva ou Altamente Efetiva), denominados de **Municípios em Grau de Efetividade**;
- → Os que não atingiram essa nota (Em fase de adequação ou Baixo Nível de Adequação), denominados de **Municípios Não Efetivos.**

Em relação ao total de municípios em cada porte, os que estão *em Grau de Efetividade* e os *Não Efetivos* estão distribuídos percentualmente da seguinte forma:

Porte	Grande	Médio	Pequeno	Muito Pequeno
Municípios em Grau de Efetividade	0%	3,23%	2,44%	2,99%
Municípios Não Efetivos	100%	96,77%	97,56%	97,01%

I-Planejamento por Mesorregiões e Microrregiões

O gráfico abaixo apresenta a nota média do i-Planejamento em cada uma das mesorregiões e microrregiões do Estado, bem como a maior e a menor nota obtida por este indicador, demonstrando que todas as mesorregiões e microrregiões estão enquadradas na faixa **C (Baixo Nível de Adequação).**

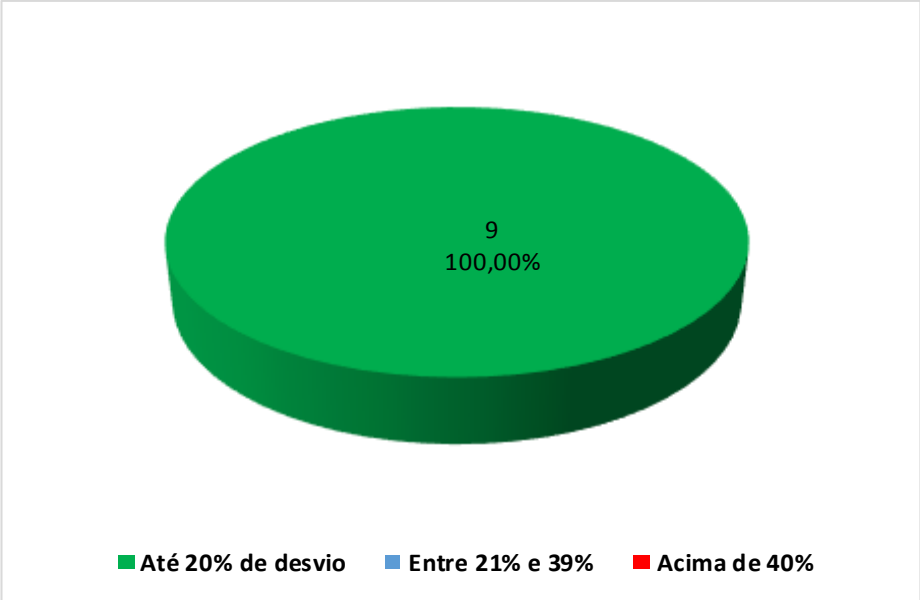


Análises Específicas do Planejamento

Resultados dos programas x metas das ações

Cumpre enfatizar que a presente análise ficou prejudicada pelo fato de apenas 09 municípios terem encaminhado as planilhas contendo os dados relativos aos programas, indicadores, metas e ações estimadas e alcançadas em 2015.

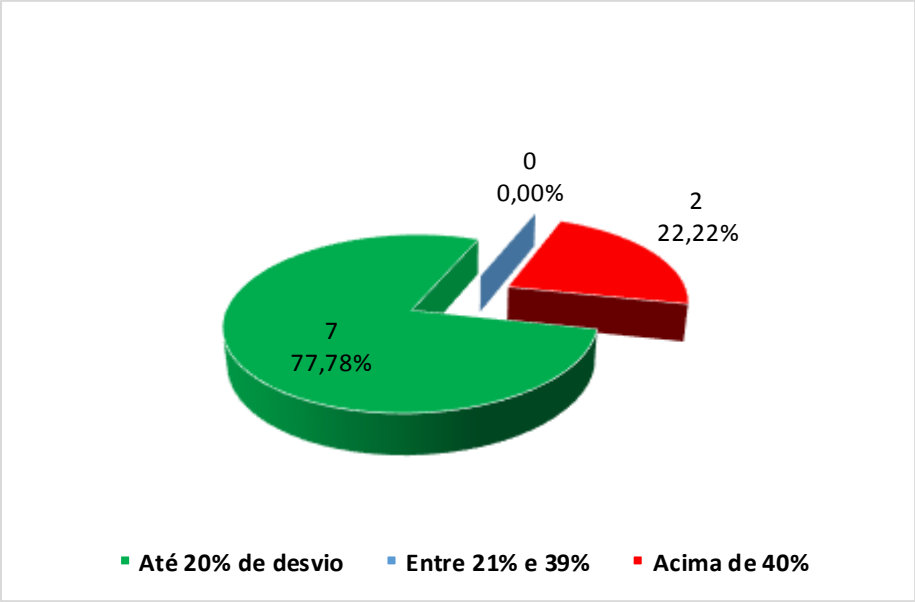
Dentre os **09 municípios** que encaminharam os dados solicitados, constata-se que **todos** apresentaram um desvio **abaixo de 20%** (vinte por cento) entre os resultados de um programa e os resultados das suas ações, baseados nas metas estabelecidas.



Metas das ações x recursos financeiros utilizados

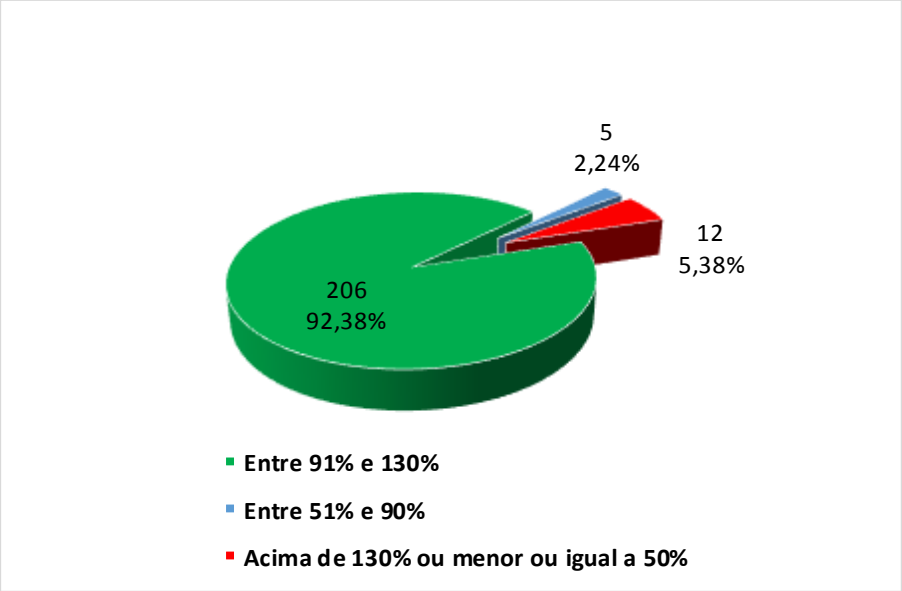
Pelo mesmo motivo mencionado no item anterior, a análise desse tópico também ficou prejudicada.

No âmbito restrito dos **09 municípios** que encaminharam os dados solicitados, considerando o confronto entre o resultado físico alcançado pelas metas das ações e os recursos financeiros utilizados, verifica-se que **02 municípios** (22,22%) apontaram um desvio acima de 40% (quarente por cento) enquanto que os **07 municípios** (77,78%) restantes apresentaram um desvio abaixo de 20% (vinte por cento).



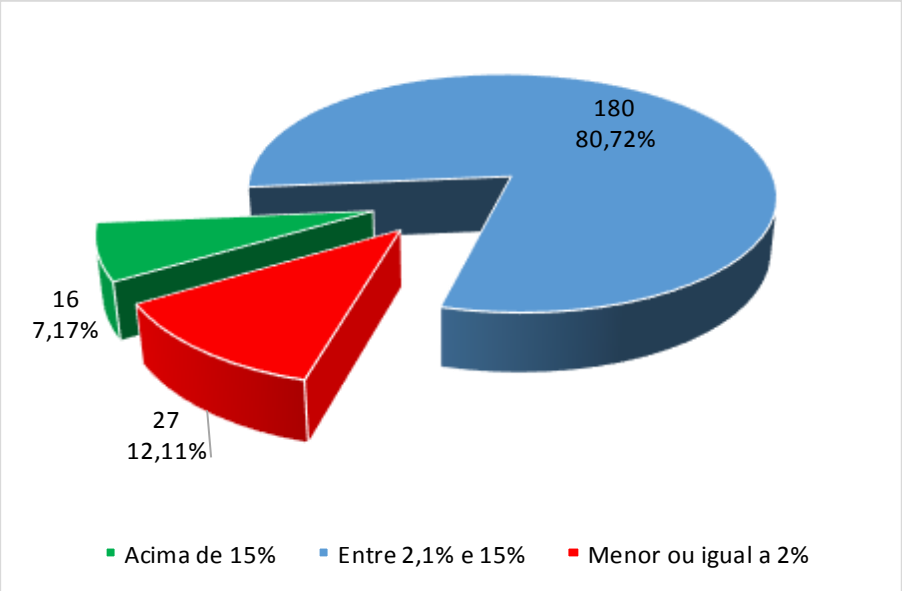
Alteração do planejamento inicial

Neste quesito, foi comparado o total dos valores iniciais e finais dos programas estabelecidos na Lei Orçamentária Anual. Assim, identifica-se que apenas **12 municípios** (5,38%) efetuaram despesas nos programas estabelecidos acima de 30% (trinta por cento) do Planejamento inicial ou menor ou igual a metade do inicialmente estabelecido na LOA.



Taxa de investimento em relação à receita arrecadada

Com base na Despesa liquidada com investimento informada pelos municípios, constata-se que somente **16 municípios** (7,17%) realizaram investimentos superiores a 15% (quinze por cento) da receita arrecadada.

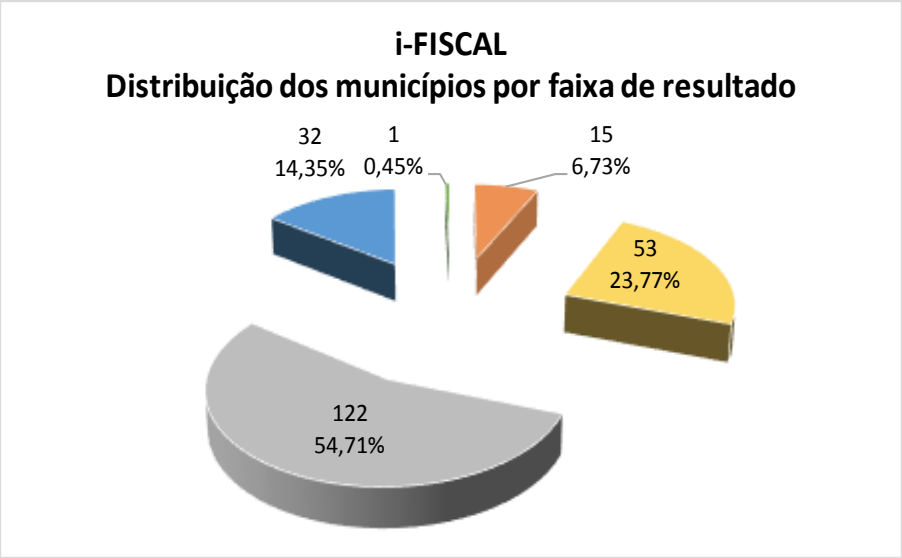


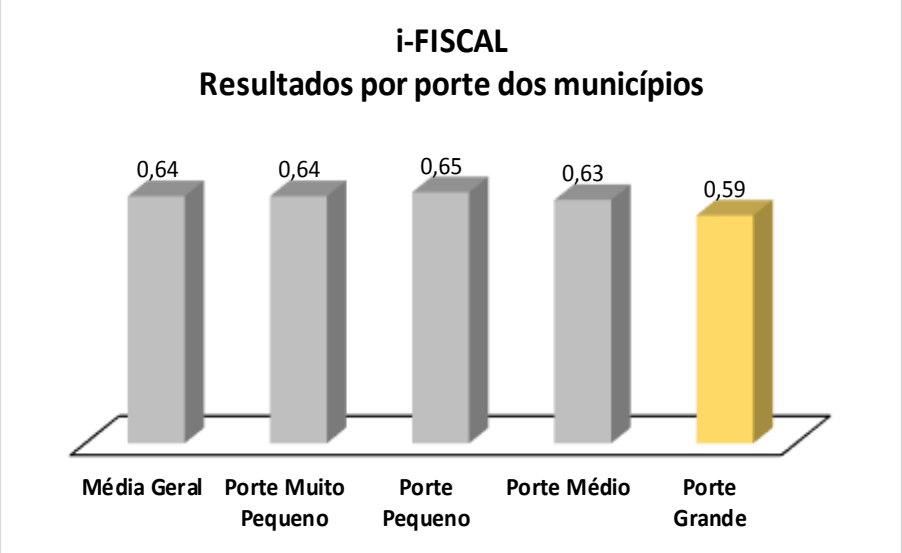
Sobre a Gestão Fiscal

No **i-Fiscal**, dos 223 municípios paraibanos, **155 (69,51%)** estão posicionados nas faixas de resultados A (Altamente Efetiva), B+ (Muito Efetiva) e B (Efetiva).

A nota média dos municípios foi de **0,64 pontos**, nível qualificado como **efetivo**.

Neste tema, observa-se que a média dos municípios de **Porte Grande** foi **inferior** aos municípios enquadrados nos demais Portes, declinando, inclusive, para a faixa de resultado anterior, denominada "**em fase de adequação**".

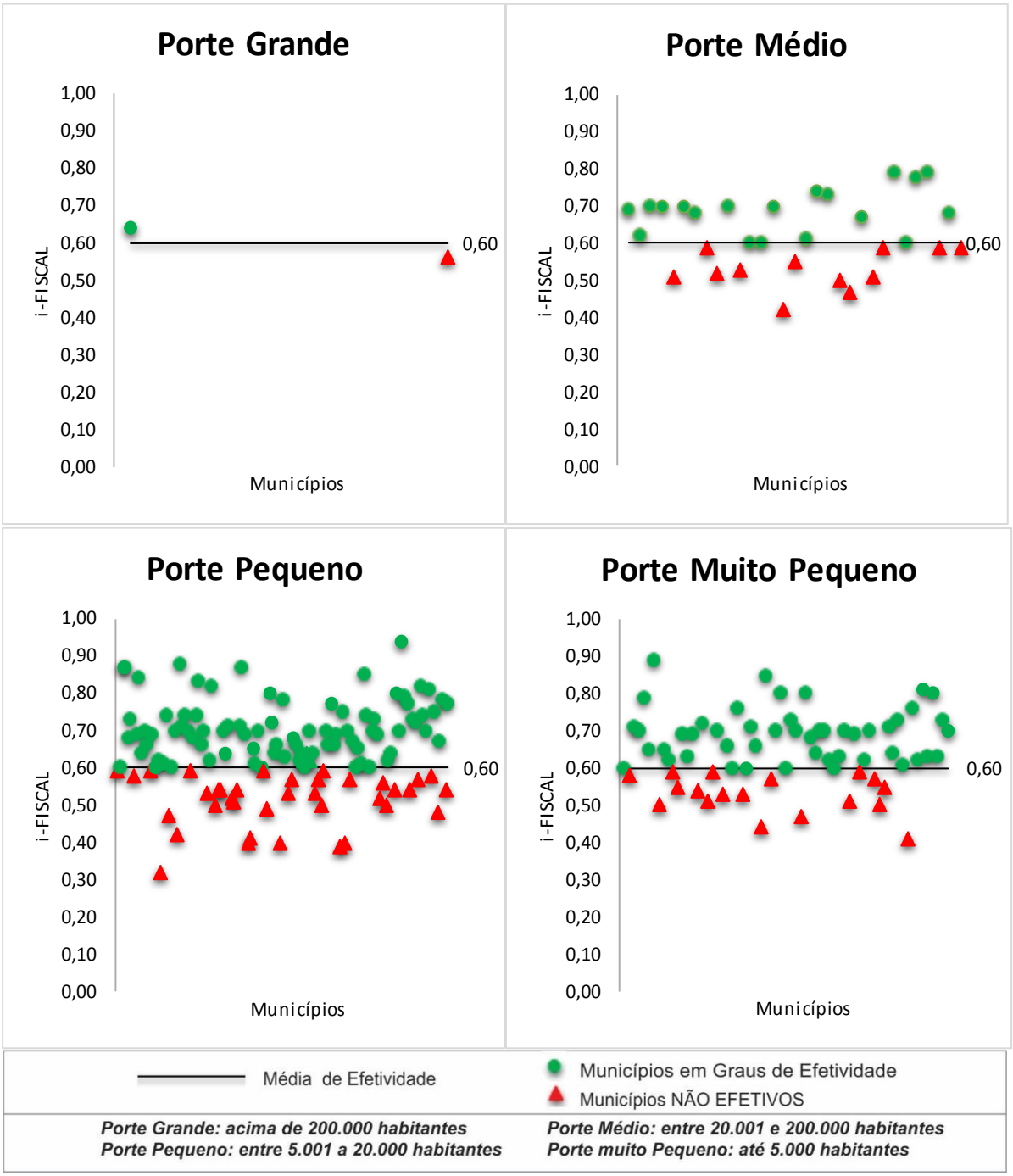




Pote ***muito Pequeno***: **até *5.000*** habitantes
Porte ***Pequeno***: entre ***5.001 e 20.000*** habitantes
Porte ***Médio***: entre ***20.001 a 200.000*** habitantes
Porte ***Grande***: **acima** de ***200.000*** habitantes

I-Fiscal por Porte

Com a finalidade de verificar a diferença de desempenho na nota média obtida no i-Fiscal em função do porte do município, agrupam-se os 223 em quatro faixas populacionais, de acordo a estimativa populacional para os municípios feita pelo IBGE em 01/07/2015.



Pode-se observar nos gráficos anteriores que as quatro faixas de portes apresentam:

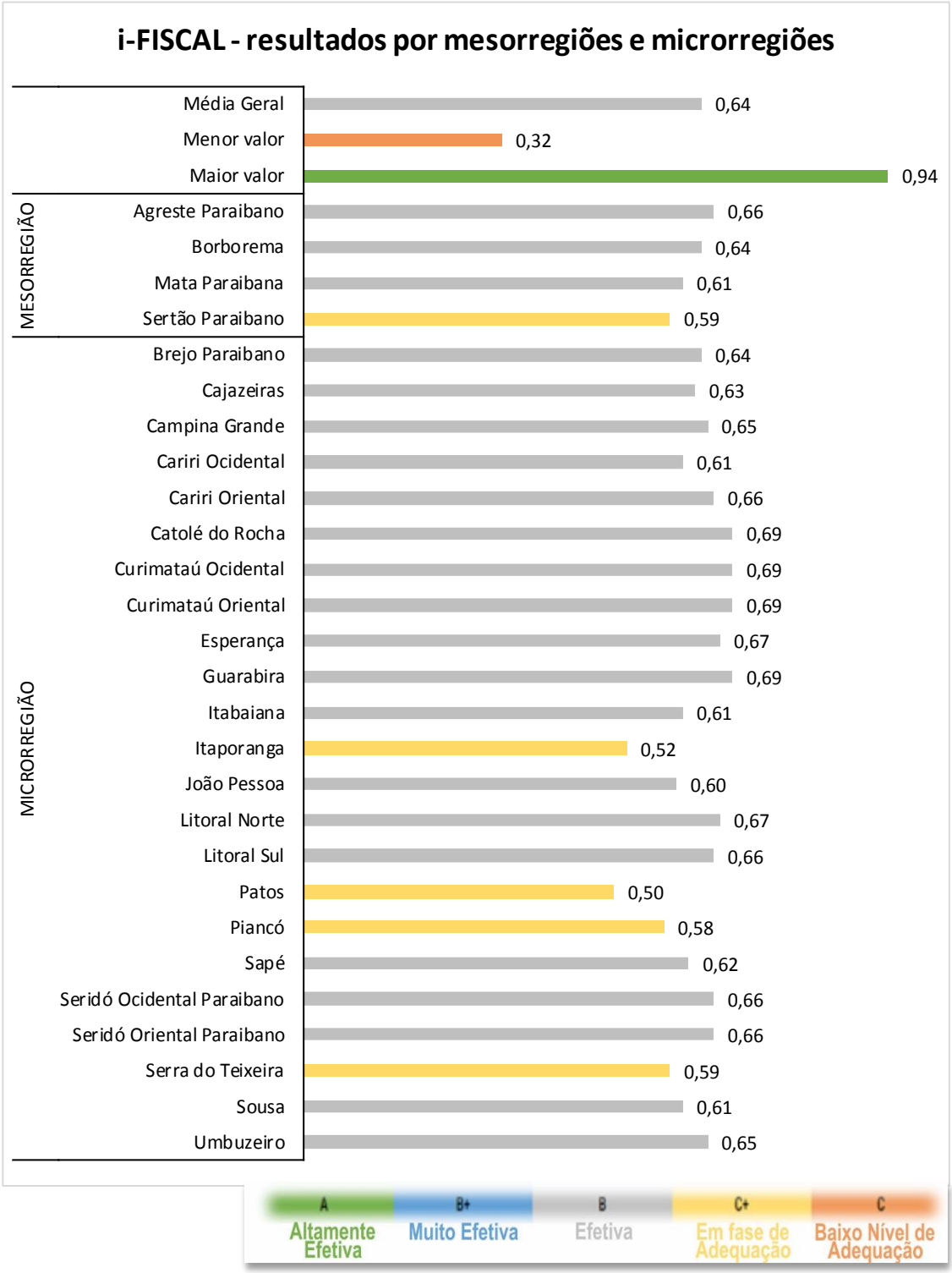
- → Os municípios que alcançaram ou superaram a nota 0,60 (Efetiva; Muito Efetiva ou Altamente Efetiva), denominados de **Municípios em Grau de Efetividade**;
- → Os que não atingiram essa nota (Em fase de adequação ou Baixo Nível de Adequação), denominados de **Municípios Não Efetivos.**

Em relação ao total de municípios em cada porte, os que estão *em Grau de Efetividade* e os *Não Efetivos* estão distribuídos percentualmente da seguinte forma:

Porte	Grande	Médio	Pequeno	Muito Pequeno
Municípios em Grau de Efetividade	50%	61,29%	69,92%	73,13%
Municípios Não Efetivos	50%	38,71%	30,08%	26,87%

I-Fiscal por Mesorregiões e Microrregiões

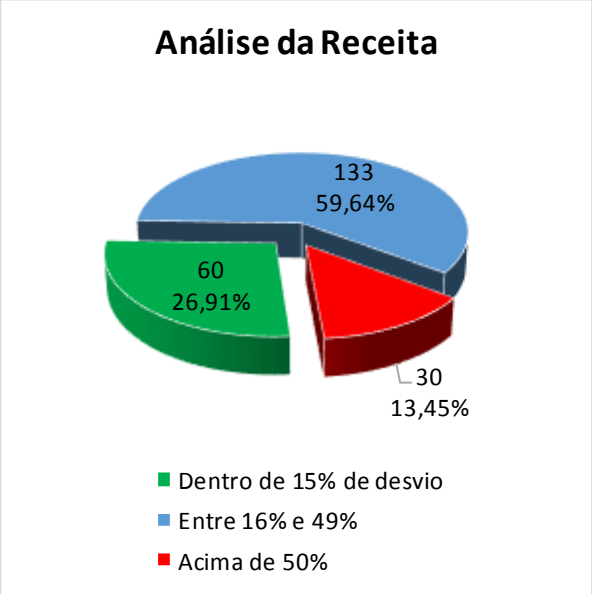
O gráfico abaixo evidencia a nota média do i-Fiscal em cada uma das mesorregiões e microrregiões do Estado, bem como a maior e a menor nota obtida por este indicador, constatando que a maioria das mesorregiões e microrregiões estão enquadradas na faixa **B (Efetiva).**

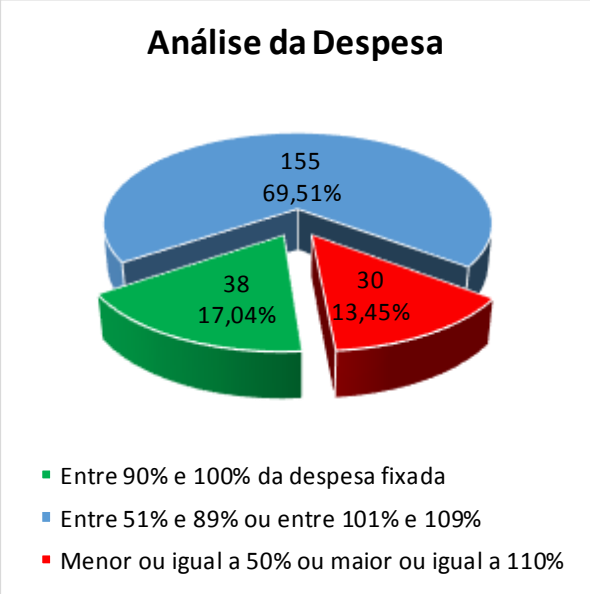


Análises Específicas da Gestão Fiscal

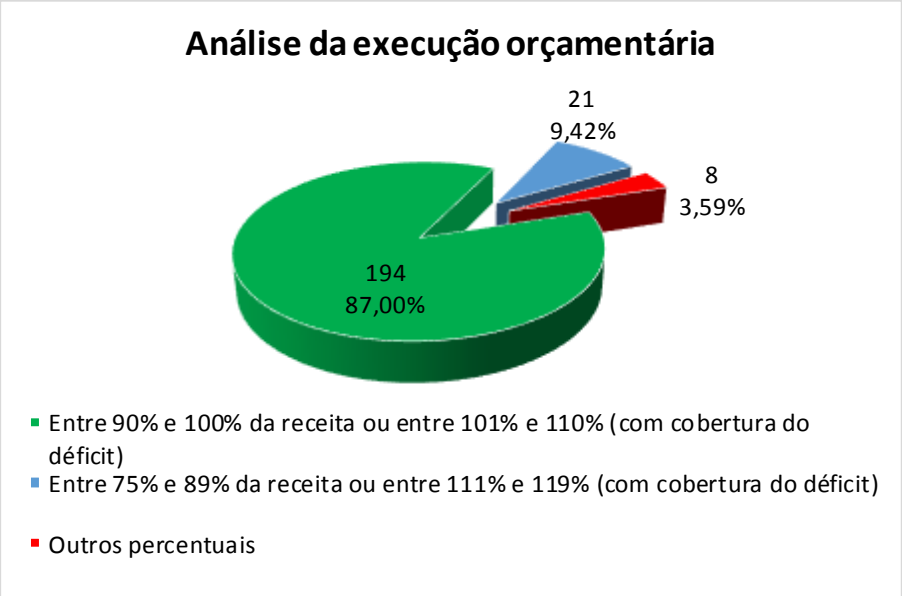
Análise da Receita, Despesa e Execução Orçamentária

Com base nas informações fornecidas, percebe-se que **60 Municípios** (26,91%) **realizaram receita** dentro de 15% de desvio do previsto. Enquanto que, na análise da despesa, **38 municípios** (17,04%) **executaram despesa** entre 90% e 100% da despesa fixada.



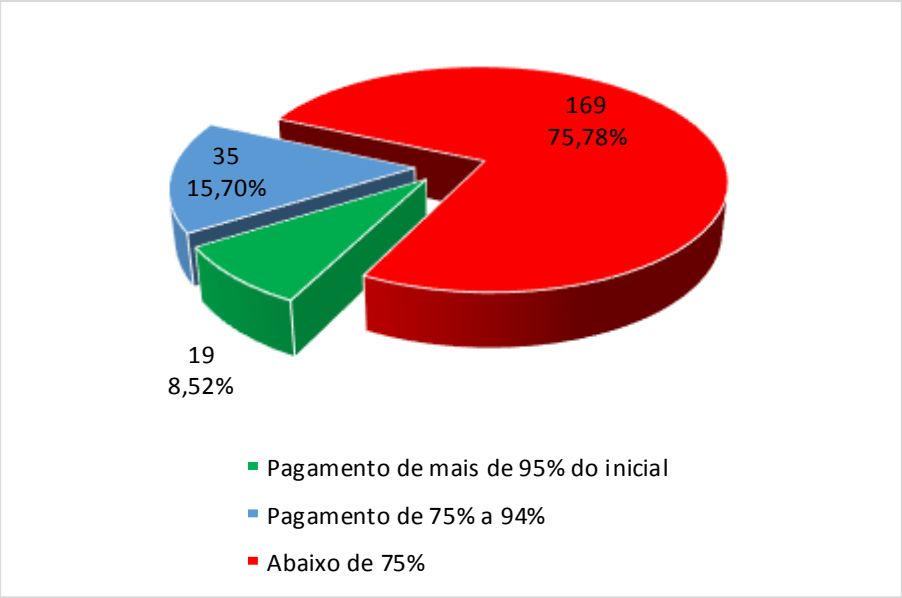


No que diz respeito à **execução orçamentária**, observa-se que **194 municípios** (87%) executaram despesa entre 90% e 100% **da receita** ou entre 101% e 110% (com cobertura do déficit). Destaca-se ainda que apenas **08 municípios** (3,59%) executaram despesa fora dos limites razoáveis de endividamento ou com risco de comprometimento da prestação dos serviços para a sociedade local[9]



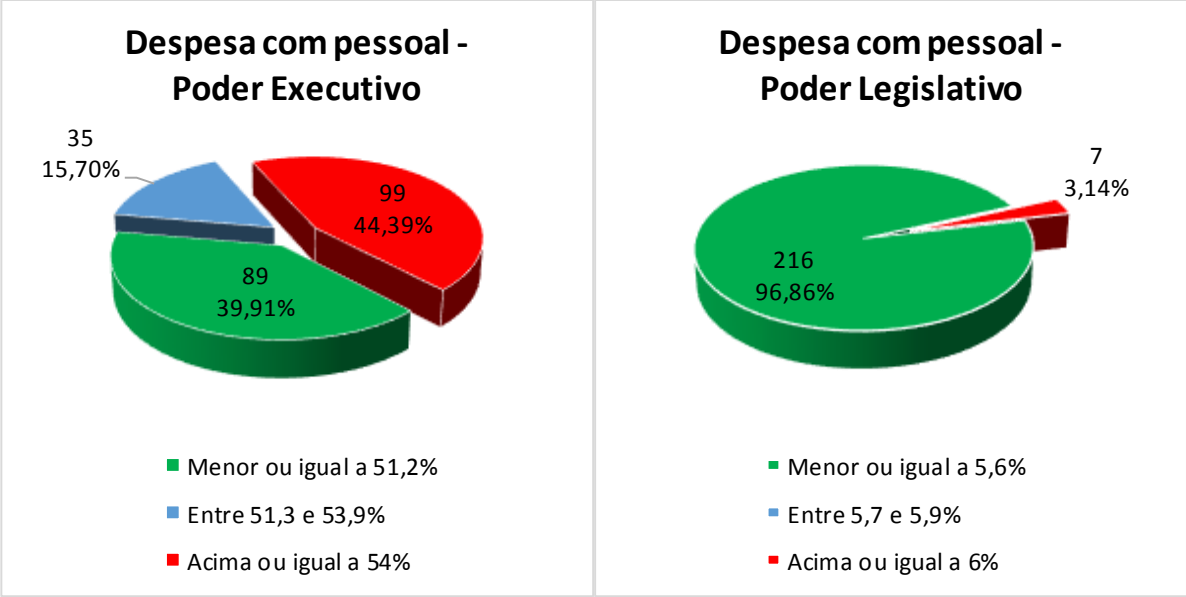
Análise dos Restos a Pagar – até o bimestre (dívida flutuante)

Com relação e este tópico, ressalta-se que somente **19 Municípios** (8,52%) efetuaram o pagamento de mais de 95% do seu estoque inicial de restos a pagar.



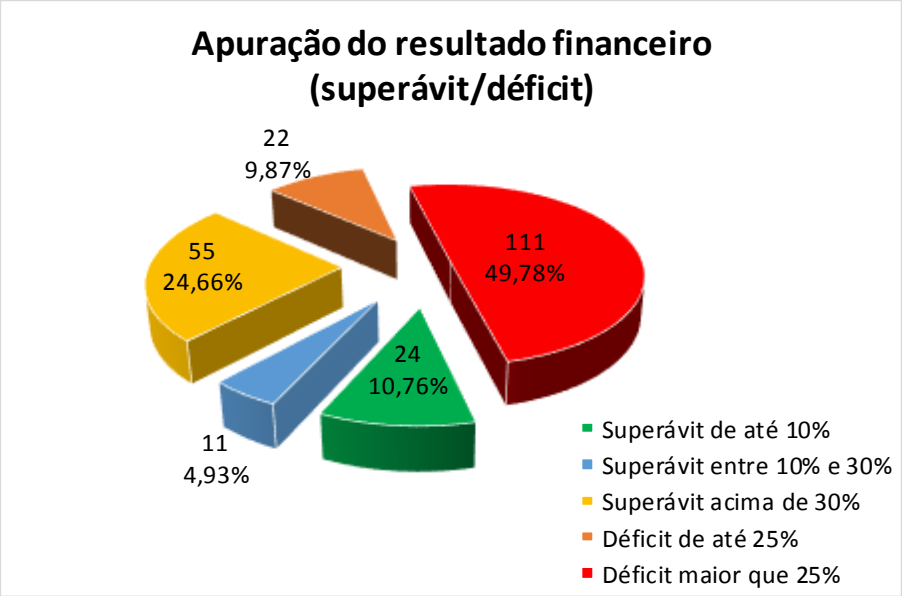
Gestão Fiscal

Em **99 Municípios** (44,39%), constata-se que a **despesa com pessoal do Poder Executivo** foi igual ou superior ao **limite de 54%** da Receita Corrente Líquida. Em relação ao **Poder Legislativo**, identifica-se que **216 municípios** (96,86%) realizaram a referida despesa em patamar igual ou inferior ao **limite de 5,6%**, enquanto que **07 municípios** (3,14%) ultrapassaram o **limite legal de 6%.**



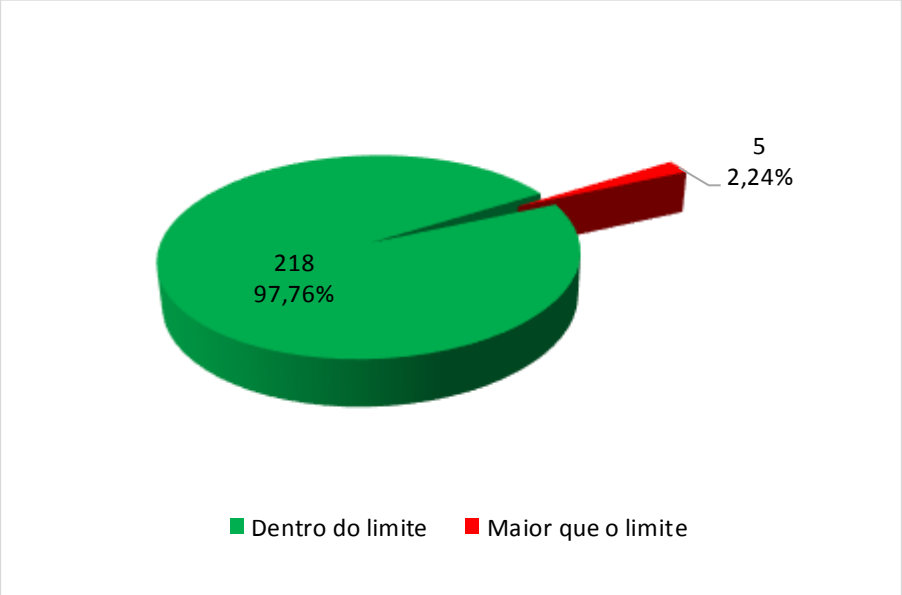
Resultado Financeiro

Neste item, conclui-se que **90 Municípios** (40,35%) tiveram **superávit financeiro**, enquanto **133** (59,65%) apresentaram **déficit financeiro**. Dentre os deficitários, constata-se que **111 municípios** (49,78%) fecharam o ano com mais de 25% descoberto.



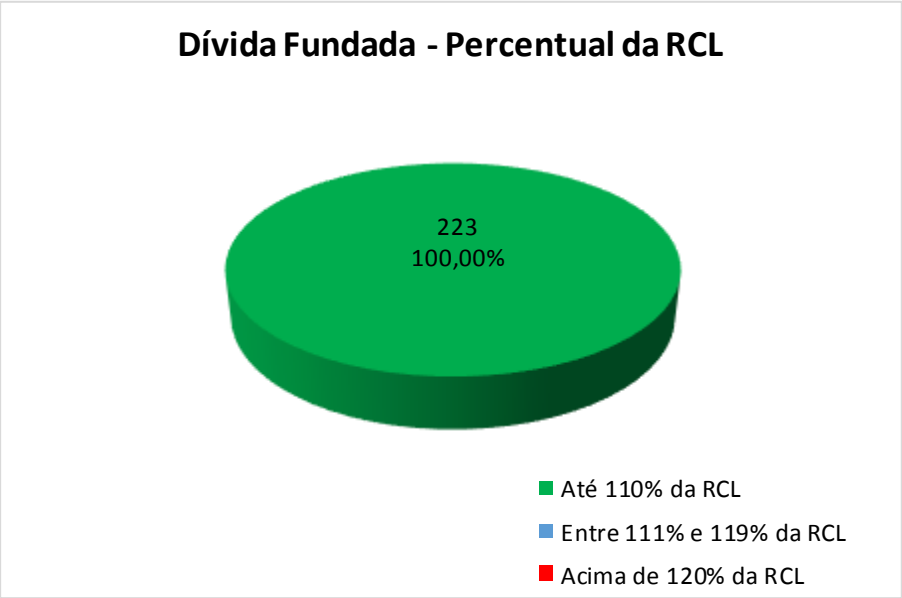
Repasse de duodécimos às Câmaras

Para **218 Municípios** (97,76%), o repasse do duodécimo à Câmara Municipal foi realizado dentro dos limites legais, de acordo com o art. 29-A da CF.



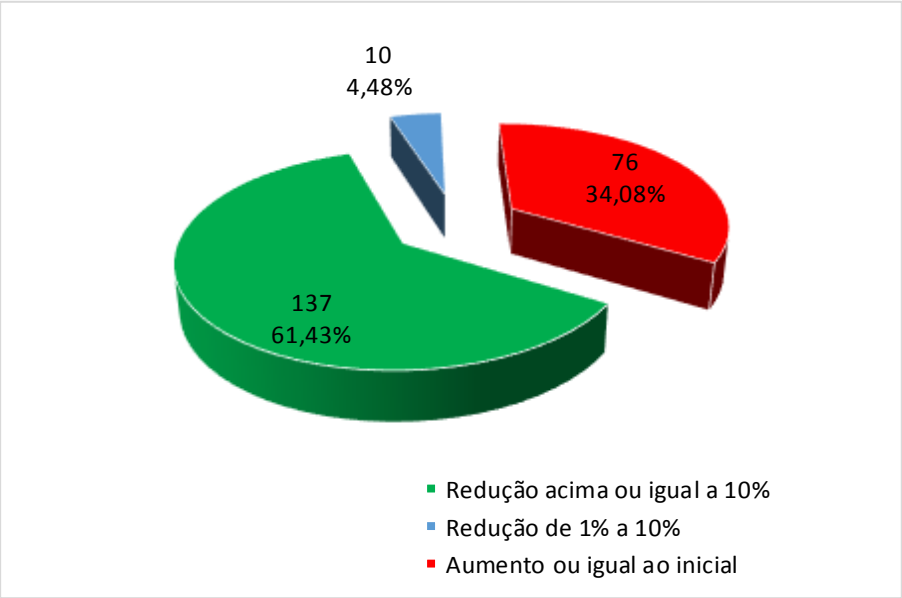
Dívida Fundada

Nesta questão, ao final do exercício de 2015, computa-se que, em todos os **223 municípios**, a **dívida fundada** correspondia a **até 110%** da Receita Corrente Líquida.



Pagamentos dos precatórios

Verifica-se que em **137 municípios** (61,43%) houve uma **redução** igual ou superior a 10% do estoque inicial de precatórios. Entretanto, em **76 municípios** (34,08%), o estoque final apurado foi igual ou maior que o estoque inicial deste passivo.

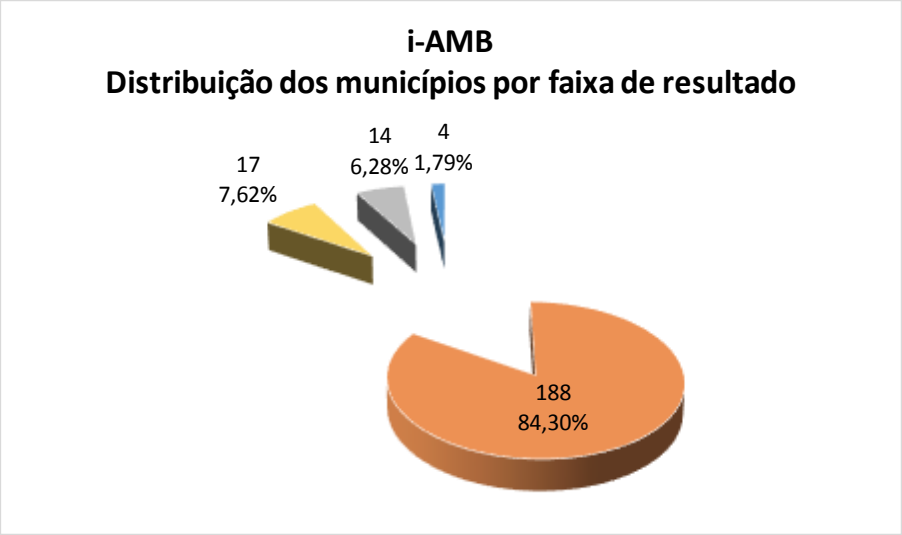


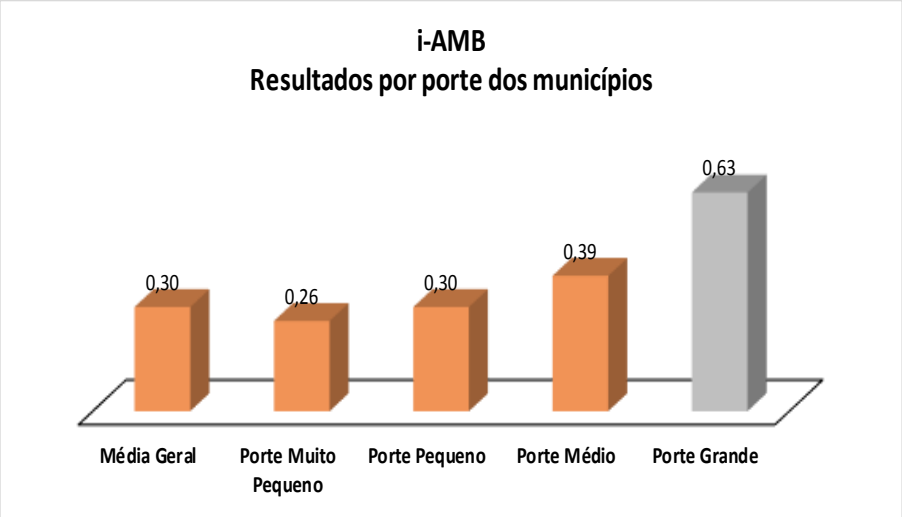
Sobre o Meio Ambiente

No **i-Amb**, dos 223 municípios paraibanos, apenas **18 (8,07%)** estão posicionados nas faixas de resultados B+ (Muito Efetiva) e B (Efetiva), enquanto a maioria **205 (91,92%)** das prefeituras se enquadraram nas faixas de resultados C+ (Em fase de Adequação) e C (Baixo Nível de Adequação).

A nota média dos municípios foi de **0,30 pontos**, nível qualificado como **Baixo Nível de Adequação**.

Importante destacar que, nas questões ambientais, os municípios de **Porte Grande** obtiveram média **muito superior** aos enquadrados nos demais Portes, elevando-os, inclusive, para uma faixa de resultado superior, denominada **Efetiva**.

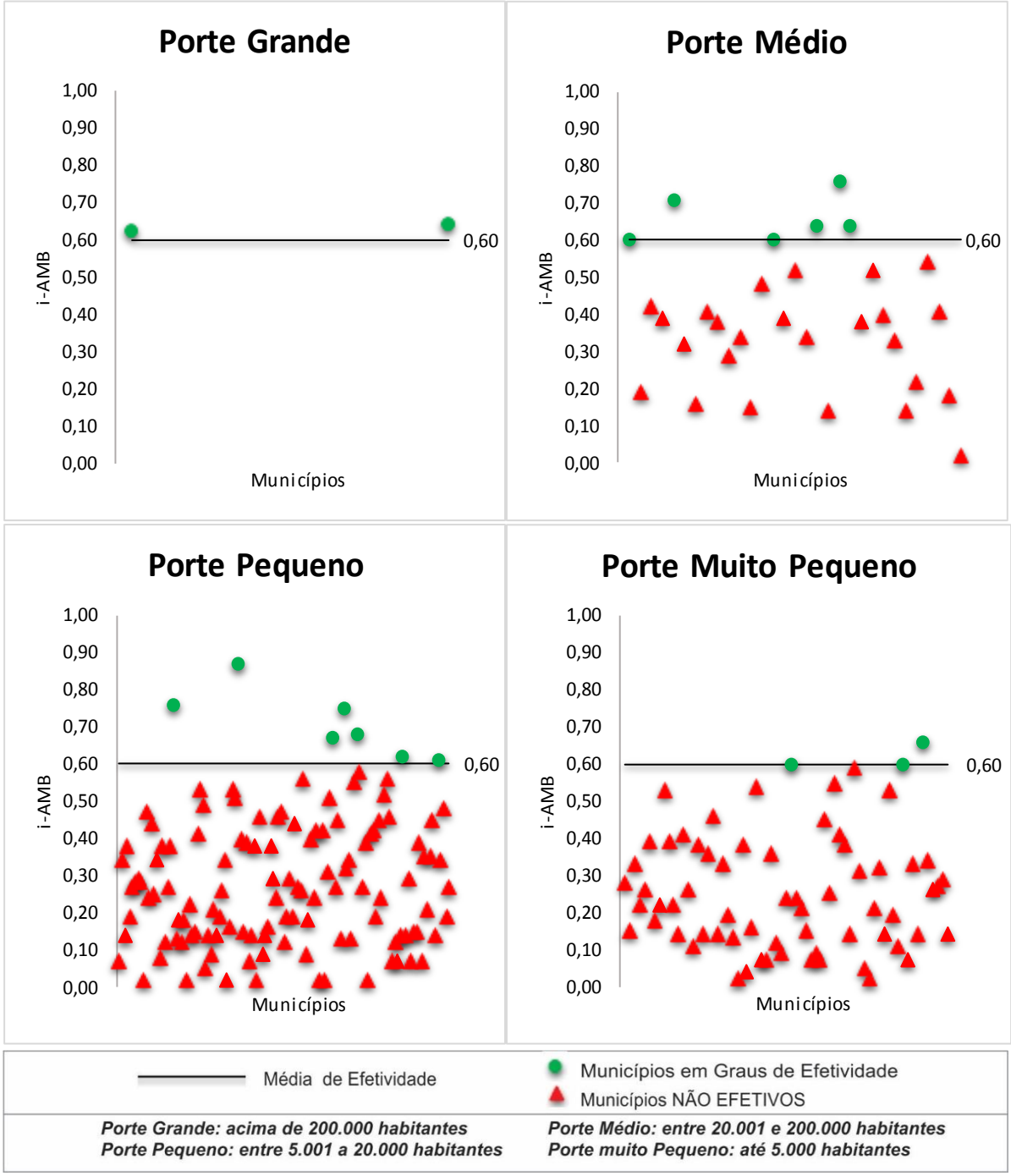




Pote ***muito Pequeno***: **até *5.000*** habitantes
Porte ***Pequeno***: entre ***5.001 e 20.000*** habitantes
Porte ***Médio***: entre ***20.001 a 200.000*** habitantes
Porte ***Grande***: **acima** de ***200.000*** habitantes

I-Amb por Porte

Com a finalidade de verificar a diferença de desempenho na nota média obtida no i-Amb em função do porte do município, agrupam-se os 223 em quatro faixas populacionais, de acordo a estimativa populacional para os municípios feita pelo IBGE em 01/07/2015.



Pode-se observar nos gráficos anteriores que as quatro faixas de portes apresentam:

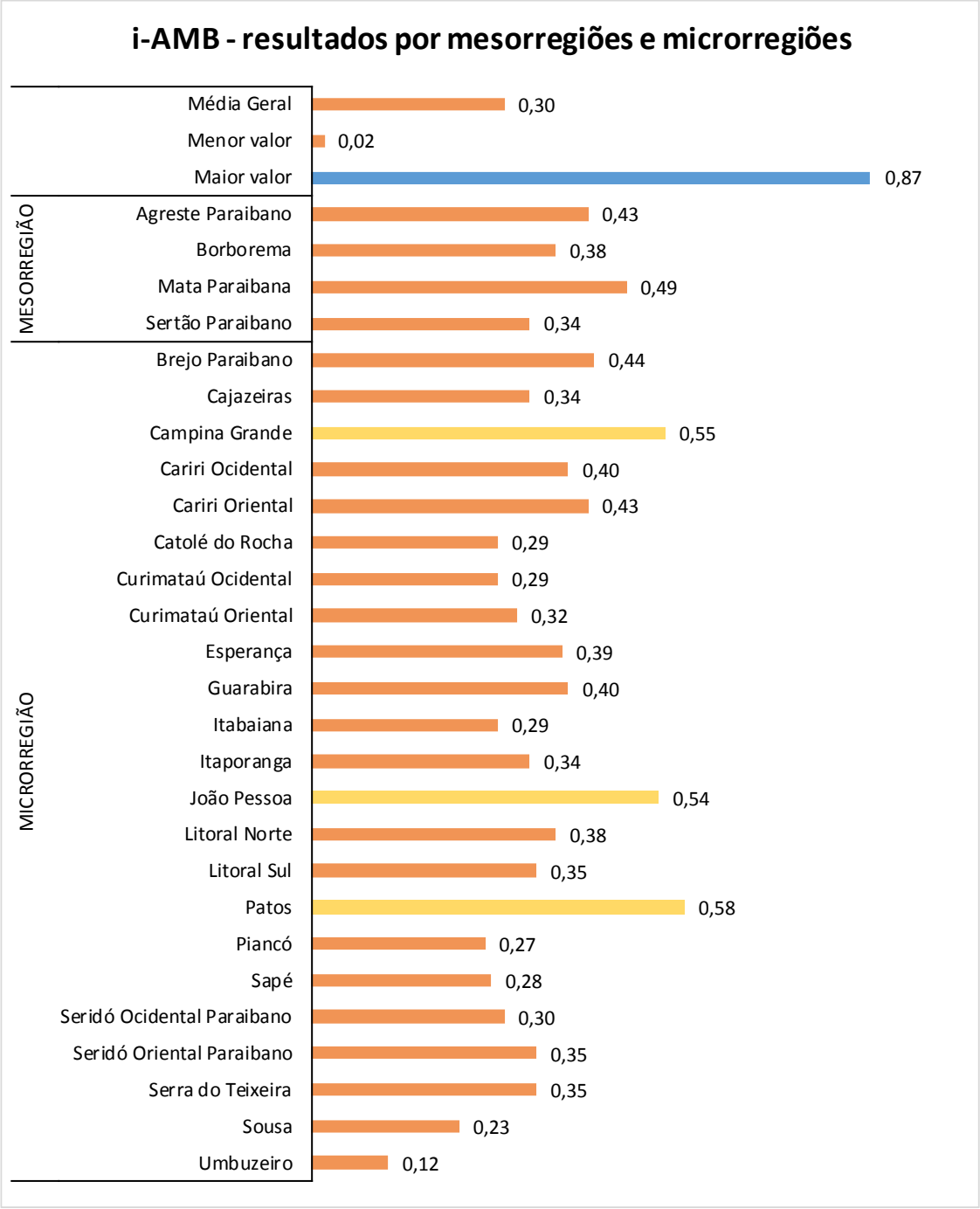
- → Os municípios que alcançaram ou superaram a nota 0,60 (Efetiva; Muito Efetiva ou Altamente Efetiva), denominados de **Municípios em Grau de Efetividade**;
- → Os que não atingiram essa nota (Em fase de adequação ou Baixo Nível de Adequação), denominados de **Municípios Não Efetivos.**

Em relação ao total de municípios em cada porte, os que estão *em Grau de Efetividade* e os *Não Efetivos* estão distribuídos percentualmente da seguinte forma:

Porte	Grande	Médio	Pequeno	Muito Pequeno
Municípios em Grau de Efetividade	100%	19,35%	5,69%	4,48%
Municípios Não Efetivos	0%	80,65%	94,31%	95,52%

I-Amb por Mesorregiões e Microrregiões

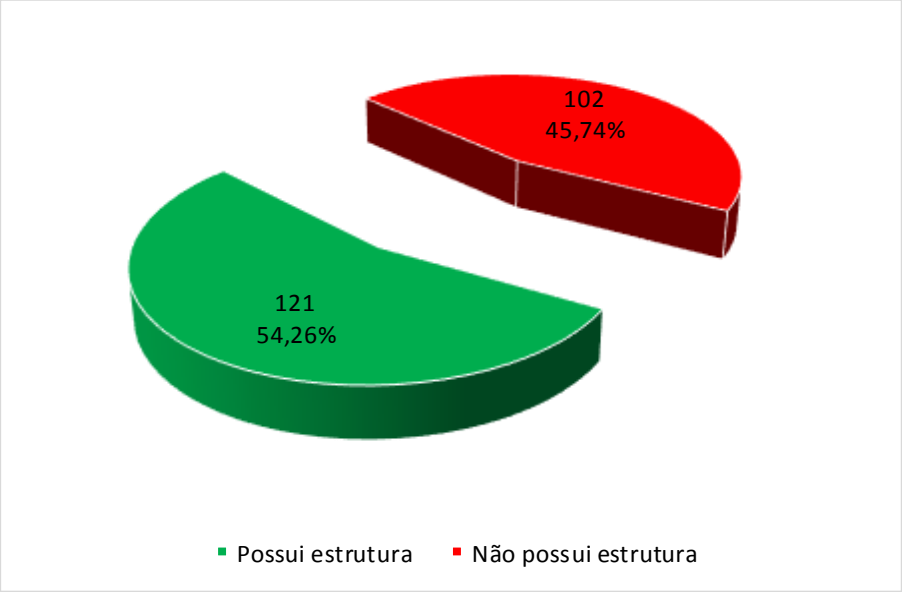
O gráfico abaixo apresenta a nota média do i-Amb em cada uma das mesorregiões e microrregiões do Estado, bem como a maior e a menor nota obtida por este indicador, demonstrando que todas as mesorregiões e a maioria das microrregiões estão enquadradas na faixa **C (Baixo Nível de Adequação).**



Análises Específicas do Meio Ambiente

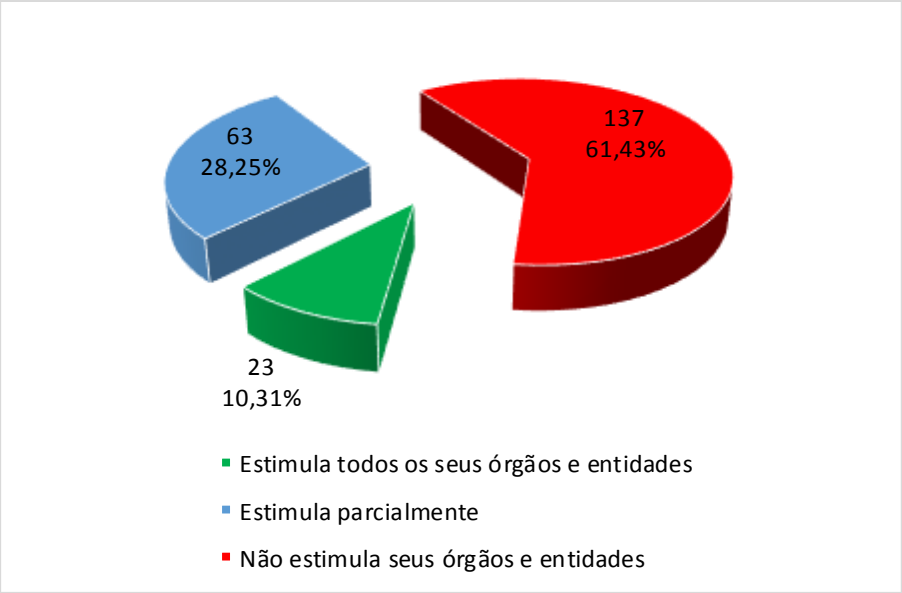
Organização ligada ao Meio Ambiente

Constata-se que, pouco mais da metade dos municípios, **121** (54,26%), informaram possuir alguma **estrutura organizacional para tratar de assuntos ligados ao Meio Ambiente Municipa**l.



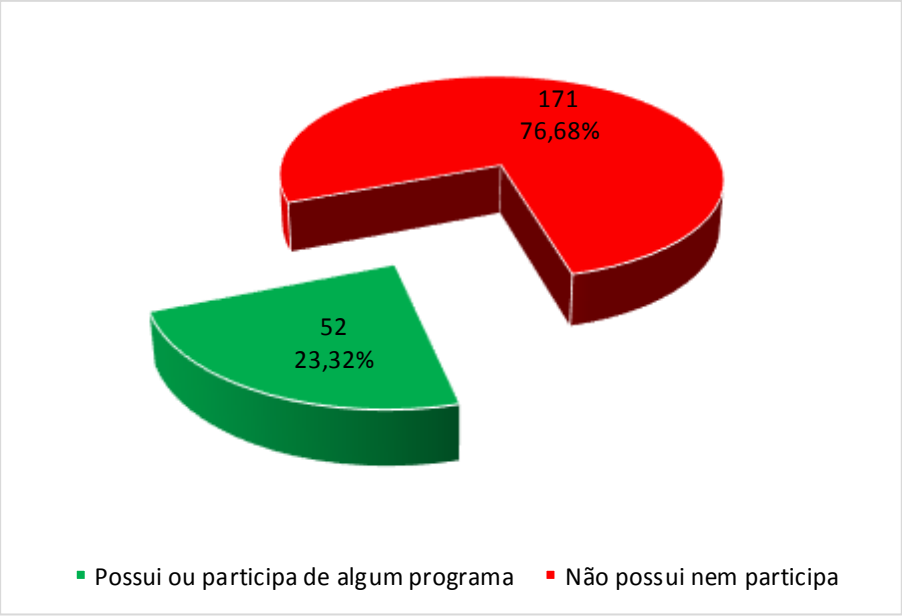
Estímulo ao uso racional de recursos naturais

Para **23 municípios** (10,31%), **todos os órgãos e entidades foram estimulados a praticar o uso racional dos recursos naturais**, entretanto, para **137** (61,43%) **não houve estímulo** aos projetos e/ou ações que promovesse o uso racional da água, coleta seletiva, reuso ou reciclagem de material.



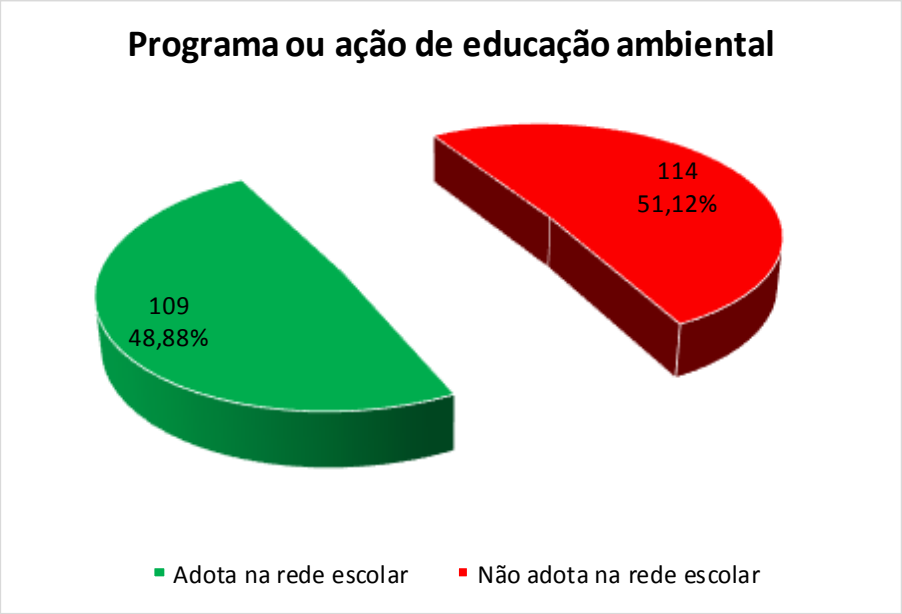
Melhoria contínua da qualidade ambiental

Uma pequena parte dos municípios, exatamente **52** (23,32%), declararam **possuir ou participar** de algum programa ou ação que promovesse a **melhoria contínua da qualidade ambiental** do município.



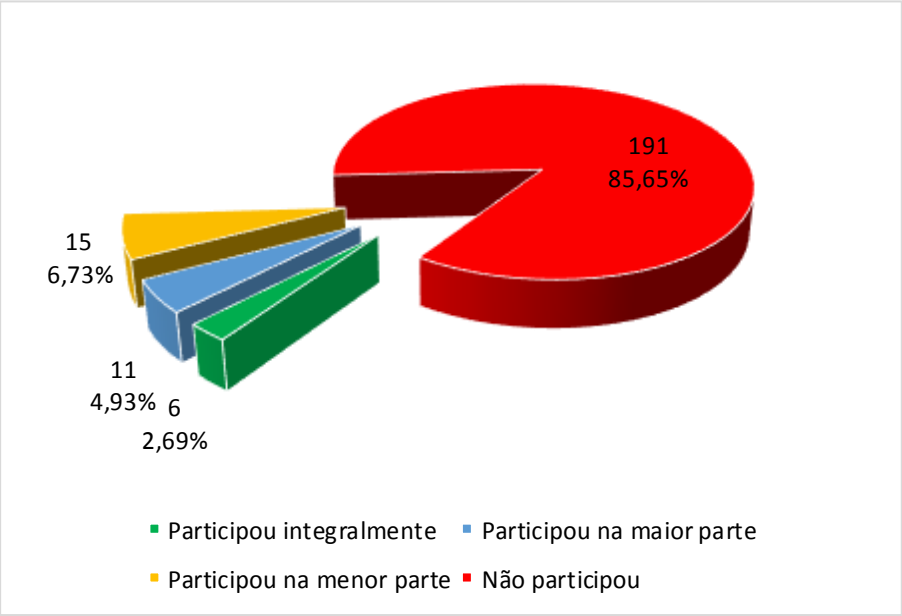
Educação Ambiental

109 municípios (48,88%) afirmaram **adotar algum programa ou ação de educação ambiental** na **rede escolar municipal**.



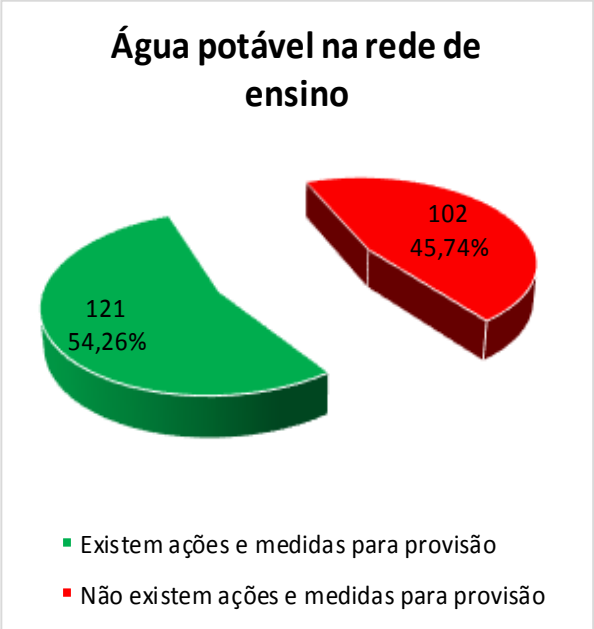
Treinamento do Corpo de Bombeiro

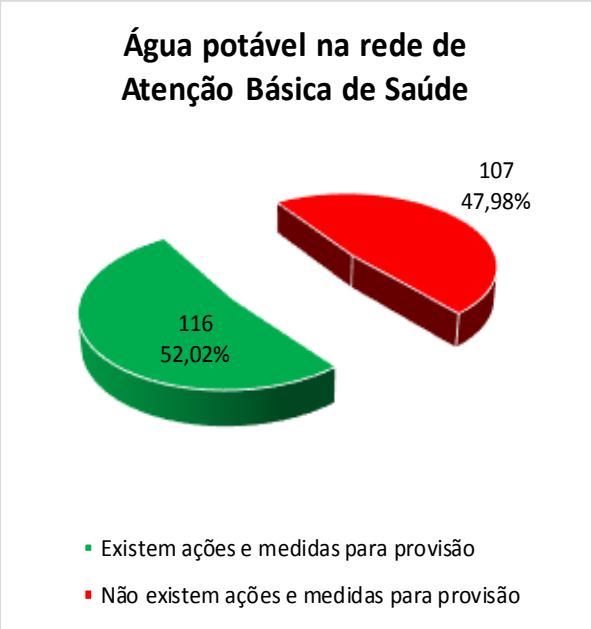
Verifica-se que apenas **06 municípios** (2,69%) **participaram integralmente** de **treinamento oferecido pelo Corpo de Bombeiros** para brigadas antifogo ou planos para desastres naturais ou ações de contingência ou similares (privilegiando a participação de membros da Guarda Municipal, Defesa Civil, Tiro de Guerra, brigadistas de indústrias, usinas e empresas etc., inclusive para os municípios que possuem Unidades de Corpo de Bombeiros).



Água potável

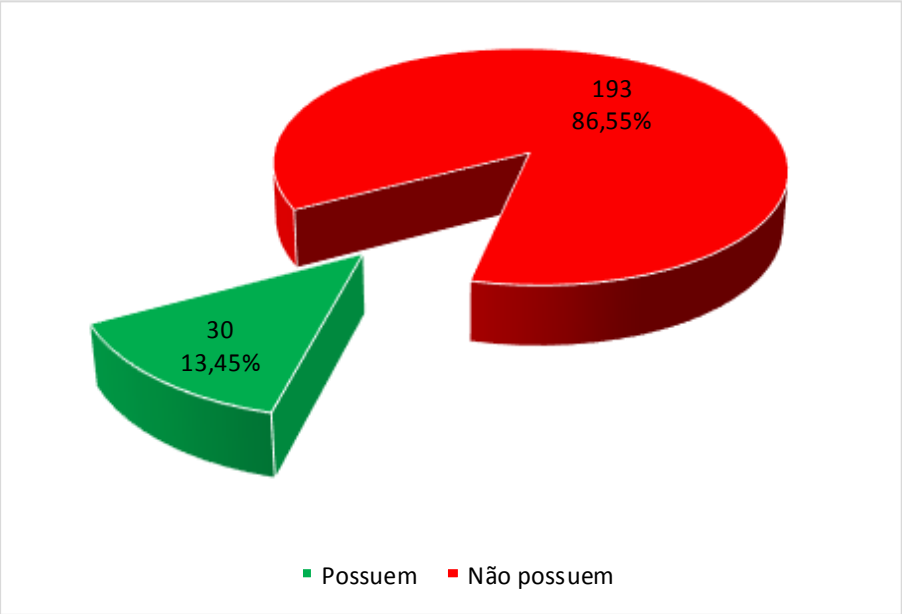
O número de municípios que revelou possuir **ações e medidas para provisão de água potável** na **rede de Ensino** e na **rede da Atenção Básica da Saúde** é pouco mais da metade em todo estado da paraíba: **121** (54,26%) e **116** (52,02%), respectivamente.





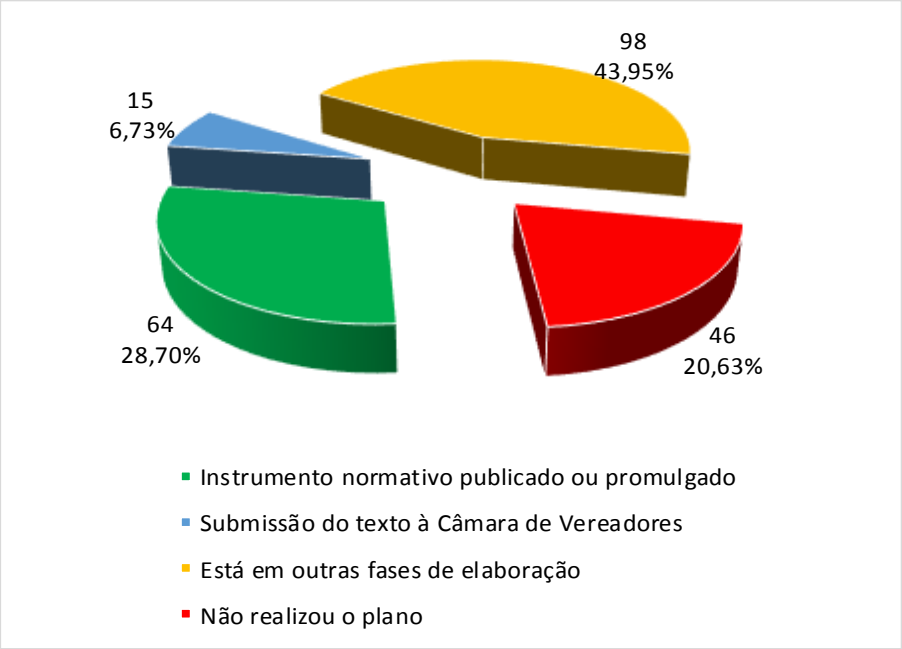
Plano Municipal de Saneamento Básico

Apura-se que, apenas **30 municípios** (13,45%) elaboraram o **Plano Municipal de Saneamento Básico**. Segundo Decreto Federal nº 8629/15[10], a partir de 31/12/2017, o acesso a recursos orçamentários da União ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico, ocorrerá mediante a existência do mencionado plano.



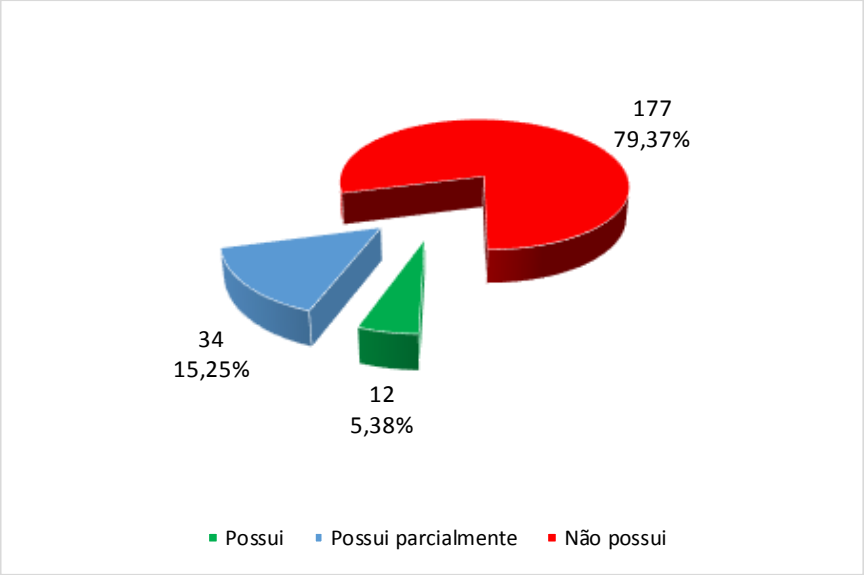
Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS)

Para o PMGIRS, o número também é baixo, apenas **64 municípios** (28,70%) admitiram **possuir** o referido plano devidamente **publicado e promulgado**.



Plano de Resíduos da Construção Civil

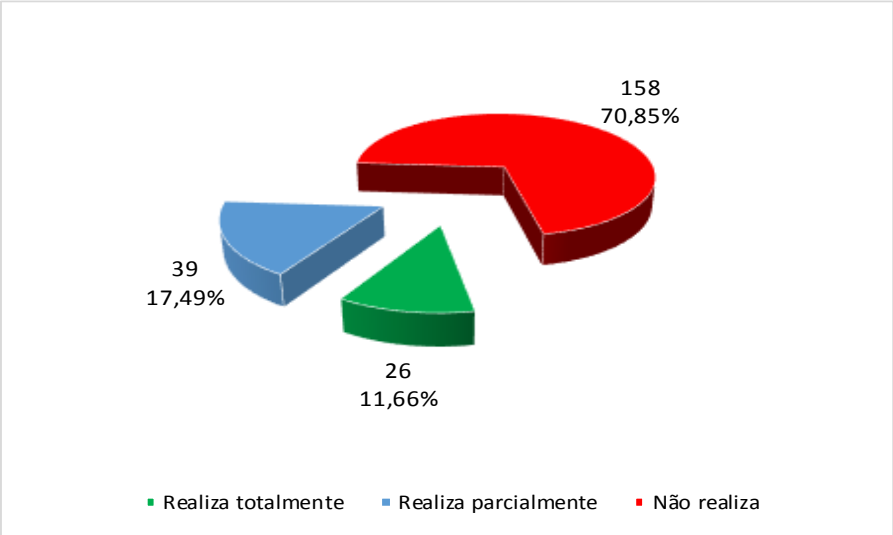
Idêntica constatação acerca do **Plano de Resíduos da Construção Civil**, que aborda itens como coleta, transporte e destinação final: apenas **12 municípios** (5,38%) afirmaram a existência de tal instrumento.



Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos

A Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos é um sistema ecologicamente correto e sustentável que tem por objetivo recolher o material potencialmente reciclável, que foi separado na fonte geradora e que utiliza a ação conjunta de inúmeros parceiros (gerado, poder público, iniciativa privada, catadores, carrinheiros, membros de Associações/Cooperativas de catadores, depósitos, aparistas, sucateiros e indústrias recicladoras.

Nesse sentido, observa-se que uma ínfima quantidade de municípios, precisamente **26** (11,65%), admitiram **realizar totalmente a coleta seletiva de resíduos sólidos**, enquanto a grande maioria dos municípios paraibanos, **158** (70,85%), assumiram que **não realizaram** o aludido recolhimento segregado.

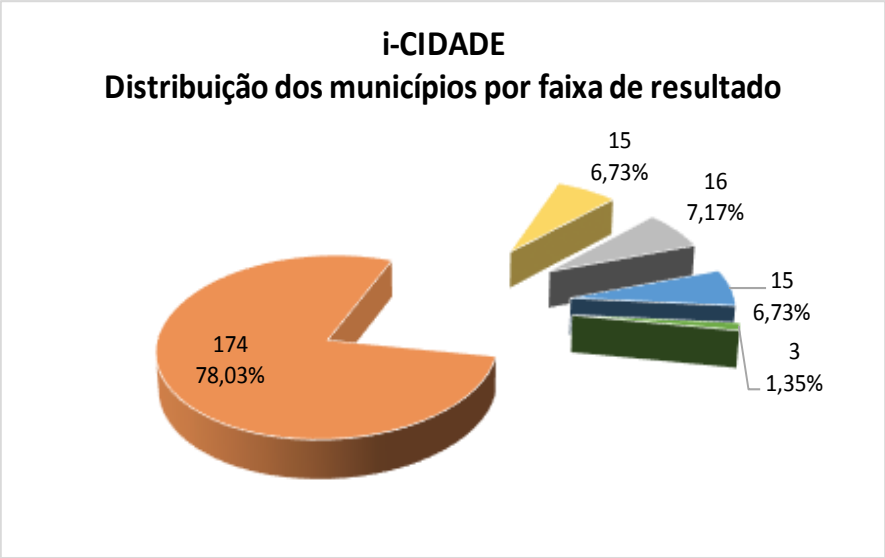


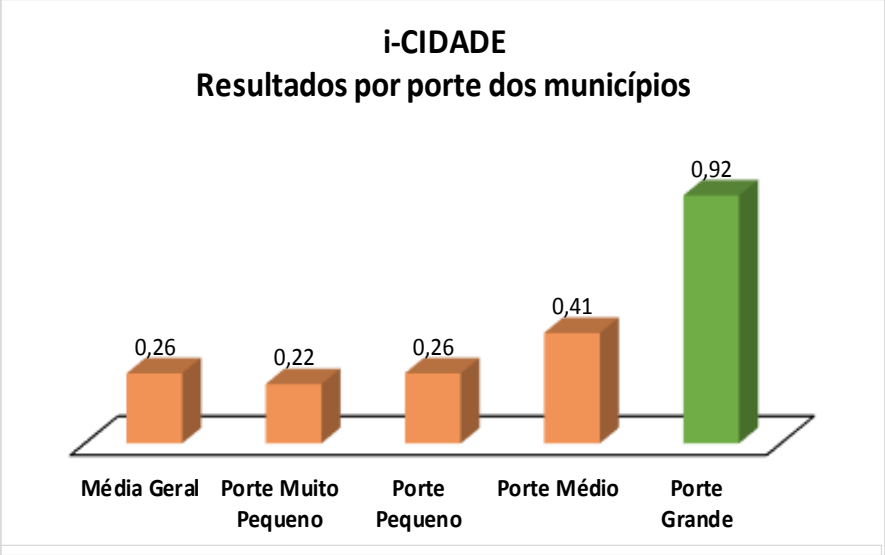
Sobre a Proteção dos Cidadãos

No **i-Cidade**, dos 223 municípios paraibanos, apenas **34 (15,25%)** estão posicionados nas faixas de resultados A (Altamente Efetiva), B+ (Muito Efetiva) e B (Efetiva), enquanto a maioria **189 (84,76%)** das prefeituras se enquadraram nas faixas de resultados C+ (Em fase de Adequação) e C (Baixo Nível de Adequação).

A nota média dos municípios foi a mais baixa dos 7 indicadores, **0,26 pontos**, nível qualificado como **Baixo Nível de Adequação**.

Em contrapartida, observa-se que os municípios de **Porte Grande** obtiveram média **muito superior** aos enquadrados nos demais Portes, o que os fazem ascender para a mais alta faixa de resultado denominada **Altamente Efetiva**.

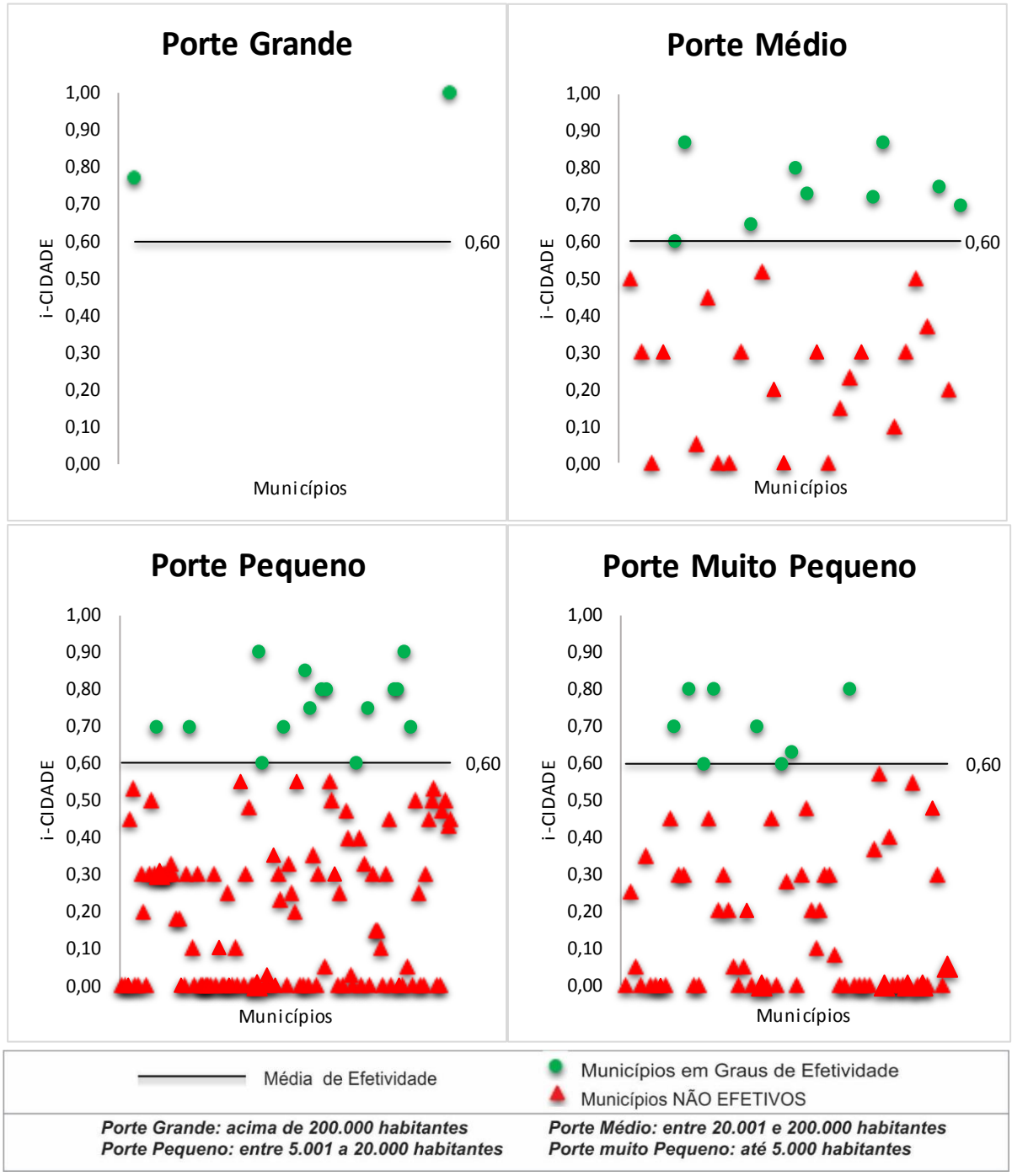




Pote ***muito Pequeno***: **até *5.000*** habitantes
Porte ***Pequeno***: entre ***5.001 e 20.000*** habitantes
Porte ***Médio***: entre ***20.001 a 200.000*** habitantes
Porte ***Grande***: **acima** de ***200.000*** habitantes

I-Cidade por Porte

Com a finalidade de verificar a diferença de desempenho na nota média obtida no i-Cidade em função do porte do município, agrupam-se os 223 em quatro faixas populacionais, de acordo a estimativa populacional para os municípios feita pelo IBGE em 01/07/2015.



Pode-se observar nos gráficos anteriores que as quatro faixas de portes apresentam:

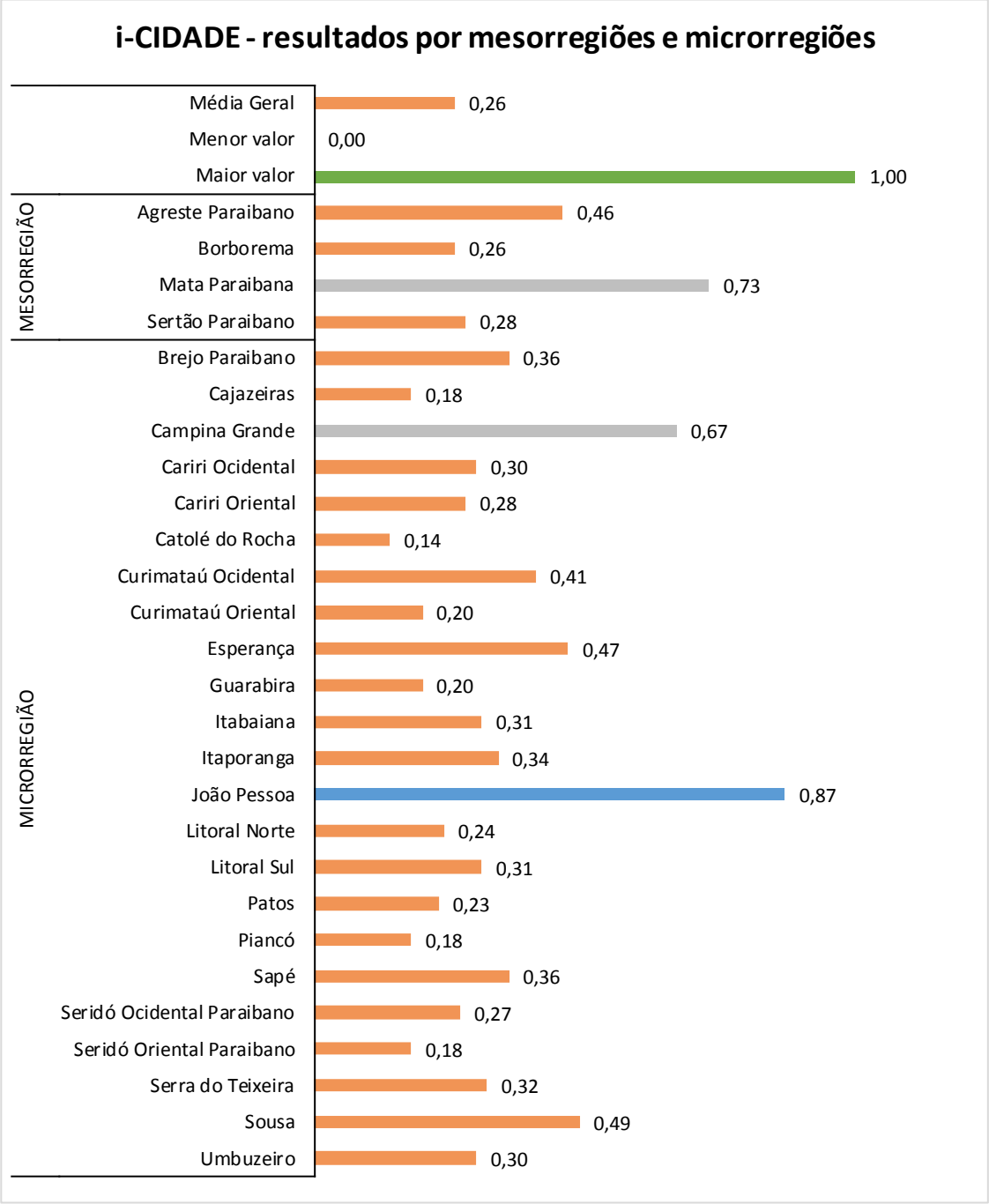
- → Os municípios que alcançaram ou superaram a nota 0,60 (Efetiva; Muito Efetiva ou Altamente Efetiva), denominados de **Municípios em Grau de Efetividade**;
- → Os que não atingiram essa nota (Em fase de adequação ou Baixo Nível de Adequação), denominados de **Municípios Não Efetivos.**

Em relação ao total de municípios em cada porte, os que estão *em Grau de Efetividade* e os *Não Efetivos* estão distribuídos percentualmente da seguinte forma:

Porte	Grande	Médio	Pequeno	Muito Pequeno
Municípios em Grau de Efetividade	100%	29,03%	12,20%	11,94%
Municípios Não Efetivos	0%	70,97%	87,80%	88,06%

I-Cidade por Mesorregiões e Microrregiões

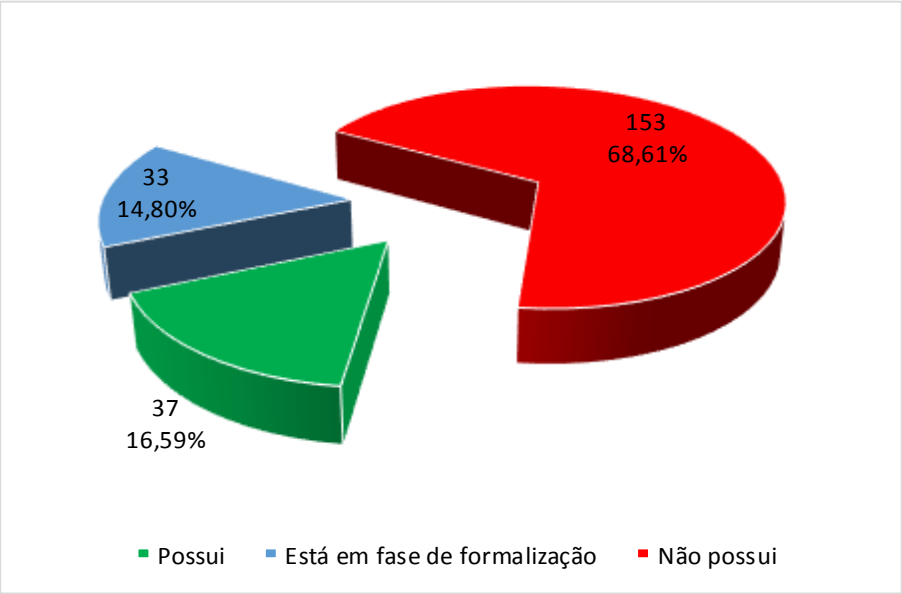
O gráfico abaixo evidencia a nota média do i-Cidade em cada uma das mesorregiões e microrregiões do Estado, bem como a maior e a menor nota obtida por este indicador, constatando que a maioria das mesorregiões e microrregiões estão enquadradas na faixa **C (Baixo Nível de Adequação).**



Análises Específicas da Proteção dos Cidadãos

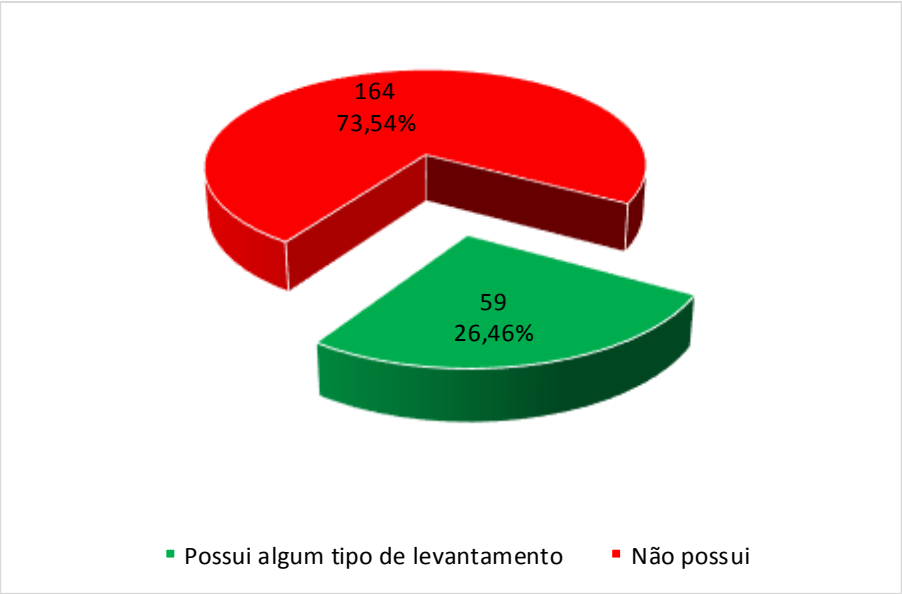
Plano de Contingência de Defesa Civil

Verifica-se que apenas **37 municípios** (16,59%) declararam possuir o **Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil**.



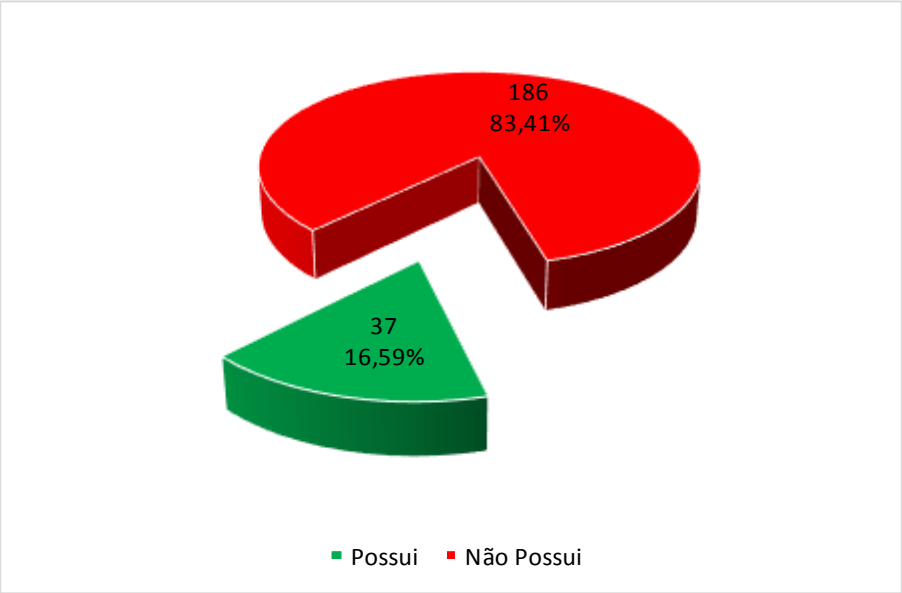
Levantamento para identificação de risco

59 municípios (26,46%) realizaram algum tipo de **levantamento para identificação de risco** para intervenções do Poder Público.



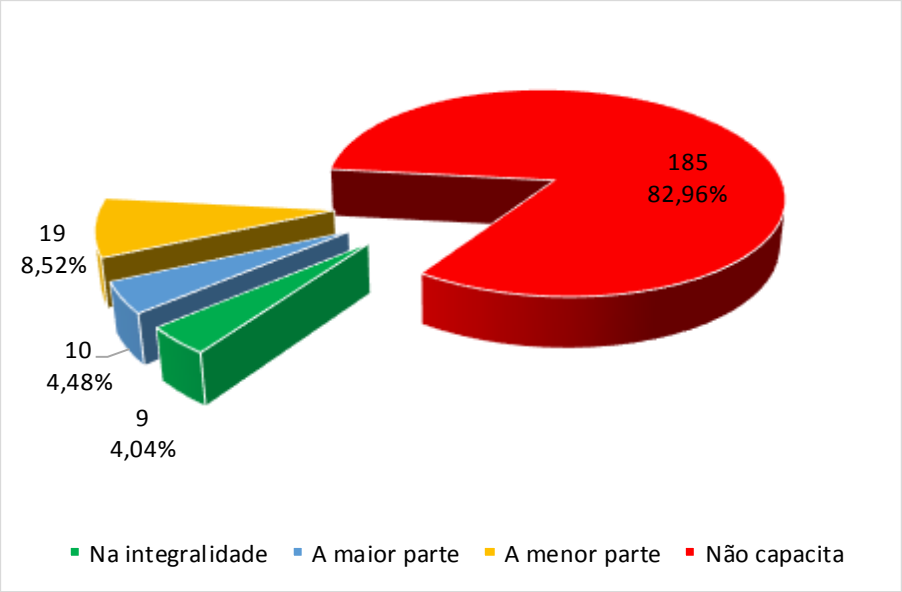
Estudo sobre segurança nas escolas e centros de saúde

Ao indagar acerca da existência de um **estudo atualizado de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde**, não mais que **37 municípios** (16,59%) responderam afirmativamente.



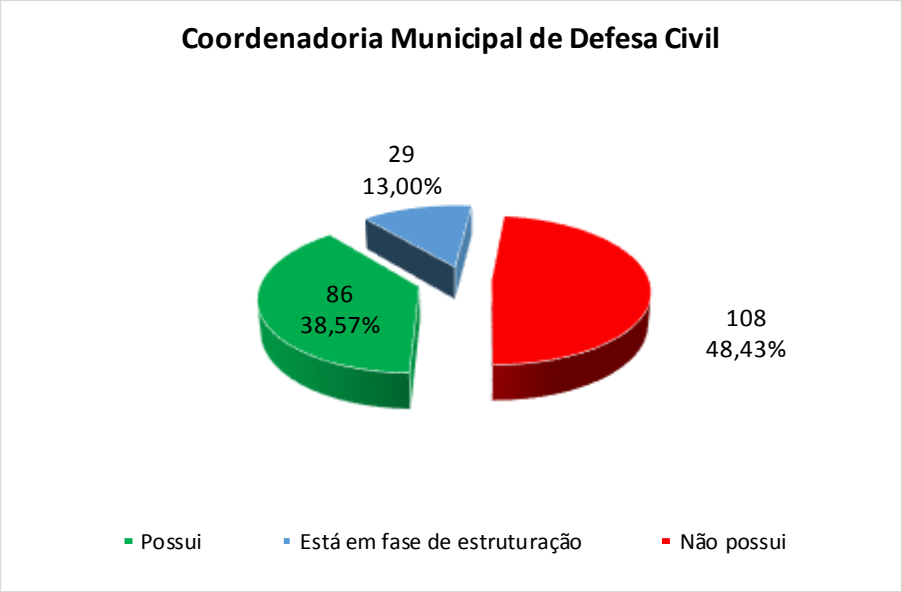
Capacitação dos agentes para ações de Defesa Civil

Constata-se que tão somente **09 municípios** (4,04%) afirmaram **capacitar todos os seus agentes para ações municipais de Proteção e Defesa Civil**.

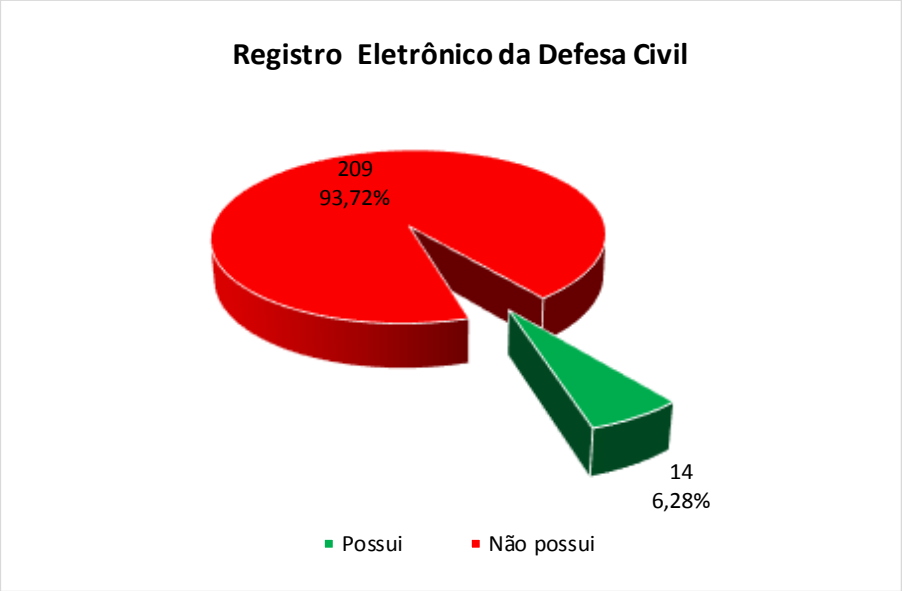


Defesa Civil

86 municípios (38,57%) revelaram possuir **Setor/Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil estruturada**, em conformidade com a Lei nº 12.608/2012.



Em relação ao **cadastramento de ocorrência de Proteção e Defesa Civil**, apenas **14 municípios** (6,28%) afirmaram **utilizar alguma forma de registro eletrônico**.

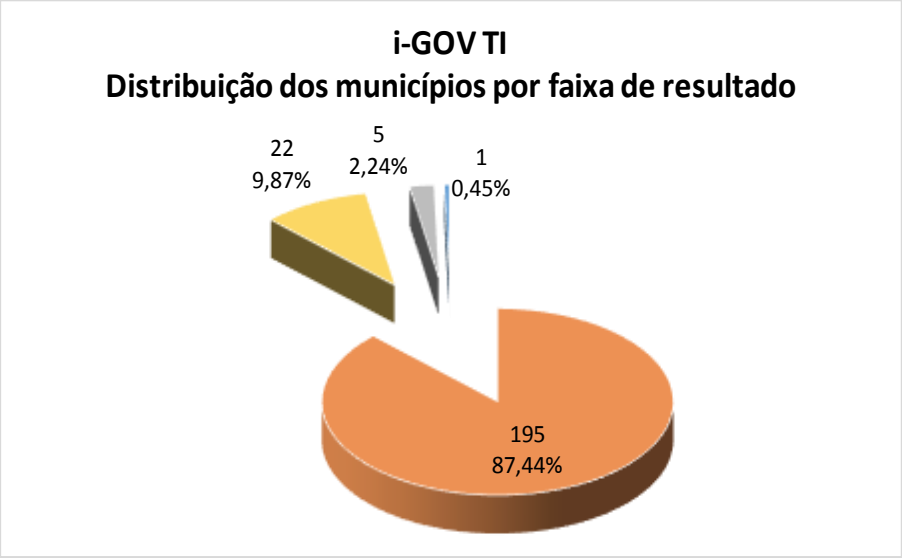


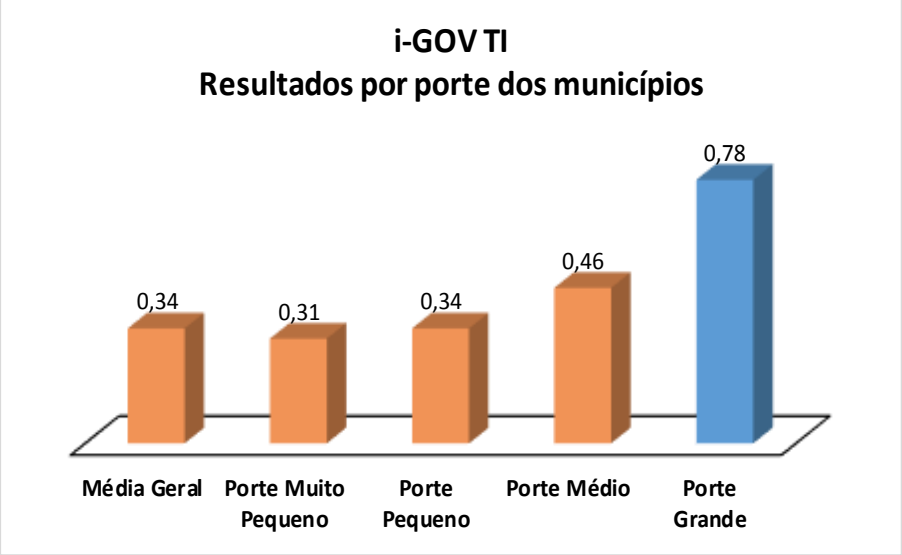
Sobre a Tecnologia da Informação

No **i-Gov-TI**, dos 223 municípios paraibanos, apenas **06 (2,69%)** estão posicionados nas faixas de resultados B+ (Muito Efetiva) e B (Efetiva), enquanto a maioria **217 (97,31%)** das prefeituras se enquadraram nas faixas de resultados C+ (Em fase de Adequação) e C (Baixo Nível de Adequação).

A nota média dos municípios foi **0,34 pontos**, nível qualificado como **Baixo Nível de Adequação**.

Por outro lado, observa-se que a média dos municípios de **Porte Grande** foi **muito superior** à dos enquadrados nos demais Portes, o que os fazem transpor três faixas de resultado, passando para **Muito Efetiva**.

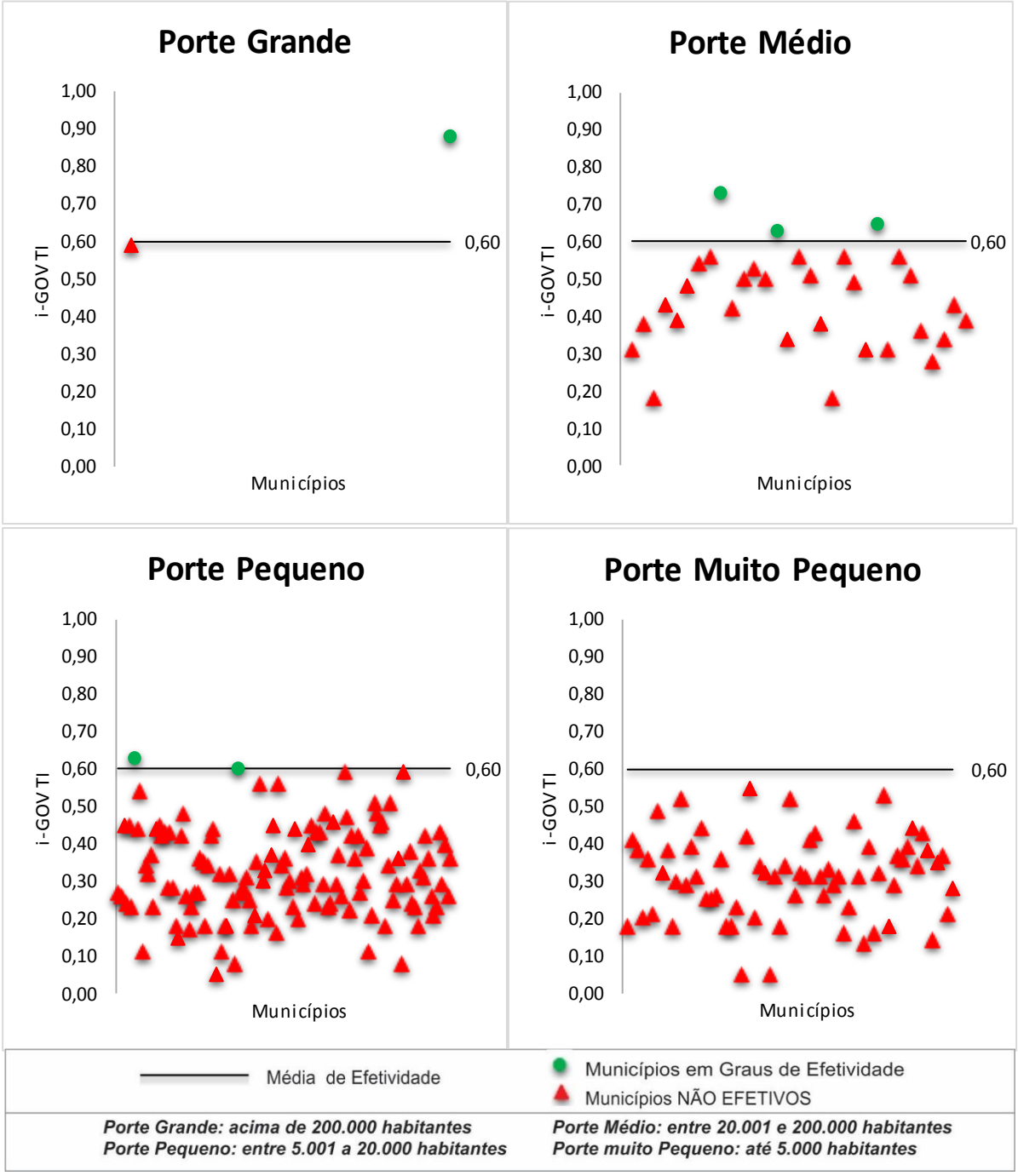




Pote ***muito Pequeno***: **até *5.000*** habitantes
Porte ***Pequeno***: entre ***5.001 e 20.000*** habitantes
Porte ***Médio***: entre ***20.001 a 200.000*** habitantes
Porte ***Grande***: **acima** de ***200.000*** habitantes

I-Gov-TI por Porte

Com a finalidade de verificar a diferença de desempenho na nota média obtida no i-Gov-TI em função do porte do município, agrupam-se os 223 em quatro faixas populacionais, de acordo a estimativa populacional para os municípios feita pelo IBGE em 01/07/2015.



Pode-se observar nos gráficos anteriores que as quatro faixas de portes apresentam:

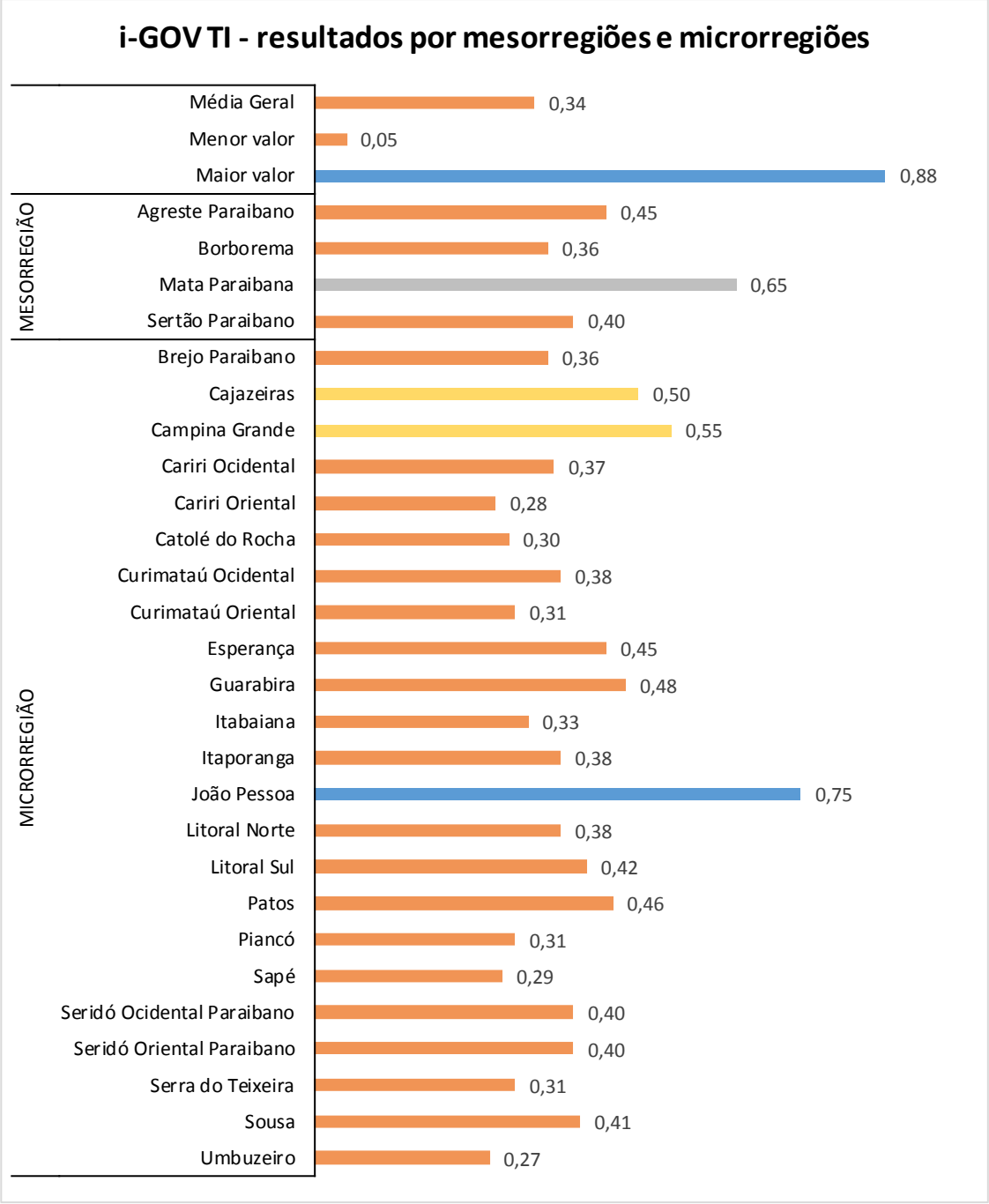
- → Os municípios que alcançaram ou superaram a nota 0,60 (Efetiva; Muito Efetiva ou Altamente Efetiva), denominados de **Municípios em Grau de Efetividade**;
- → Os que não atingiram essa nota (Em fase de adequação ou Baixo Nível de Adequação), denominados de **Municípios Não Efetivos.**

Em relação ao total de municípios em cada porte, os que estão *em Grau de Efetividade* e os *Não Efetivos* estão distribuídos percentualmente da seguinte forma:

Porte	Grande	Médio	Pequeno	Muito Pequeno
Municípios em Grau de Efetividade	50,00%	9,68%	1,63%	0,00%
Municípios Não Efetivos	50,00%	90,32%	98,37%	100,00%

I-Gov TI Mesorregiões e Microrregiões

O gráfico abaixo apresenta a nota média do i-Gov TI em cada uma das mesorregiões e microrregiões do Estado, bem como a maior e a menor nota obtida por este indicador, demonstrando que a maioria das mesorregiões e microrregiões estão enquadradas na faixa **C (Baixo Nível de Adequação).**

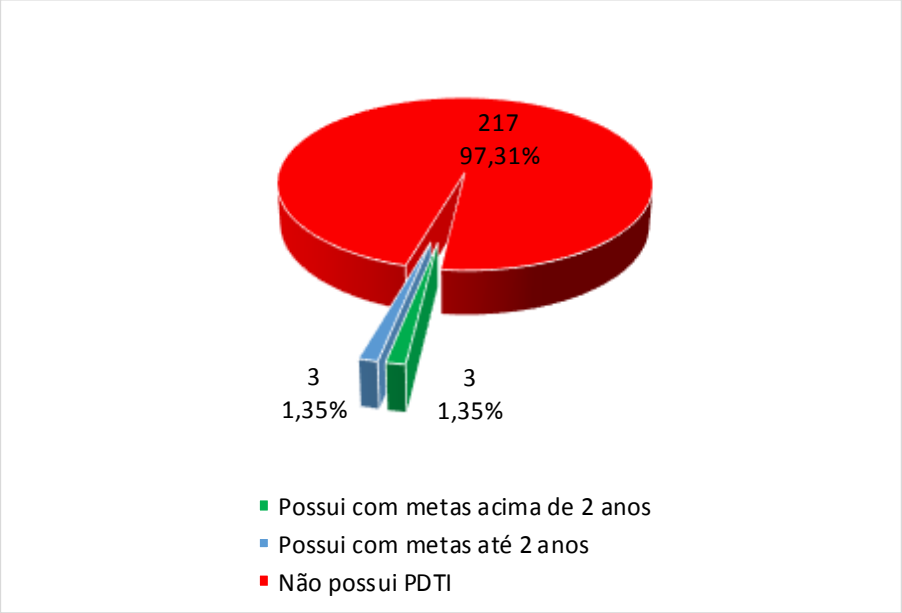


Análises Específicas da Tecnologia da Informação

Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI

O PDTI representa um instrumento de gestão para a execução das ações de TI da organização, possibilitando justificar os recursos aplicados em TI, minimizar o desperdício, garantir o controle, aplicar recursos naquilo que é considerado mais relevante e, por fim, melhorar o gasto público e os serviços prestado ao cidadão.

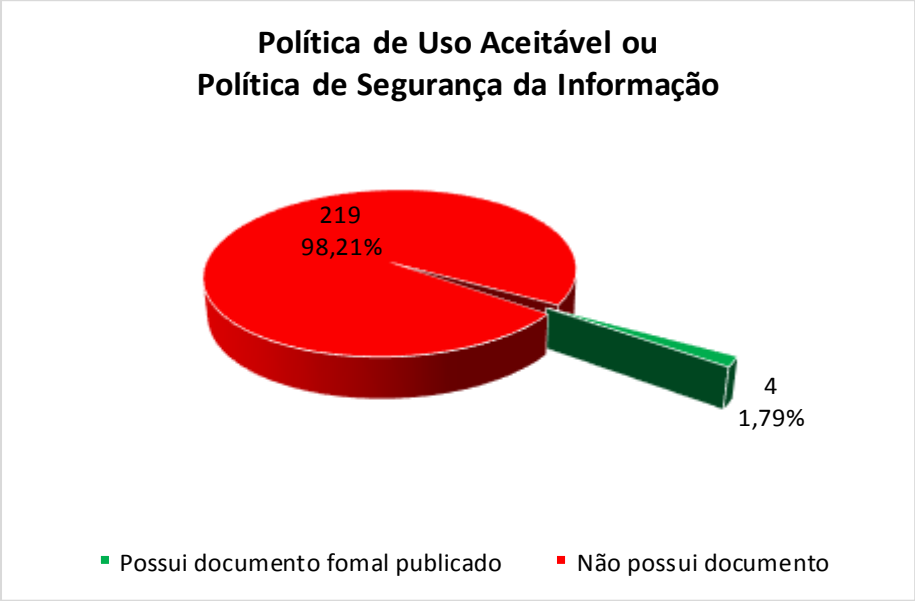
Em relação a este quesito, verifica-se que exatos **6 municípios** (2,70%) informaram possuir um **Plano Diretor de Tecnologia da Informação**, todavia, nenhum desses municípios publicaram o PDTI na internet.



Política de Uso Aceitável ou Política de Segurança da Informação

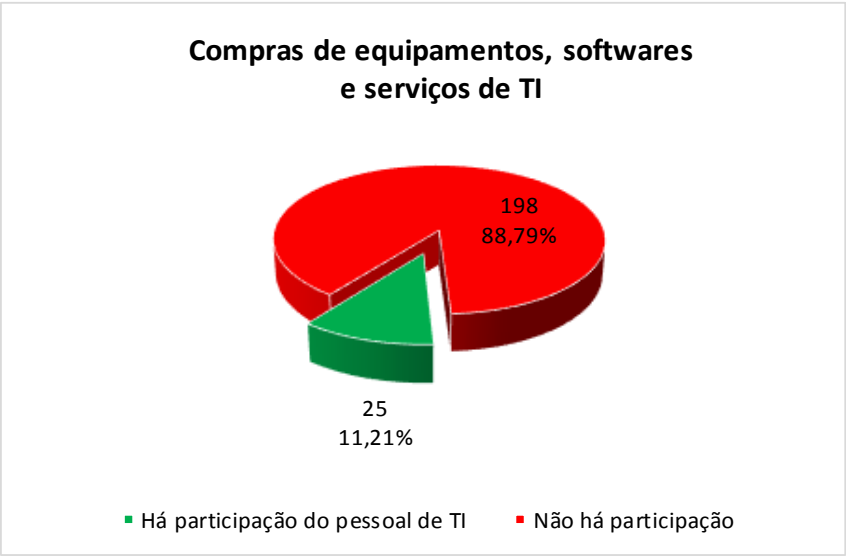
A Política de Segurança da Informação, também referida como PSI, é o documento que orienta e estabelece as diretrizes corporativas do órgão para a proteção dos ativos de informação e a prevenção de responsabilidade legal para todos os usuários. Deve, portanto, ser cumprida e aplicada em todas as áreas da entidade.

Concluímos, neste tópico, que apenas **04 municípios** (1,79%) admitiram possuir o **documento formal publicado** da **Política de Uso Aceitável** ou **Política de Segurança da Informação**.



Compras de equipamentos, softwares e serviços de TI

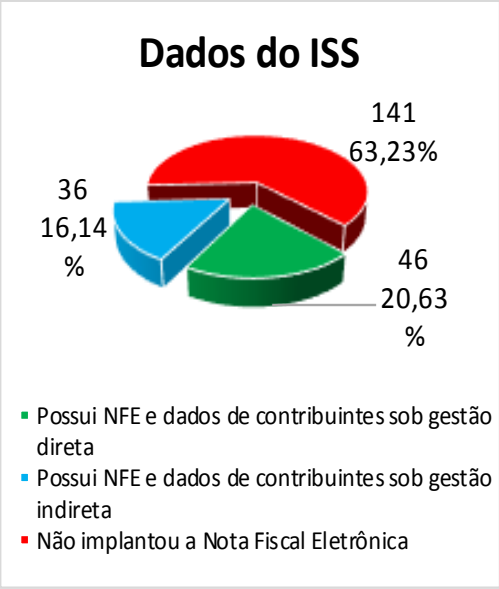
Sobre as **compras públicas (licitação) que tenham como objeto equipamentos de TI**, softwares ou serviços que envolva a Tecnologia da Informação, **25 municípios** (11,21%) asseguraram **haver participação do pessoal de TI no processo de compra** (especificação técnica, comissão de julgamento, recebimento do objeto).

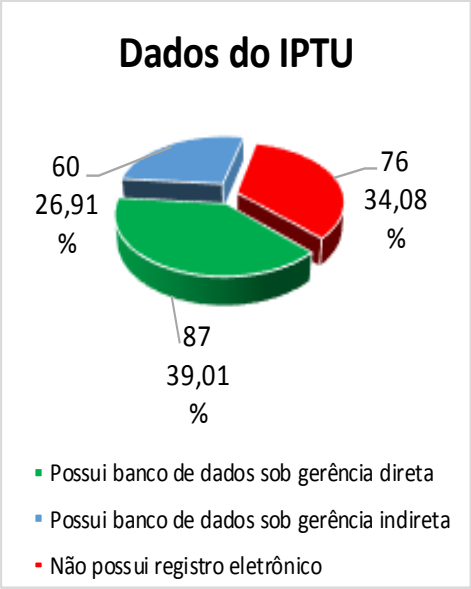


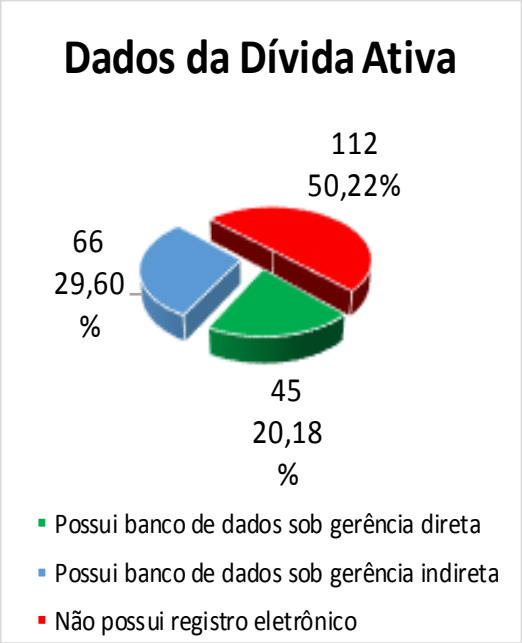
Gerenciamento de Dados

Em relação às principais fontes de arrecadação municipal, apura-se que apenas **36,77%** dos municípios implantaram a **Nota Fiscal Eletrônica**, ao passo que **65,92% e 49,78%** afirmaram que possuem banco de dados eletrônicos relativos ao **IPTU** e a **Dívida Ativa**, respectivamente.

Constata-se ainda que apenas **20,63%, 39,01% e 20,18%** dos municípios gerenciam **diretamente** seus registros eletrônico do **ISS, IPTU e Dívida Ativa**, respectivamente.

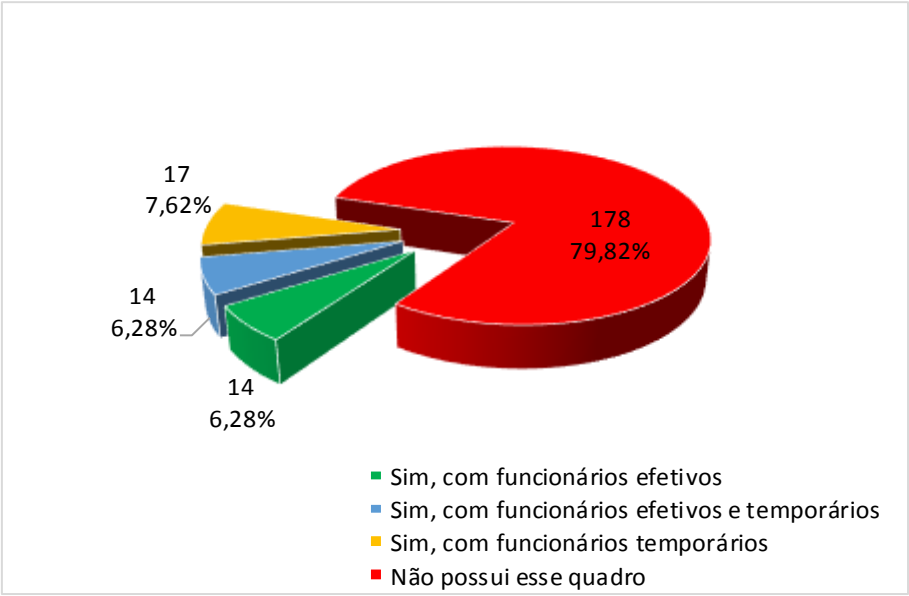






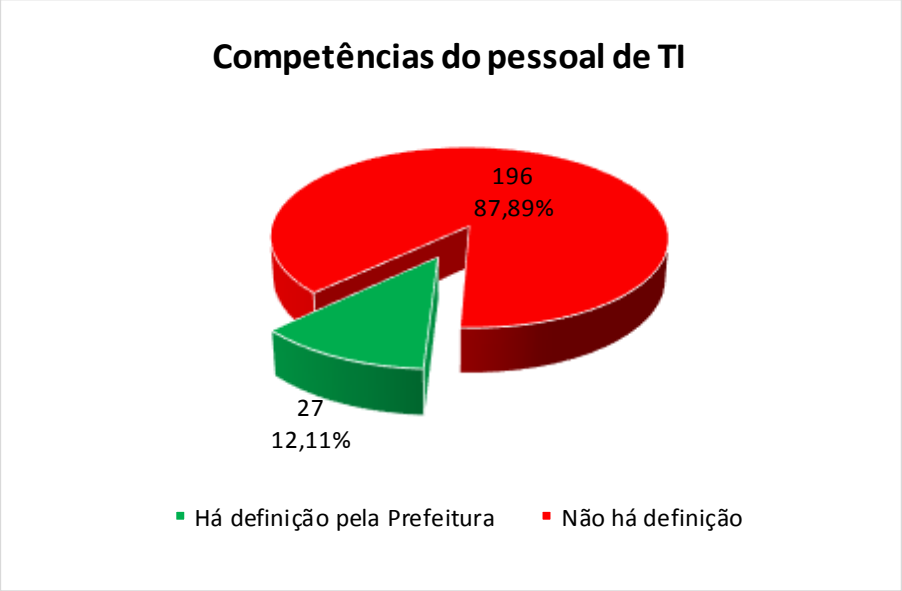
Quadros de funcionários da área de TI

Neste quesito, tão somente **14 municípios** (6,28%) afirmaram possuir quadro com **servidores efetivos na área de TI**, enquanto a grande maioria (79,82%) admitiram nem possuir esse quadro.



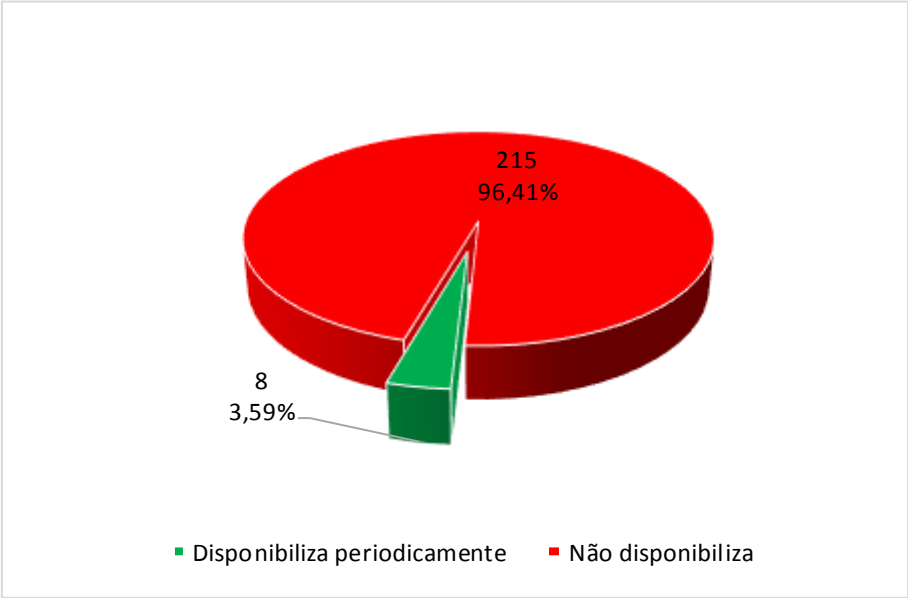
Definição de competência do pessoal de TI

Constata-se que **27 municípios** (12,11%) **definiram as competências necessárias para as atividades do pessoal de TI**, como área de formação, especialização, etc.



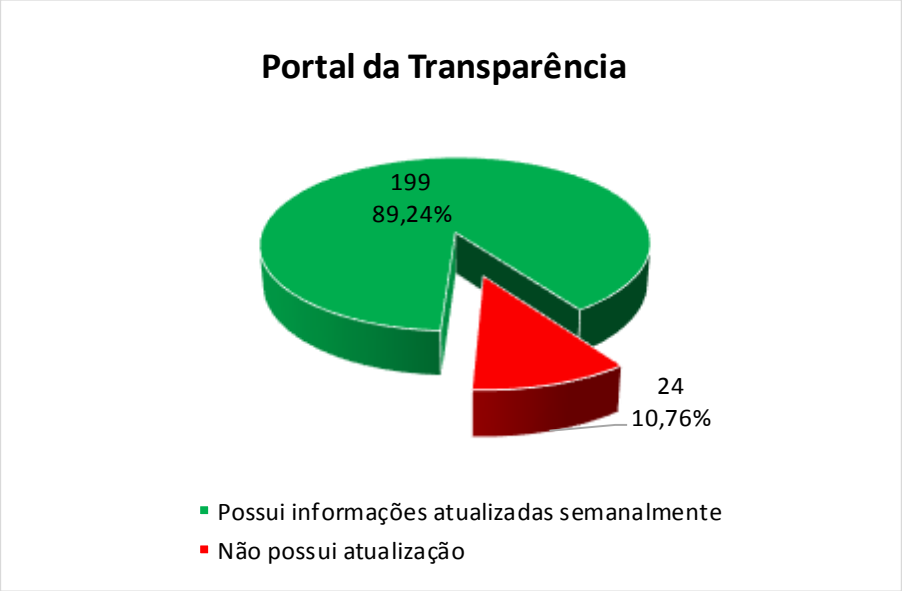
Programas de capacitação e atualização para o pessoal de TI

Para **8 municípios** (3,59%), sua gestão **disponibilizou periodicamente programas de capacitação e atualização para o pessoal de TI**.

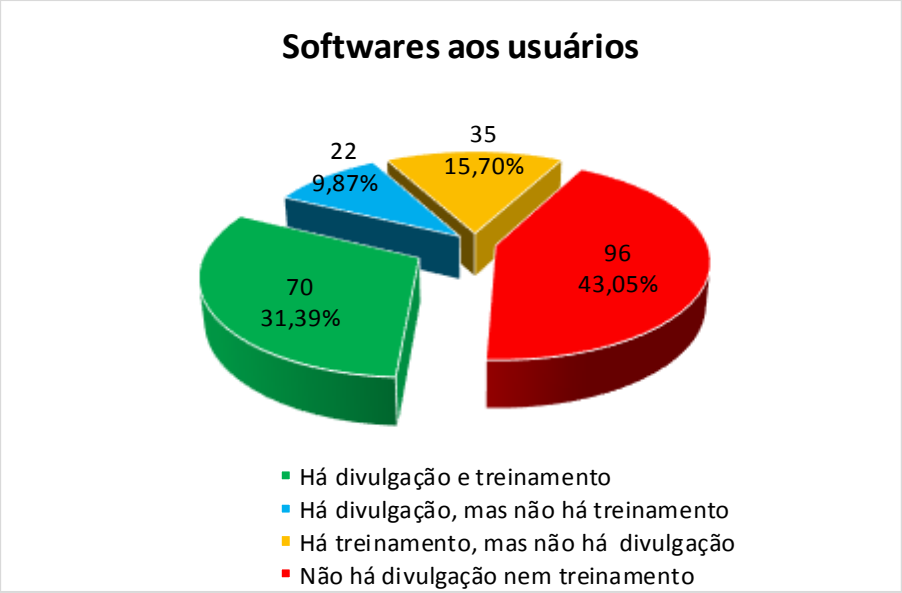


Transparência

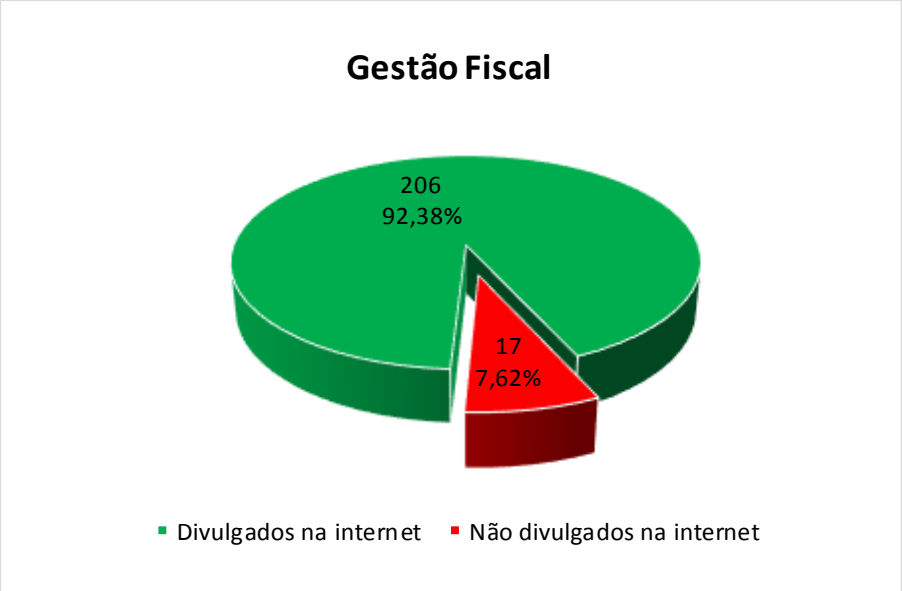
Averígua-se que **199 municípios** (89,24%) revelaram possuir **site na internet** com **informações atualizadas semanalmente**.



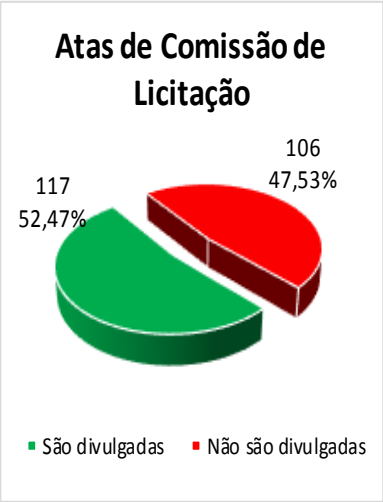
Ao questionar se houve **divulgação e treinamento de softwares aos usuários**, encontram-se situações antagônicas para a maior parte dos municípios: **70 municípios** (31,39%) confirmaram oferecer ambos suportes, enquanto **96** (43,05%) admitiram que não realizaram nenhuma das referidas orientações para o usuário.

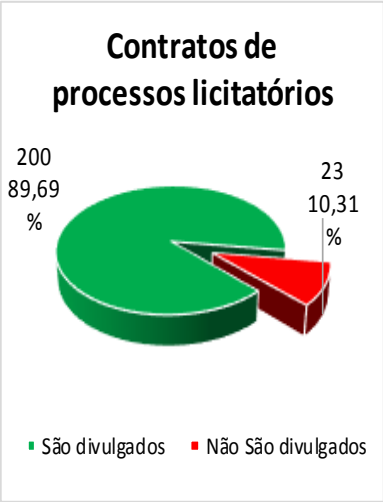


Já os dados relativos à **transparência na gestão fiscal** (planejamento, execução orçamentária, arrecadação de tributos, etc), a grande maioria dos municípios, **206** (92,38%), asseveraram que os **divulgam na internet**, nos termos do art. 48 da LRF.



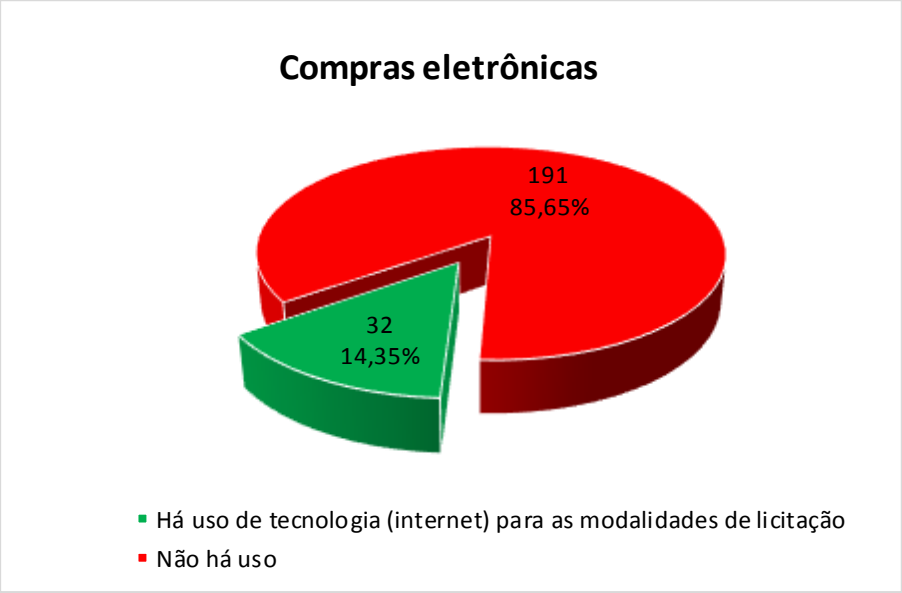
Idêntica situação, encontra-se em relação aos **documentos relativos a processos licitatórios** (editais, atas de comissão de licitação e contratos). Embora especificados em quesitos separados, a maioria dos municípios **divulgaram na internet**. Destaca-se, nesta questão, todavia, que apenas em relação a ata da comissão de licitação, a publicação é menos efetiva que às demais documentações.





Compras públicas (Licitações)

Para esta questão, que abordou compras de modo geral através de procedimento licitatório, **32 municípios** (14,35%) informaram **fazer uso de tecnologia (internet) para as modalidades de licitação** (compras eletrônicas).



8. Resultados dos Índices Temáticos

As médias dos índices temáticos dos 223 municípios paraibanos foram as seguintes:

	Média Geral	*i-Educ*	*i-Saude*	*i-Planeja-mento*	*i-Fiscal*	*i-Amb*	*i-Cidade*	*i-Gov TI*
IEGM GERAL	**C+**	**B**	**B**	**C**	**B**	**C**	**C**	**C**

Relação dos **22** municípios que alcançaram média geral na faixa de resultado **B** (**Efetivo**):

Município	*IEGM*	*i-Educ*	*i-Saude*	*i-Planeja-mento*	*i-Fiscal*	*i-Amb*	*i-Cidade*	*i-Gov TI*
Alagoinha	**B**	B	B+	A	B+	C	C	C
Bayeux	**B**	B	B+	C+	B	C	B+	C
Boqueirão	**B**	B+	B	C	B	B+	C	C
Caldas Brandão	**B**	B+	B+	C	B	C	C	C
Dona Inês	**B**	B+	A	C	C+	B+	C+	B
Guarabira	**B**	B+	B	C	B	B	C	B
Itapororoca	**B**	B	B+	C	B	C	B	C+
Itatuba	**B**	B+	B	B+	B	C	C	C
João Pessoa	**B**	B	B+	C	C+	B	A	B+
Juarez Távora	**B**	B	B	B+	B+	C	C	C
Manaíra	**B**	B	B+	C	B	C	C+	C
Paulista	**B**	B	B+	C	B+	B	C	C
Pedras de Fogo	**B**	C+	B+	B+	B	C	C	C
Picuí	**B**	B+	C+	C	B+	B+	C	C+
Quixaba	**B**	B+	B+	C	B+	C	C	C
Riacho de Santo Antônio	**B**	B+	B	C	B	C	C	C
São Mamede	**B**	B+	B+	C	A	B	A	C+
Serra da Raiz	**B**	B	B	C+	B+	C	C+	C
Sertãozinho	**B**	A	A	C	B+	B	C	C
Tenório	**B**	B	B+	C+	B+	C	C	C
Uiraúna	**B**	B	B	C	B+	C	C+	C
Zabelê	**B**	B+	B	B+	B	C	C	C

Relação dos **111** municípios que alcançaram média geral na faixa de resultado **C+** (**Em fase de adequação**):

Município	*IEGM*	*i-Educ*	*i-Saude*	*i-Planeja-mento*	*i-Fiscal*	*i-Amb*	*i-Cidade*	*i-Gov TI*
Aguiar	**C+**	B+	C+	C	B	C	C	C
Alagoa Grande	**C+**	C+	B+	C	B	B	C+	C
Alagoa Nova	**C+**	B	B+	C	B	C	C	C
Alcantil	**C+**	C	B	C	B+	C	C	C
Amparo	**C+**	C+	B	B	C+	C	C	C
Aparecida	**C+**	B	B+	C	B	C	C	C
Arara	**C+**	C+	A	C	B	C	C	C
Araruna	**C+**	B	B	C	B	C	C	C
Areia de Baraúnas	**C+**	B	B	C	B	C	C	C
Areial	**C+**	B	B	C+	B+	C	C	C+
Baía da Traição	**C+**	B+	C+	C	B	C	C	C
Bananeiras	**C+**	C	B+	C	C+	B	B	C
Baraúna	**C+**	C+	B+	C	B+	C	C	C
Barra de Santana	**C+**	C+	B	C	C+	C	C	C
Barra de São Miguel	**C+**	C+	B+	C	B	C	B	C
Bernardino Batista	**C+**	B	B+	C	B	C	C	C
Bom Jesus	**C+**	C+	B	C	B+	C	C	C
Brejo dos Santos	**C+**	C+	B	C	B+	C	C	C
Caaporã	**C+**	B	B	C	B	C	C	C+
Cabaceiras	**C+**	B	B	C	B	C	C	C
Cabedelo	**C+**	C+	B+	C	C+	C	C	C+
Cachoeira dos Índios	**C+**	B	B	C	B	C	B	C
Cacimba de Dentro	**C+**	B+	B	C	B	C	C	C
Cajazeiras	**C+**	B	A	C	C+	C	C	B
Cajazeirinhas	**C+**	B	B+	C	B	C+	C	C
Camalaú	**C+**	C+	C+	C	B+	C+	C	C
Campina Grande	**C+**	B	C+	C	B	B	B+	C+
Capim	**C+**	B	B+	C	B	C	C	C

Município	IEGM	i-Educ	i-Saude	i-Planeja-mento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov TI
Caraúbas	**C+**	B	B	C	B	C	C	C
Carrapateira	**C+**	B+	C+	C	C+	C	B	C
Catingueira	**C+**	C+	A	C	C+	C	C	C+
Catolé do Rocha	**C+**	B	C	C	B	C	C	C
Caturité	**C+**	C+	B	C	B	C	C	C
Condado	**C+**	B	B+	C	B	C	C	C
Congo	**C+**	B	B	C	B	C	B+	C
Coxixola	**C+**	B+	B	C	B	C	C	C
Cuité	**C+**	C+	B	C	B	C	B	C+
Cuitegi	**C+**	B	B	C	B	C	C	C
Curral Velho	**C+**	C+	B+	C	C+	C	C	C
Duas Estradas	**C+**	B	B	C	B	C	B	C
Esperança	**C+**	B+	B+	C	B	C	C+	C+
Frei Martinho	**C+**	B+	B	C	C+	C	B+	C
Gado Bravo	**C+**	B+	B+	C	B+	C	C	C
Gurinhém	**C+**	C	B+	C	B	C	C	C
Itaporanga	**C+**	C	B	C	C+	C+	B+	C+
Joca Claudino	**C+**	B+	B+	C+	C+	C	C	C
Junco do Seridó	**C+**	B	B+	C	B	C	C	C
Juripiranga	**C+**	C+	B	C	B	C	C	C+
Lagoa de Dentro	**C+**	C+	B+	C	B+	C	C	C
Lagoa Seca	**C+**	B	B	C	B	C	B	C+
Lastro	**C+**	B	B	C+	B	C	C	C
Livramento	**C+**	B	C+	C	B	C	C	C
Lucena	**C+**	B	B+	C	C+	C	C	C
Mãe d'Água	**C+**	B+	B+	C	C+	C	C	C
Mari	**C+**	B	B+	C	B	C	C	C
Massaranduba	**C+**	B	B	C	B	C+	B+	C
Mato Grosso	**C+**	B	B	C	B	C	C	C
Mogeiro	**C+**	C+	B+	C	B	C	C	C
Montadas	**C+**	B+	B+	C	B	C	C	C

Município	IEGM	i-Educ	i-Saude	i-Planeja-mento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov TI
Monte Horebe	**C+**	B	B	C	B	C+	B	C
Monteiro	**C+**	B	B+	C	C+	B+	C	C+
Natuba	**C+**	B+	B	C	C+	C	B+	C
Nazarezinho	**C+**	C+	B	C+	C+	C	C	C
Nova Floresta	**C+**	B+	B	C	C+	C	B+	C
Nova Olinda	**C+**	B	B	C	B	C	C+	C
Olho d'Água	**C+**	C	B+	C	B	C+	C+	C
Ouro Velho	**C+**	C+	B+	C	C+	C	C	C
Passagem	**C+**	C	B+	C	B+	C	B	C
Patos	**C+**	B+	B+	C	C	B	C	C
Pedra Lavrada	**C+**	B	B	C	B	C	C	C
Pedro Régis	**C+**	B	B	C	B	C	C	C
Pilões	**C+**	B	B+	C	B	C	C	C
Pirpirituba	**C+**	C+	B	C	B	C+	B	C
Poço Dantas	**C+**	C	C+	C	B	B	B	C
Poço de José de Moura	**C+**	B	A	C	B	C	C	C
Pombal	**C+**	B+	B	C	C+	C+	B	B
Queimadas	**C+**	C+	B	C	B+	C	C	C+
Remígio	**C+**	C+	B+	C	B+	C	B+	C
Riachão do Bacamarte	**C+**	B	B+	C	B	C	C	C
Salgadinho	**C+**	B+	B	C	B	C	C	C
Salgado de São Félix	**C+**	B	B+	C	B	C	C	C
Santa Cecília	**C+**	C+	B	C	B	C	C	C+
Santa Cruz	**C+**	B	B+	C	B	C	C	C
Santa Helena	**C+**	C+	B	C+	B	C	C	C
Santa Rita	**C+**	B	C+	C	B+	C	C+	C
Santana dos Garrotes	**C+**	C+	B	C	C+	C+	C	C
Santo André	**C+**	C+	B+	C	B	C	C	C
São Bentinho	**C+**	B+	A	C	C+	C	B+	C
São Bento	**C+**	B	B	C	B+	C+	C	C

Município	IEGM	i-Educ	i-Saude	i-Planeja-mento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov TI
São Domingos	**C+**	C+	B	C	B	C+	C	C
São Francisco	**C+**	B+	A	C	B	C	C	C
São João do Rio do Peixe	**C+**	C+	B+	C+	B	C	C	C+
São João do Tigre	**C+**	B+	B+	C	C+	C	C	C
São José da Lagoa Tapada	**C+**	C+	B+	C	B	C	B+	C
São José de Espinharas	**C+**	B	B+	C	C+	C	C+	C+
São José do Bonfim	**C+**	C+	B+	C	B	C+	C	C
São José dos Cordeiros	**C+**	B	B	C+	B	B	C	C
São Sebastião de Lagoa de Roça	**C+**	B	B+	C	B+	C	B	C
Sapé	**C+**	C+	B+	C	C+	C	B+	C
Serra Branca	**C+**	C	B+	C	B	C	C+	C
Serra Grande	**C+**	B+	B+	C	B	C	C	C
Serraria	**C+**	C+	B+	C	C+	C	C	C
Solânea	**C+**	C+	B+	C	B	C	C	C
Soledade	**C+**	B	C+	C	B	C	C	C
Sossêgo	**C+**	B	B	C	B	C	C	C
Sumé	**C+**	B	B+	C	B	C	C	C
Tacima	**C+**	C	A	C	B+	C	C+	C
Triunfo	**C+**	C+	B+	C	B	C	C	C
Umbuzeiro	**C+**	B	B+	C	C+	C	C	C
Várzea	**C+**	B+	A	C	B	C	C	C
Vieirópolis	**C+**	B	B+	C	B+	C	C	C

Relação dos **90** municípios que alcançaram média geral na faixa de resultado **C** (**Baixo nível de adequação**):

Município	IEGM	i-Educ	i-Saude	i-Planeja-mento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov TI
Água Branca	**C**	C	B	C+	C+	C	C	C
Algodão de Jandaíra	**C**	B	B	C	B	C	C	C
Alhandra	**C**	C+	C+	C	B	C	C+	C

Município	IEGM	i-Educ	i-Saude	i-Planeja-mento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov TI
Araçagi	**C**	C+	C+	C	C+	C	C	B
Areia	**C**	C	B+	C+	B	C	C	C
Aroeiras	**C**	C	C+	C	B	C	C	C
Assunção	**C**	B	C+	C	B	C	C	C
Barra de Santa Rosa	**C**	C	B	C	B	C	C+	C
Belém	**C**	C	B+	C	B	C	C	C
Belém do Brejo do Cruz	**C**	B	C+	C	B	C	C	C
Boa Ventura	**C**	B	B	C	C	C	C	C
Boa Vista	**C**	B	C	C	B	C	C	C
Bom Sucesso	**C**	C+	B	C	B	C	C	C
Bonito de Santa Fé	**C**	C	B	C	C	C	C	C
Borborema	**C**	B	C+	C	B	C	C	C
Brejo do Cruz	**C**	C	B	C	C	C	C	C
Cacimba de Areia	**C**	C	B+	C	C+	C	C	C
Cacimbas	**C**	C	B+	C	C+	C	C	C
Caiçara	**C**	C+	B	C	B	C	C	C
Casserengue	**C**	C	B	C+	B	C	C	C
Conceição	**C**	C+	B	C	C+	C	C	C
Conde	**C**	C+	C+	C	C+	C	C	C+
Coremas	**C**	B	B+	C	B+	C	C	C
Cruz do Espírito Santo	**C**	C	C	C+	C+	C	C	C
Cubati	**C**	C+	B	C+	C+	C	C	C
Cuité de Mamanguape	**C**	C	B+	C	C+	C	C	C
Curral de Cima	**C**	C	C+	C	B	C	C	C
Damião	**C**	B	C+	C	B	C	C	C
Desterro	**C**	C+	C+	C	C+	C+	C	C
Diamante	**C**	C+	C+	C	C+	C+	C	C
Emas	**C**	C+	B	C	C+	C	C	C
Fagundes	**C**	C	B	C	B	C	C	C
Gurjão	**C**	B	B+	C	B	C	C	C
Ibiara	**C**	B	B	C	C	C	C	C

Município	IEGM	i-Educ	i-Saude	i-Planeja-mento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov TI
Igaracy	**C**	C+	B	C	C	C	C	C
Imaculada	**C**	C	B	C	B	C	C	C
Ingá	**C**	C	B	C	B	C	A	C
Itabaiana	**C**	B	B	C	C	C	C	C
Jacaraú	**C**	C	C	C	C+	C	C	C
Jericó	**C**	C+	B	C	C	C	C	C
Juazeirinho	**C**	C	C+	C	B	C	C	C
Juru	**C**	C	A	C	C	C	B	C
Lagoa	**C**	C+	C+	C	B	C	C	C
Logradouro	**C**	C+	B	C	B+	C	C	C
Malta	**C**	B	B+	C	C+	C	C	C
Mamanguape	**C**	C	C	C	B	B	C	C
Marcação	**C**	B	B	C	B	C	C	C
Marizópolis	**C**	C+	B	C	B	C	C	C
Mataraca	**C**	B	B	C	B	C	C	C
Matinhas	**C**	C	C+	C	B	C	C	C+
Maturéia	**C**	C	B	C	B	C	B+	C
Mulungu	**C**	C+	C	C	C+	C	C	C
Nova Palmeira	**C**	C+	B	C	C	C	C	C
Olivedos	**C**	C+	C	C	B+	C	C	C
Parari	**C**	B	B	C	B	C	C	C
Pedra Branca	**C**	C	B	C	B	C	C	C+
Piancó	**C**	C+	A	C	C	C	C	C
Pilar	**C**	B	C+	C	C	C	C	C
Pilõezinhos	**C**	C+	B	C	C+	C	C	C
Pitimbu	**C**	C	B+	C	B	B	C	C
Pocinhos	**C**	B	C+	C	B	C+	C	C
Prata	**C**	C	B	C	C	C	C	C
Princesa Isabel	**C**	C	C+	C	C+	C	B+	C
Puxinanã	**C**	B+	C+	C	B	C	C	C
Riachão	**C**	B	C+	C	B	C	C	C

Município	IEGM	i-Educ	i-Saude	i-Planeja-mento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov TI
Riachão do Poço	**C**	C+	B	C	B	C	C	C
Riacho dos Cavalos	**C**	C+	B+	C	B	C	C	C
Rio Tinto	**C**	B	C+	C	B	C	C	C+
Santa Inês	**C**	C	B	C	B	C+	C	C
Santa Luzia	**C**	B	C+	C	C+	C	C	C
Santa Teresinha	**C**	C+	B+	C	B	C	C	C
Santana de Mangueira	**C**	C	B	C	C+	C+	C	C
São Domingos do Cariri	**C**	C	B	C	C+	C	C	C
São João do Cariri	**C**	C	B+	C	B	C	C	C
São José de Caiana	**C**	C	B	C	C+	C	B+	C
São José de Piranhas	**C**	C	C+	C	B+	C	C	C
São José de Princesa	**C**	B	C+	C	C+	C	C	C
São José do Brejo do Cruz	**C**	B	C+	C	B	C	C	C
São José do Sabugi	**C**	B	C	C	B	C	C	C
São José dos Ramos	**C**	C	C	C	B	C	C	C
São Miguel de Taipu	**C**	C+	B	C	B+	C	C	C
São Sebastião do Umbuzeiro	**C**	C	B+	C	C	C	C	C
São Vicente do Seridó	**C**	C	B	C	C+	C	C	C
Serra Redonda	**C**	C+	B	C	B	C	C	C
Sobrado	**C**	B	B	C	B+	C	C	C
Sousa	**C**	B	B	C	C+	C	B	C
Taperoá	**C**	B	B	C	C+	C	C+	C
Tavares	**C**	C+	C+	C	B+	C	C	C
Teixeira	**C**	C	B+	C	C	B	C	C
Vista Serrana	**C**	C+	B	C	B	C	C	C

9. Considerações Finais

A apuração dos resultados do IEGM/TCEPB só foi possível com a adesão e participação dos 223 municípios do Estado da Paraíba, os quais por meio de gestores das mais diversas áreas de atuação empenharam-se em responder os formulários eletrônicos encaminhados por esta Corte de Contas.

O êxito também decorreu do comprometimento e dedicação dos colegas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, idealizadores do projeto, e do Instituto Rui Barbosa, responsável pela disseminação do IEGM por todo o território nacional.

Nesse sentido, foram igualmente imprescindíveis as diversas reuniões técnicas ocorridas no âmbito da Rede Nacional de Indicadores Públicos (REDE INDICON), que contaram com a participação de representantes de diversos Tribunais de Contas.

Cumpre ressaltar que o IEGM, antes de tudo, tem por objetivo o aprimoramento da gestão pública dos entes municipais, servido de amplo diagnóstico da situação dos municípios em áreas importantes, como educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, proteção dos cidadãos e governança em tecnologia da informação. Esse diagnóstico permite a identificação das áreas críticas que necessitam de intervenção mais efetiva por parte da administração pública, e, por outro viés, também possibilita a identificação e disseminação de boas práticas de gestão adotadas na esfera municipal.

Para a sociedade, o IEGM é mais uma ferramenta de controle social e instrumento de transparência, ao evidenciar o grau de efetividade das ações e serviços ofertados pelo Poder Público.

Na esfera dos Tribunais de Contas, o IEGM permite focalizar e aprimorar a metodologia das atividades de acompanhamento e fiscalização das gestões municipais.

10. Notas

[1] **Lei nº 13.005/2014**. "Art. 8º. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei."

[2] **Lei nº 13.005/2014.** "19.5) estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo."

[3] **CF/88.** "Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino."

[4] **Lei nº 11.494/2007**. Art. 21, § 2º. "Até 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

[5] **Resolução CIT 04/2012**. "5. Responsabilidades na Participação e Controle Social. 5.1 Municípios. **b.** Prover as condições materiais, técnicas e administrativas necessárias ao funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, que deverá ser organizado em conformidade com a legislação vigente;"

[6] **Lei º 6.437/77**. "Art . 10 - São infrações sanitárias: **II.** construir, instalar ou fazer funcionar hospitais, postos ou casas de saúde, clínicas em geral, casas de repouso, serviços ou unidades de saúde, estabelecimentos ou organizações afins, que se dediquem à promoção, proteção e recuperação da saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes: **pena** - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa. **Parágrafo único** - Independem de licença para funcionamento os estabelecimentos integrantes da Administração Pública ou por ela instituídos, ficando sujeitos, porém, às exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e à aparelhagem adequadas e à assistência e responsabilidade técnicas."

[7] **Resolução CFM nº 1.974/11.** **"**CRITÉRIOS PARA A RELAÇÃO DOS MÉDICOS COM A IMPRENSA (PROGRAMAS DE TV E RÁDIO, JORNAIS, REVISTAS), NO USO DAS REDES SOCIAIS E NA PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS (CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS, FÓRUNS, SEMINÁRIOS ETC.). É vedado ao médico, na relação com a imprensa, na participação em eventos e no uso das redes sociais. **n)** consultar, diagnosticar ou prescrever por qualquer meio de comunicação de massa ou a distância;

[8] **Portaria MS nº 2.488/2011**. "Especificidades da equipe de saúde da família. São itens necessários à estratégia Saúde da Família: **I** - existência de equipe multiprofissional (equipe saúde da família) composta por, no mínimo, médico generalista ou especialista em saúde da família ou médico de família e comunidade, enfermeiro generalista ou especialista em saúde da família, auxiliar ou técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde, podendo acrescentar a esta composição, como parte da equipe multiprofissional, os profissionais de saúde bucal: cirurgião dentista generalista ou especialista em saúde da família, auxiliar e/ou técnico em Saúde Bucal;"

[9] Outros percentuais englobam:
- Municípios com déficit sem cobertura
- *Déficit* acima de 20% da receita arrecadada
- *Superávit* acima de 25% da receita arrecadada.

[10] **Decreto Federal nº 8.6.29/15**. "Art. 26**.** **§ 2º** Após 31 de dezembro de 2017, a existência de plano de saneamento básico, elaborado pelo titular dos serviços, será condição para o acesso a recursos orçamentários da União ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da Administração Pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico." (NR).